

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Eusébio Manuel Candeias, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Rafaela Isabel Graça Nunes e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, e Sandra Marina Lopes Frota Gomes, em substituição de Joel Alexandre Neves Marques (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata), Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão (conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva e Luís Manuel Barreto Leitão, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e António Miguel da Costa Ferreira e, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição o Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, e a Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documentos registados sob os n.ºs 17 e 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

Presidente da Mesa – Peço a atenção de todos e de todas, vou propor ao plenário que aceite, com a anuência de todos os grupos municipais, uma pequena alteração à ordem de trabalhos.

Dado que temos hoje quatro votos de pesar relativos a falecimentos recentes, um deles de uma ex-Presidente da Assembleia Municipal, cuja morte já é do domínio público, o da Odete Santos, proponha que primeiro apresentássemos os votos de pesar, fizéssemos esta homenagem aos falecidos, que é também uma homenagem institucional neste caso, com um minuto de silêncio e déssemos depois o seguimento normal aos trabalhos.

Temos um voto de pesar pela morte de José Pina que é apresentado pela CDU e um outro apresentado pelo Bloco de Esquerda, que estão distribuídos.

1. **Voto de Pesar pela morte de José Pina (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

2. **Voto de Pesar pelo falecimento de José Pina – Zeca da Fonte Nova (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

3. **Voto de Pesar pelo falecimento de Mariano Gonçalves (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

4. **Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Odete Santos (Presidente da Assembleia Municipal)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Pedia à Assembleia que permitisse a leitura, que subscrevo, julgando poder fazê-lo em nome de todas as bancadas.

**“VOTO DE PESAR
Maria Odete Santos
1941 – 2023**

A Assembleia Municipal de Setúbal lamenta profundamente a morte de Maria Odete Santos, ocorrida hoje na cidade em que cresceu, viveu e se fez cidadã de corpo inteiro.

Aqui começou o caminho que fez durante toda a sua vida, defendendo os mais desfavorecidos e lutando pela igualdade e liberdade para todas e para todos, a cidade que ela quis fazer, como cantava José Afonso, “sem muros nem ameias”, com “gente igual por dentro, gente igual por fora”.

Odete Santos foi um pilar na luta pelos direitos das mulheres, que defendeu em todas as circunstâncias na sua profissão de advogada, na atividade política e na vida pública.



Destacou-se, logo após o 25 de abril de 1974, como autarca ao integrar a Comissão Administrativa que governou a Câmara Municipal até às primeiras eleições autárquicas em 1976. Viria, mais tarde, em 1989, a ocupar o lugar de vereadora e, entre 2002 e 2009, o de presidente da Assembleia Municipal, funções que desempenhou exemplarmente.

Deputada do PCP na Assembleia da República entre 1980 e 2009, destacou-se como brilhante parlamentar e legisladora, deixando o seu nome profundamente ligado a questões como a interrupção voluntária da gravidez, a criação dos julgados de paz ou a defesa de uma legislação laboral mais justa para os trabalhadores portugueses.

Mulher de profundas convicções foi, desde muito cedo, militante do partido a que pertenceu até à sua morte e a que deu importantes contributos como parlamentar e dirigente. A par das profundas convicções que nunca abandonou, alimentou durante toda a sua vida intensa paixão pelas artes, em particular pelo teatro e pela poesia.

Odete Santos foi uma cidadã que marcou a sociedade setubalense, viveu à frente do seu tempo, uma vida cheia de futuro.

Cabe-nos agora homenageá-la construindo no presente, com os valores da liberdade e da democracia, o futuro que ela viveu.”

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de pesar que é subscrito por todos os partidos, mas queremos dizer, também, aqui mais umas palavras, que a Odete Santos foi uma adversária política duríssima, defendeu princípios e políticas nas quais não nos revemos, no entanto, pela sua determinação, pela sua coerência, pela sua irreverência e capacidade intelectual, pelos seus dotes como tribuna conquistou o respeito e a consideração dos seus adversários políticos e não há maior elogio em política do que esse respeito e apreciação.

No PCP foi uma figura determinante, tanto a nível local como nacional, atrevo-me mesmo a dizer que a seguir a Álvaro Cunhal foi a figura maior do PCP na região, mas foi também uma excelente advogada, humana para com os mais fracos e os mais pobres que a procuravam e a sua história de vida foi, também, marcada por uma tragédia pessoal duríssima. Nesta hora pesarosa endereçamos à sua família e ao partido de sempre, o PCP, as nossas mais sentidas condolências, lembrando uma mulher de esquerda, lutadora que ganhou algumas vezes e perdeu outras, mas sempre convicta nas causas em que acreditava.

Rui Lamim (PSD) – O PSD também se associa a este momento de dor e de pesar relativo ao falecimento de Odete Santos, ao qual recordamos, naturalmente, entre outras características, como uma mulher que na sua atividade política era capaz de utilizar o humor e a ironia de uma forma que só os mais inteligentes entre nós o conseguem fazer com sucesso. À família e amigos, o nosso voto de pesar.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Paulo Lopes (PS) – Faleceu, também, hoje aos 98 anos, Jacques Delors, uma figura incontornável da esquerda francesa e europeia. Foi Presidente da Comissão Europeia no período entre 1985 e 1995 e considerado uma figura maior do projeto europeu. Foi no seu mandato que entrou em vigor o Tratado de Maastricht que visou o lançamento da União Económica e Monetária Europeia que culminou na criação da moeda única europeia, o euro, assim como na assinatura dos acordos de Schengen, fomentando a liberdade de circulação no espaço europeu entre muitos outros projetos.

Delors deixa-nos como legado, a visão de uma Europa solidária, inclusiva e progressista propondo o aprofundamento contínuo da cooperação entre os países europeus como caminho de afirmação do projeto político europeu.

Julgo que é justo, também, juntarmos, nem que seja verbalmente, este voto de pesar àquele que foi um grande líder, também, discordando ou não politicamente daquilo que era o seu posicionamento, mas alguém que foi um grande líder e construiu o espaço europeu que habitamos.

Presidente da Mesa – Faremos um minuto de silêncio em sinal de pesar por todas as mortes.

Fez-se um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos duas inscrições para intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 23 e 24, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Cleia Cunha – A Associação Direito ao Descanso de Setúbal está presente na Assembleia Municipal de hoje, para dar a conhecer a todos os seus membros, os objetivos da nossa associação e os progressos já conquistados, graças à cooperação iniciada no princípio de novembro, com a edilidade.

A nossa associação nasceu do desespero de um alargado grupo de cidadãos que há anos que veem a sua vida cada vez mais prejudicada pelo inaceitável excesso de ruído que produz a atividade de diversão noturna nesta cidade e pelas múltiplas consequências negativas da falta de controlo da mesma, ou seja, noites seguidas sem dormir, insegurança ligada às pessoas alcoolizadas na rua e na estrada, pancadaria e violência, sujidade, etc.

Enquanto crescemos, entendemos rapidamente que não se trata de um problema menor de um grupo pequeno de cidadãos esquecidos pelas autoridades num quarteirão da cidade oferecido à atividade noturna, mas sim de um problema sistémico com múltiplas repercussões nefastas para todos os setubalenses.

O ruído é conhecido como um problema de saúde pública pela OMS, com graves consequências na saúde dos indivíduos, desde nervosismo, dificuldades de concentração, fraco desempenho no trabalho, até hipertensão arterial e problemas cardiovasculares.

Com o desenvolvimento turístico, incentivado pela Câmara, e a falta de controlo da atividade de diversão noturna do atual regulamento municipal, são já várias as zonas da cidade onde existem populações a sofrer e a ver a sua saúde afetada por causa da proliferação dos espaços de diversão noturna que não respeitam a lei do ruído. A situação é tal que, nessas zonas, o património imobiliário tem vindo a sofrer uma perda de valor e atratividade, afetando as economias dos moradores, proprietários e privando assim a cidade dos investimentos que até agora tinham contribuído à valorização dos bairros que tanto precisam.

A própria atividade hoteleira e turística dá sinais inquietantes de sofrimento crescente com inúmeros e recorrentes comentários negativos de visitantes e de clientes relativos ao ruído e à insegurança latente que as plataformas e as redes sociais não permitem mais ignorar. Por detrás de uma aparente euforia turística é claramente todo um sistema que demonstra a sua nocividade, insustentabilidade humana, social e económica. São famílias, projetos, empregos, investimentos a sofrer e a serem fragilizados e ameaçados e é a própria atratividade da cidade a ser sacrificada, em nome de quê?

Face à gravidade do problema exposto e à determinação do nosso projeto, o executivo camarário aceitou iniciar um diálogo construtivo com a nossa associação e abrir um processo de elaboração e implementação de um novo regulamento municipal de ruído até junho de 2024. Esse novo regulamento deverá permitir, enfim, um cumprimento da lei do ruído pelos espaços de diversão noturna, esperando-se e beneficiando da experiência dos múltiplos municípios que já agiram no sentido de conciliar a atividade económica dos bares e discotecas com o descanso dos moradores e visitantes e com as outras atividades económicas afetadas pelo problema do barulho noturno, nomeadamente a atividade hoteleira e turística.

Neste sentido, começamos por partilhar com as senhoras vereadoras responsáveis pelo ambiente, urbanismo e fiscalização e com o senhor diretor do Departamento de Ambiente, numa primeira reunião de trabalho, a nossa análise dos vários regulamentos dos quais se destacam os seguintes pontos consensuais: portas e janelas fechadas durante todo o horário de funcionamento destes estabelecimentos; antecâmara com isolamento acústico ao nível da entrada; interdição de qualquer fonte de ruído no exterior do estabelecimento como colunas, orquestra durante o período da noite; horário limite, por exemplo, meia-noite para a exploração das esplanadas exteriores; nível sonoro máximo de 95 decibéis no interior do espaço



limitador de som calibrado para que o som no exterior não ultrapasse os 65 decibéis em zona mista ou 55 decibéis em zona sensível durante o período noturno; limitador de som certificado com sistema de gravação e arquivamento de dados; instalação e configuração por entidade acreditada; dispositivo de controlo e fiscalização claramente definidos.

As equipas camarárias envolvidas elaboram, atualmente, um novo regulamento que ficaram de nos enviar até ao final do ano 2023, o qual iremos novamente analisar, complementar e contribuir à sua fiscalização numa reunião de trabalho ainda por marcar, mas prevista para meados de janeiro, em que aguardamos também os contactos sobre isso.

O documento final que tomará em conta a visão da nossa associação, mas também e igualmente o resultado das consultas com os representantes dos estabelecimentos e com as autoridades responsáveis da segurança pública, será posteriormente submetido a consulta pública e votação final nesta assembleia.

Estamos convencidos que o período fértil de trabalho que se abre agora é da maior importância para a transformação da cidade de Setúbal na direção do bem-estar, da harmonia entre as populações e as diversas atividades, de um desenvolvimento turístico mais respeitoso e sustentável e solicitamos a ajuda de todos e também a vossa vigilância para que este trabalho chegue rapidamente às conclusões e soluções necessárias para que os moradores afetados não tenham que enfrentar mais um verão infernal em 2024 e para permitir a Setúbal de inverter um caminho perigoso no qual se encontra a dar um passo em frente para o benefício de todos. Estaremos disponíveis...

Presidente da Mesa – Tem de concluir, são cinco minutos e já vai em quase sete minutos.

Cleia Cunha – Estaremos disponíveis ao longo de todo este processo para trocar convosco as nossas experiências e os nossos conhecimentos das situações e das soluções que existem e que outros municípios já adotaram.

Entregámos um documento para vossa distribuição, elaborado pelo Município de Portimão que pode ajudar a dar algumas ideias sobre o que nós pretendemos e ajudar na vossa informação e na futura decisão.

Contamos com a responsabilidade e o sentido de bem público que os anime para todos juntos trabalharmos o melhoramento da cidade numa visão mais progressista e sustentada...

Presidente da Mesa – Já entendemos o seu ponto Sra. Cleia, já vai em 7 minutos e 25 segundos de intervenção para os 5, temos uma assembleia muito extensa...

Cleia Cunha – Não fui informada que havia limite de tempo e falta só uma frase.

(...) legítima de preservação e desenvolvimento da atividade turística não se resume à explosão da atividade de diversão noturna descontrolada, mas sim a um modelo onde viver, trabalhar e descansar e divertir-se é compatível. Muito obrigada pela vossa atenção.

Presidente da Mesa – Se não reparou, todas as convocatórias, os editais, as informações que estão no site da Câmara sobre as intervenções do público dizem que o máximo são 5 minutos por intervenção.

Hoje temos, de facto, uma assembleia muito prolongada com deliberações que têm de ser, forçosamente, tomadas hoje e por isso é que eu estava a insistir.

Marcou o seu ponto, conhecemos a situação, creio que entregou um documento que é exemplar de um outro regulamento de um outro município e que peço aos serviços que o distribuam para todos terem conhecimento. Muito obrigado pela sua intervenção e desejo que chegue a um bom porto o trabalho que está iniciado.

Ana Pinho – O meu nome é a Ana Rita Pinho, sou proprietária de uma habitação na Rua dos Sete Olhos, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, onde atualmente decorrem as obras de prolongamento de saneamento.



Hoje venho aqui devido a um e-mail que foi enviado por mim, devido a um problema, do qual a resposta que foi dada foi de ter sido enviado para o sítio devido, do qual nunca obtive resposta. Então, enviei a 12/12/2023 e como a resposta foi insuficiente para a resolução do meu problema, assim como todos os problemas e vou passar, então, a ler o meu e-mail.

O saneamento que está a decorrer na rua não chega à minha habitação por 60 metros, então, eu perguntei assim, *“Se toda a rua é abrangida pelo saneamento, porque é que a minha casa, a minha moradia não o é? Se não for agora que os trabalhadores e os estaleiros estão no local, quando é que será feita então uma intervenção apenas para uma moradia, quando todas as outras já estão a ser servidas do mesmo? Se não será mais vantajoso para o erário público o investimento agora em 60 metros de tubagem, do que mais tarde ter que se criar toda a infraestrutura no local apenas por uma habitação? E se não são todos os municípios iguais quanto ao direito a contribuir para um bom ambiente e descontaminação dos solos, tal como foi proferido por Vossa Excelência, o Sr. Presidente da Junta, a 24 de novembro de 2023?”*

Agradeça muito que respondessem às minhas questões e para ver o meu problema resolvido. Muito obrigada.

Presidente da Mesa – Obrigado. O seu problema é, de facto, conhecido, e está presente o executivo quase todo e ele está a ser devidamente ponderado e, com certeza, que a seu tempo terá a resposta do Sr. Presidente da Câmara ou dos serviços que estão a tratar desse assunto do saneamento na Gâmbia. Pode ficar descansada.

Presidente da Câmara – Relativamente à questão que a senhora munícipe coloca, não conheço a situação, também não está aqui o senhor vereador que tem a responsabilidade dos Serviços Municipalizados que é quem conduz este processo, mas tomei nota da informação que aqui nos deixou e que será endereçado ao senhor vereador e há de ter a resposta que solicitou. Obrigado.

Paulo Lopes (PS) – Peço desculpa Sr. Presidente, eu desconhecia o assunto da primeira munícipe, não sei se o executivo não tem nada a dizer sobre essa intervenção.

Presidente da Mesa – O Sr. Presidente tinha concluído a sua intervenção sobre as interpelações.

Paulo Lopes (PS) – Pelo menos saber o que é que a câmara está a fazer sobre esta questão do regulamento, parece que houve alteração na legislação e gostava de perceber qual é a intenção do executivo.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, creio que a senhora munícipe que fez a intervenção disse exatamente tudo o que está a acontecer, que as reuniões que esta associação mantém com a senhora vereadora da área do ambiente e com a senhora vereadora da área do urbanismo estão a decorrer com os respetivos técnicos e que, ao longo da sua intervenção, esclareceu exatamente qual é o compromisso que está estabelecido e o qual vai-se desenvolver no sentido de elaborar um novo regulamento que vá de encontro àquilo que são as solicitações que esta associação tem colocado à Câmara Municipal.

Presidente da Mesa – Nós temos, obrigatoriamente, de tomar deliberação sobre 17 pontos que estão a ser submetidos à apreciação da assembleia por causa da comunicação à tutela e aos organismos da administração dos resultados das deliberações relativas ao Orçamento e às matérias conexas ao Orçamento. Temos mais um ponto, que é o primeiro que é a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, e chegamos ao ponto 18 da nossa Ordem do Dia.

Faremos um ponto de situação, conforme foi acordado na Comissão Permanente, no final deste ponto 18, para ver se estamos adiantados e perto de deliberar sobre os outros 10 pontos seguintes, mas se estiver atrasada encerramos esta sessão ordinária e convoca-se uma extraordinária em janeiro para concluir esses 10 pontos e eventualmente algum outro que venha como proposta da Câmara.

A data proposta será o dia 11 de janeiro, creio que podemos diligenciar para tentar cumprir a missão hoje, se não for possível, então, faremos o ponto de situação ao cantar do galo, à meia-noite.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 29 de setembro de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 31 de outubro de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

1. Recomendação “Criação de Casa do Artista de Setúbal” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Como temos uma vasta ordem de trabalhos, prescindia da sua leitura, uma vez que foi distribuída a recomendação, limitava-me a dar conhecimento da parte deliberativa: *“Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 27 de dezembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:*

- 1 - Diligencie um espaço do edificado camarário para a Casa do Artista de Setúbal;*
- 2 - Promova sob sua Direção e em conjunto com os artistas e entidades das diferentes áreas das artes ligadas à cultura, a criação de uma Comissão Instaladora para a futura gestão da Casa do Artista;*
- 3 - Mediante a sua aprovação, remeter a presente recomendação à Apoiarte – Casa do Artista, à Sociedade Portuguesa de Autores, entidades das artes ligadas à cultura com quem a Câmara tem relações institucionais e à comunicação social local, regional e nacional.”*

Ana Rita Drouillet (CDU) – A bancada da CDU compreende plenamente as preocupações do Bloco de Esquerda para com os trabalhadores do ramo artístico, no entanto, constata também que este tipo de experiências nunca decorre de uma iniciativa municipal, estas experiências decorrem sempre de um conjunto de artistas que se reúnem, têm a ideia e criam um projeto e depois apresentam à autarquia que acompanha. É que isso depois cria aqui um precedente que é o da autarquia que vai impulsionar um projeto favorecendo o ramo das artes por todos os outros ramos de trabalho e de empregabilidade.

Neste sentido e compreendendo plenamente esta preocupação, a bancada da CDU não acompanhará esta recomendação.

Flávio Lança (IL) – Embora reconheçamos a importância de apoiar e promover a cultura na nossa cidade, é fundamental que qualquer iniciativa deste tipo seja bem planeada e transparente. No entanto, a recomendação apresentada não nos fornece informações claras sobre vários aspetos cruciais, não está claro qual é a dimensão do espaço necessário, quais são os objetivos exatos da Casa do Artista de Setúbal e como as atividades serão financiadas. Além disso, a recomendação sugere a formação de uma comissão instaladora por parte do município, mas talvez seja mais apropriado abrir um concurso público para garantir a participação da sociedade civil de artistas, criando um processo transparente e inclusivo.



Nesse sentido, também, não iremos acompanhar, mas propúnhamos ao proponente para que esta recomendação seja encaminhada para a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, onde poderá ser minuciosamente analisada e debatida.



Luís Maurício (CH) – O partido Chega, também, não vai acompanhar esta recomendação, porque o documento não está expressamente esclarecido, mas achamos que é um enorme problema dos artistas. Não me vou alargar muito, porque o senhor deputado Flávio já expressou, mas achamos também que devia baixar à Comissão para podermos trabalhar o documento e tentar fazer algo, porque ajudar quem precisa é sempre uma mais-valia e estamos prontos para ajudar se o documento estiver de outra maneira.

Vítor Rosa (BE) – Há duas sugestões de duas bancadas para descer à Comissão feitas ao proponente, mas atendendo a que existe outras forças políticas que não se pronunciaram, no caso do PS, do PSD e inclusive do PAN relativamente a esta eventual sugestão de baixar à Comissão, será possível ouvir os intervenientes desses partidos?

Presidente da Mesa – Certo! O PSD está de acordo que se remeta à Comissão? O PS também está de acordo? A CDU está de acordo? E o PAN? Está tudo de acordo.

Não havendo mais intervenções, foi aprovado por unanimidade e em minuta, para a recomendação baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

2. Recomendação “Reforço da Segurança em Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Hoje apresento para deliberação, nesta assembleia, cinco recomendações que considero cruciais para melhorar a segurança no nosso município.

Num ano em que enfrentamos um aumento preocupante da criminalidade é vital agirmos de forma decisiva. Promover o aumento do efetivo policial e promover o patrulhamento de proximidade, realizar campanhas de sensibilização em colaboração com as forças de segurança, reforçar a iluminação pública em áreas deficitárias, estabelecer canais de comunicação eficazes com a população e enviar trimestralmente à Assembleia Municipal os pareceres emitidos pelo Conselho Municipal de Segurança.

Estas ações são essenciais para combater o aumento da criminalidade em Setúbal e assegurar a segurança dos setubalenses e azeitonenses. Contamos com o apoio desta assembleia para tornar Setúbal um lugar mais seguro e acolhedor.

Tão importante como as cartas abertas, o Executivo deve fazer o uso dos meios ao seu dispor, como são o exemplo dos pareceres do Conselho Municipal de Segurança, que não têm existido, incumprindo com os pontos 2 e 3 do artigo 6 do Regulamento Municipal de Segurança. Relembro que devem ser enviados trimestralmente à Assembleia Municipal.

Luís Maurício (CH) – Vamos acompanhar esta moção da Iniciativa Liberal, há muito que o partido CHEGA fala da insegurança no concelho de Setúbal. Só temos pena de a Iniciativa Liberal não ter ido mais longe e na sua moção não ter reforçado um estudo no Conselho Municipal de Segurança para a instalação da videovigilância.

Simão Calixto (CDU) – A CDU queria, em primeiro lugar, propor a votação desta recomendação ponto por ponto, no sentido em que contém algumas questões que não concordamos, mas também para propor algumas alterações, nomeadamente, no 1º ponto em que nos parece que é impossível recomendar ao executivo que promova o aumento do efetivo policial, até porque este não tem esse meio ao seu dispor.

O efetivo policial em Setúbal é efetuado por forças de segurança que estão sobre a alçada do Governo e, portanto, faria mais sentido recomendar ao Governo.

Paulo Lopes (PS) – Sobre esta recomendação também podemos votar ponto a ponto, nada a opor, dizer apenas que relativamente ao ponto 2, discordamos profundamente, *“Recomendar ao executivo que, em colaboração com as forças de segurança, realize campanhas de sensibilização para que a população esteja alerta e possa prevenir certos tipos de crime...”*, parece que nos remete para montar milícias nos bairros, que é coisa com as quais nós somos frontalmente contra.

Recomendar ao executivo que estabeleça canais de comunicação com a população, penso que toda a gente sabe qual é, todas as pessoas sabem o número de urgência ou havendo qualquer problema para ligar, e isso já existe.

Nos considerandos da proposta, concordando que a iluminação deve ser reforçada, que é algo que nos deve preocupar, entendemos que esta proposta acaba depois na parte deliberativa por ser vaga, e há pouco falou-se da Casa do Artista que era preciso saber quantos metros quadrados era preciso ter, e esta aqui, então, ainda é mais vaga e na parte que é mais concisa nós discordamos profundamente.

Flávio Lança (IL) – Só para esclarecer que podemos votar ponto a ponto e que o ponto 2 não tem nenhum espírito de criar milícias e quando falamos em campanhas de sensibilização com a polícia de segurança é como, também, já fazem nas escolas. Segurança rodoviária é um tema de sensibilizar para alguns tipos de crime, como é o caso da violência doméstica, de como é que se pode agir, esse é o espírito deste ponto 2.

Paulo Lopes (PS) – Peço desculpa, o furto de catalisadores, o que é que as populações vão fazer? Confrontar o ladrão ou ligar para a Polícia? Ligar para a Polícia, acho que todos sabem, é óbvio. Acho que isto é dúbio, dá a ideia de montar uma força armada para fiscalizar e ter-se uma visão securitária dos bairros. Acho que é infeliz, pelo menos, a forma como ela está escrita.

Nuno Carvalho (PSD) – O PSD acompanhará esta moção, mas ainda assim sobra aqui uma questão sobre a ausência que é aqui mencionada, já agora gostaríamos apenas de perceber, uma vez que este tema está a ser debatido, sobre a existência ou não da Polícia Municipal no nosso concelho. Eventualmente poderá haver a opinião deliberadamente da Iniciativa Liberal não querer incluir, ou então, eventualmente, considerar que, se calhar, não cabia nesta moção.

Queríamos apenas tentar perceber se, eventualmente, nas entrelinhas que aqui está, se entende ou não que a Polícia Municipal seria algo que poderia vir a ser necessário equacionar, se não, efetivamente, não estará presente nesta moção de forma deliberada, pensada e com toda a certeza que a Iniciativa Liberal não a defende.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Ponto 1: Aprovado por maioria, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE.

Ponto 2: Reprovado por maioria, com 27 votos contra, 17 da CDU, 9 do PS e 1 do BE, uma abstenção do PAN e 9 votos a favor, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

Regressou à Sala de Sessões o deputado municipal do PS.

Ponto 3: Aprovado por unanimidade.

Ponto 4: Aprovado por maioria, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, uma abstenção do BE e 17 votos contra da CDU.

Ponto 5: Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação reprovada, na sua globalidade, por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 11 abstenções, 10 do PS e 1 do BE, e 10 votos a favor, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

3. Recomendação “Isenção de IMT para a primeira habitação de jovens até aos 35 anos” (IL) – RETIRADA

Flávio Lança (IL) – O n.º 3 do artigo 25.º da Lei 75/2013 não indica que esta matéria de isenção do IMT como uma das matérias que a Assembleia Municipal não pode realizar alterações às propostas do executivo, nesse sentido iria fazer esta proposta que está na recomendação no ponto de deliberação do IMT e por esse facto vou retirar de votação esta recomendação.

Presidente da Mesa – Fará uma proposta que entender quando se discutir esse ponto na Ordem de Trabalhos, certo?

Flávio Lança (IL) – Correto.

Presidente da Mesa – Está retirada esta recomendação.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “75.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (PS) – (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Afonso Luz (CDU) – A CDU saúda o assinalar dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entanto, entendemos que nesta declaração o Partido Socialista optou, propositadamente, por limitá-la às questões dos conflitos internacionais. Ora esta declaração tem 30 artigos e todos devem ser apreciados da mesma forma, por isso se desafia o PS a ler o restante conteúdo e a tomar para si e para o seu Governo a obrigação de a cumprir, designadamente no que diz respeito ao direito ao trabalho e à remuneração satisfatória que permitam uma existência conforme, com a dignidade humana, ao direito ao repouso e ao lazer, ao direito a um nível de vida suficiente para assegurar às pessoas e à sua família a saúde e o bem-estar, alimentação, vestuário, alojamento, assistência médica e serviços sociais, o direito à educação e à vida cultural. É que sobre todos estes aspetos da declaração, muito tem o Partido Socialista a explicar sobre a incapacidade de tornar estes direitos efetivos em Portugal.

Sobre os conflitos, o Partido Socialista, uma vez mais, optou por lançar condenações seletivas, condena e bem os ataques do Hamas, mas não condena a reação desadequada e desproporcional do Estado de Israel que viola as normas internacionais sobre conflitos, lança uma punição coletiva sobre os civis de Gaza e promove a barbárie impedindo ajuda humanitária cortando o acesso à água e energia, bombardeando as zonas para as quais apelou às populações para se refugiar.

Pela nossa parte, condenamos uns e outros, exigimos o cessar-fogo imediato e a construção de uma paz duradoura, reconhecendo o direito do povo palestiano a lutar por um Estado soberano, livre e independente.

Na condenação da invasão russa da Ucrânia, o PS volta a esquecer-se de falar na construção de soluções que conduzam à paz, por isso a CDU acompanha esta moção para assinalar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas recusando leituras seletivas da mesma.

Maria João Palma (PS) – Obviamente que para celebrarmos e elaborarmos esta moção relativamente ao 75º aniversário da Declaração Universal, para além de termos lido os artigos e nos termos informado relativamente a tudo o que continua a acontecer e que não deveria de acontecer, por recomendação destes mesmos artigos.

Recomendo que voltem a ler aquilo que é a nossa moção, quando num dos parágrafos dizemos “*É de lamentar que os conflitos se espalhem com virulência. A pobreza e a fome aumentam. As desigualdades tornam-se mais profundas, as alterações climáticas tornam-se uma crise humanitária, o autoritarismo aumenta, o espaço civil diminui, os meios de comunicação estão sitiados e a igualdade de género é um sonho distante.*”, foram palavras do Secretário-geral da ONU, António Guterres. Portanto, não nos limitámos, conforme nos foi afirmado, neste momento, pelo deputado Afonso Luz relativamente ao conflito.

Nos pontos deliberativos, também, dizemos aqui que manifestamos e reiteramos a defesa intransigente do cumprimento integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que são estes mesmos que eu acabei de evocar e que está subjacente a todo e qualquer ponto dos 30 artigos, condenar todos os ataques perpetrados por grupos terroristas e não nos cingirmos a um apenas grupo terrorista. Também, aqui falamos da invasão militar em larga escala lançada pela Rússia contra a Ucrânia, mas também a todos as vítimas e milhões de refugiados de outros conflitos armados.

Afonso Luz (CDU) – Nós lemos atentamente aquilo que o Partido Socialista escreveu e voltamos a dizer, aliás comecei por dizer que isto limita a olhar para os conflitos internacionais, mas o que apelávamos na nossa intervenção era que olhássemos para nós próprios, porque olhar para os outros e ver que os direitos humanos não são cumpridos, é fácil, o problema é que destes 30 artigos da declaração, lá estão o direito à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho com dignidade e é para isso que apelamos, que olhemos cá para dentro e comecemos por nós próprios, aqui em Portugal, a fazer com que o Governo cumpra os direitos humanos.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Moção “Transporte Fluvial de passageiros Setúbal/Troia” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Afonso Luz (CDU) – Senhor Presidente, só para pedir que seja corrigida uma gralha que aí aparece no 4º parágrafo da moção, que começa “*Em outubro passado, os presidentes de Câmara de Setúbal...*” incorretamente está aí Barreiro e devia ser Grândola, portanto, era para substituir Barreiro por Grândola.

Presidente da Mesa – Onde está “Barreiro” deve ler-se “Grândola” no 4.º parágrafo.

Vítor Rosa (BE) – Dizer que acompanhamos esta moção da CDU e que o Bloco de Esquerda, em sede de discussão parlamentar do Orçamento para 2024, também propôs a integração do transporte fluvial Setúbal/Troia no passe social Navegante.

Já agora, uma petição pública que recolheu mais de 8 mil assinaturas, também fazia este apelo, coisa que parece que os senhores deputados do Partido Socialista do nosso distrito, e não só, esqueceram-se e deixaram tomando uma posição de rejeição sobre esta pretensão de um número significativo de cidadãos do nosso concelho.



Paulo Lopes (PS) – A bancada municipal do Partido Socialista entende que é absolutamente fundamental que se encontre uma solução mais acessível do que a atual, mais comportável para o bolso dos setubalenses na travessia fluvial de passageiros de Setúbal/Troia e vice-versa. Esta medida tem evidentes ganhos, além de uma maior mobilidade na Área Metropolitana ligando ao Sul, mas também promover um alívio da pressão que existe sobre as praias da Arrábida, com benefícios ambientais e de segurança por mais evidentes.

Por este motivo, entendemos ser da maior importância no momento em que existe apenas um governo de gestão e que a presente moção, também, contempla a recomendação da constituição da referida comissão que é dita na moção e que foi, de alguma forma, prometida pelo anterior Ministro das Infraestruturas ao Sr. Presidente da Câmara, pois só com essa comissão é que conseguimos perceber quais são as medidas que são possíveis aplicar, qual é a sua sustentabilidade financeira e perceber qual o envolvimento financeiro necessário por parte do Governo e dos Municípios de Setúbal e Grândola. Portanto, temos algo também mais concreto para podermos estar aqui a recomendar e aprovar uma moção que seja possível, porque se legalmente não for possível, se isto tiver um custo incomportável para o município e para o Governo, estamos a exigir o quê? O impossível?

O Partido Socialista propunha aqui um novo ponto, que era recomendar ao Governo a criação da tal comissão que foi falada pelo Ministro que, entretanto, se demitiu, mas que não chegou a ser criada por aquilo que percebi.

Nuno Carvalho (PSD) – O PSD, e creio que isto é da memória de muitos dos que aqui estão, quer antes e quer depois de ser constituído o PART (Programa de Apoio à Redução nos Transportes Públicos), sistema que permite a utilização do passe navegante, já tinha definido de forma clara a inclusão deste troço fluvial neste mesmo sistema. Sendo que quando o PSD, quer a nível municipal, quer a nível nacional, voltou a insistir com esta situação e fê-lo já depois daquilo que foi a experiência que ocorreu a norte da região da Área Metropolitana de Lisboa, em que foi possível haver uma comparticipação que se traduziu numa diminuição do valor do passe para as pessoas que vinham do distrito de Santarém e deslocavam-se para Lisboa, portanto, que pertenciam a outra Comunidade Intermunicipal.

Esse sistema que foi encontrado, foi encontrado por entendimento das comunidades intermunicipais, sendo certo que não incluiu um valor igual ao do passe navegante, mas permitiu uma solução que se traduziu numa diminuição significativa do custo do passe.

Quando se apresenta esta moção, é preciso, em primeiro lugar, perceber porque é que até ao momento não foi feita uma solução igual que contou apenas com o envolvimento dos municípios e das comunidades intermunicipais para Troia, que foi uma coisa que, pelo menos, à data de hoje havia todas as possibilidades para isso ser feito. O PSD, inclusive, apresentou essa proposta na Câmara Municipal, no mandato passado, e que foi liminarmente rejeitada, sendo que a razão da rejeição era porque, à data, o Município de Grândola não aceitava. Ora se o Município de Grândola já aceita e já está disponível para participar nessa solução seria, evidentemente, bom que se procurasse um entendimento que é semelhante àquele que foi conseguido com outros municípios, como acabei de referir.

Outro ponto diferente é haver, de facto, uma redefinição daquilo que é a abrangência do passe navegante que ao incluir Troia, evidentemente, que outros que estão a norte e de outras áreas vão também reclamar e bem, porque entenda-se, a verdade é que há uma utilização de diferentes vias rodoviárias e ferroviárias que vão todas confluir a Lisboa. Para defender uma verdadeira mobilidade, como se quer deste ponto de vista, tem de se olhar as pessoas que se movimentam e aí é outro ponto, que não é apenas referente a Troia, mas é referente a esta região.

Acho que estamos aqui a analisar algo que não pode ser circunscrito, evidentemente, à questão de Troia, se quisermos que ela inclua o passe navegante, que é algo que o PSD defende, mas não defende apenas para Troia, entenda-se, defende para aqueles que têm as mesmas condições que se verificam em Troia, que são vários e até de outros distritos também. Continuamos a sublinhar a importância de, no imediato, ser possível um entendimento que seja semelhante àquele que foi alcançado com outros concelhos, como foi Caldas da Rainha e vários outros concelhos que conseguiram, efetivamente, dessa comunidade intermunicipal que para os seus municípios o passe tivesse o valor mais reduzido.



José Ferreira (CH) – Obviamente que o partido CHEGA vai acompanhar esta moção da CDU, apenas tem de haver um estudo, tendo em conta que a empresa é privada, haver um estudo e uma alternativa para que o Governo também não tenha de suportar milhões ou milhares na alteração da concessão.

Afonso Luz (CDU) – Percebemos a proposta que o Partido Socialista faz, mas creio que isso leva a que os outros dois pontos da deliberação acabem por se tornar irrelevantes, se vamos criar uma comissão para estudar precisamente isto que é pedido. No fundo, a nossa ideia é que o Governo deve agir quanto mais rápido melhor e não se formar mais uma comissão que há de estudar, quer dizer que nunca mais saímos daqui, portanto, não nos parece ser de incluir aqui mais nada, porque se não deturpa o resto do sentido da moção.

Presidente da Mesa – É que este problema, de facto, é como diz o senhor deputado Nuno Carvalho, não diz respeito só à periferia de Setúbal com o Alentejo Litoral, diz respeito às periferias e se não houver pressão para resolver isto caso a caso...

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 11 abstenções, 10 do PS e 1 da IL.

3. Moção “Pela construção do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Afonso Luz (CDU) – Ia no sentido de abreviar trabalho, porque depois temos uma outra moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, sobre o mesmo tema, era que pudéssemos discutir as duas em simultâneo e depois a fazer a votação em separado.

Presidente da Mesa – A discussão pode ser conjunta em relação à matéria das duas moções e a votação será separada, naturalmente.

Rui Lamim (PSD) – Consideramos que o novo aeroporto de Lisboa, a ser instalado próximo de Setúbal, é, naturalmente, fator de progresso e riqueza para este nosso concelho. No entanto, nós não queremos voltar a falar aqui nesta assembleia de ser necessário espoliar os contribuintes para a construção do mesmo, indemnizações à concessionária ou ainda de publicações em Diário da República de decisões de colocação ou de criação deste mesmo aeroporto com a conseqüente trapalhada e desculpas e volte atrás, enfim, daquilo que era o Ministro da altura.

Há, também, a adicionar a este grande cocktail aqueles pareceres que, na altura, eram vinculativos de algumas Câmaras Municipais que inibiram o seu arranque. Recordam-se quem eram essas câmaras. Tudo isto é um cocktail que, enfim, e não é aqui o local para defender as conclusões daquele relatório da Comissão Técnica Independente, pelo que nos vamos abster, não só nesta moção, como, também, na seguinte, realçando outra vez que o novo aeroporto de Lisboa a ser construído aqui próximo de Setúbal é, efetivamente, um fator de riqueza e de progresso, também, para o nosso concelho.

João Fidalgo (PS) – O grupo do PS julga que a construção do novo aeroporto de Lisboa na zona de influência de Setúbal é, obviamente, uma decisão correta. Agora, não podemos acompanhar estas duas moções, por exemplo, a moção da CDU recomenda que se iniciem os necessários procedimentos por parte do Governo, mas temos que lembrar aqui que, neste momento, temos um governo de gestão, portanto, este Governo não poderá tomar esse tipo de decisões para o início destes procedimentos.



Outra questão que, também, temos de relembrar aqui, é que existe um acordo entre o Governo, o partido que estava ainda no Governo, embora em gestão, e o PSD para a construção do futuro aeroporto. Essa decisão irá ser tomada, de acordo com o parecer que foi elaborado pela Comissão Técnica Independente, mas será sempre uma decisão política a tomar pelo eventual futuro Governo, seja ele qual for.

Não iremos acompanhar, não iremos votar favoravelmente nenhuma das moções apresentadas, mas, obviamente, defendemos a construção do aeroporto na zona de influência do concelho de Setúbal, o mais próximo possível.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN considera Alcochete como a localização para o novo aeroporto, uma solução nociva, em termos ambientais e de qualidade de vida. A solução de Alcochete coloca-nos preocupações graves, quer ao nível da desarborização devido à estimativa do abate de cerca de 250 mil sobreiros, bem como o montado que vai ter de ser destruído para a construção deste aeroporto, além, obviamente, do impacto do ruído para a qualidade de vida das pessoas. A construção do aeroporto em Alcochete compromete, também, um dos maiores aquíferos de água pública do país.

Consideramos que a Comissão Técnica Independente não colocou as preocupações ambientais em primeiro plano, assim como a segurança e a qualidade de vida das pessoas. O PAN teve já, também, oportunidade de mostrar preocupação pelo facto de os pareceres sobre a localização do aeroporto, elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente e pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, não terem sido divulgados, tendo requisitado ao Governo esses mesmos pareceres a bem da transparência e para que não tenhamos novas surpresas como a que vimos em Sines.

Projetos relacionados com mobilidade e transição energética não podem ser realizados à revelia da Proteção Ambiental e não podemos continuar a desvalorizar esta preocupação, escudando-nos com o falso chavão da imprescindível utilidade pública.

Por este motivo, o PAN irá, naturalmente, votar contra a moção apresentada pela CDU, como a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal irá abster-se nesta moção por considerar prematura uma tomada de posição e estão em causa, ainda, os resultados de um relatório preliminar. Defendemos que o trabalho da Comissão Técnica Independente é para ser respeitado, mas é essencial que o seu trabalho seja conhecido na íntegra e que se conheçam as conclusões finais. É de notar que ainda existem um conjunto de questões relevantes que não estão respondidas, nomeadamente, qual é o destino que será dado aos terrenos do aeroporto Humberto Delgado na Portela.

Por fim, terminava só fazendo aqui um pedido ao Bloco de Esquerda, que alterasse na sua moção a localização do aeroporto, uma vez que é referida a Comissão Técnica Independente, de Alcochete para Campo de Tiro de Alcochete.

Simão Calixto (CDU) – Não queria deixar de salientar que, tanto na Assembleia Municipal como na Câmara Municipal já foram aprovados diversos documentos no sentido da construção do novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete e isto era uma decisão que até, do âmbito regional e até mais lato na Área Metropolitana, era uma questão que estava consensualizada há 13 anos. De facto, o Campo de Tiro de Alcochete era a melhor solução para o país, para o desenvolvimento da região e de tudo o que daí decorre.

O que nos assalta sempre que vem esta discussão, é que, de facto, perderam-se 13 anos desde a privatização da ANA e, de facto, a decisão política já estava tomada, já estava consensualizada, seja com os municípios da margem sul, seja com os municípios da margem norte e quando se privatiza a ANA, privatiza-se, também, esta questão da construção do aeroporto e passamos a responder a interesses de uma multinacional, em vez de respondermos aos interesses do país e é isso que tem estado aqui em causa.

Já diversos pareceres foram aprovados sobre esta questão, o próprio aeroporto de Alcochete já teve uma declaração de impacto ambiental aprovada, com um estudo ambiental positivo e isto tudo vem no sentido da privatização da ANA. Agora, também, cabe aqui que as forças políticas em questão digam se estão a favor ou contra esta solução que estava consensualizada há tanto tempo.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 1 voto contra do PAN e 17 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

4. Moção “Pela defesa do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Aceitar a ratificação indicada pela Iniciativa Liberal onde está indicado a localização de Alcochete, ficar Campo de Tiro de Alcochete, quanto ao restante, acho que já andamos há 50 anos à espera do novo aeroporto, não vamos esperar mais tempo sobre isso.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 1 voto contra do PAN e 17 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

5. Moção “Pelo fim da impunidade do Grupo CLIMÁXIMO” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Esta moção do CHEGA é mais um exemplo que define a sua atitude negacionista da atual crise climática, tal como fazem algumas figuras centrais da sua referência política, como Donald Trump ou Jair Bolsonaro.

Logo no seu primeiro considerando o CHEGA retrata aquela que é a sua posição negacionista ao afirmar: “*Em 2015 foi criada uma organização denominada Climáximo cuja missão passa, aparentemente, por defender o meio ambiente no pressuposto...*” e repito, “*...no pressuposto que existe uma emergência climática no nosso planeta.*”. Pelos vistos para o CHEGA não existe uma crise climática, é um pressuposto que não se confirma, tal como as contradições da senhora deputada Rita Matias quando, em sede parlamentar, dizia que tinha um relatório da IPCC, o Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas, que afinal não existe, com a conclusão que também não existe.

A fonte era um estudo da IPCC de 89, que quando distribuído pelos deputados passou a ser apenas uma notícia da *Associated Press* sem as conclusões mencionadas pela deputada do CHEGA, de que muitas perdições científicas foram falhando ao longo dos anos, nomeadamente de que várias nações ficarão submersas no virar do século por volta do ano 2000. Uma mentira que por muito que se repita, não passa a ser uma verdade.

Os senhores deputados do CHEGA, talvez não conheçam Andreas Malm, autor do livro “*Como rebentar com um oleoduto*”, que foi o principal influenciador das ações de desobediência civil dos movimentos ambientalistas pela justiça climática. Diz este autor que é altura de refletir sobre este tipo de ações, porque as mesmas afastam as pessoas e alimenta a extrema-direita, dando como exemplo, a Alemanha, onde o partido de extrema-direita, AFD, que capitaliza com esta regra popular contra o movimento climático.

É importante refletir e debater sobre a atual crise climática e que formas de a mitigar? Sim, com certeza! É importante manter o ativismo pela justiça climática e um planeta melhor para as gerações vindouras? Sim, com certeza! É importante combater este negacionismo barato da inexistência de uma crise climática? Sim, com certeza! Acompanhar esta versão populista de aproveitamento político com considerandos de ordem securitária e autoritarismo do passado, nem limitação de liberdades individuais? Não, com certeza!

Simão Calixto (CDU) – Estamos à beira de comemorar os 50 anos do 25 de Abril e não poderíamos deixar de assinalar que não compactuamos com qualquer tentativa de restrição ao direito à manifestação e que, também, não confundimos com práticas ilegais e nesse sentido repudiamos as ações criminosas, mas entendemos que as forças de segurança devem intervir apenas repondo a normalidade e não mais do que isso. Consideramos que, também, foi isso que aconteceu, as forças de segurança fizeram a sua intervenção e nos tribunais decorrerão os processos necessários e eventuais sanções civis e penais. Não nos parece que seja de qualquer tipo de impunidade aqui, nem que caiba aos órgãos autárquicos, mas no funcionamento da justiça.

Flávio Lança (IL) – Em nome da Iniciativa Liberal, gostaria de expressar o nosso total apoio a esta moção. É inegável que a preocupação com o meio ambiente é uma questão global e é nosso dever tomar medidas para preservá-lo, no entanto, é crucial distinguir entre ações construtivas e destrutivas.

O Grupo Climáximo ao optar por realizações de manifestações, envolvendo vandalismo e ocupação, está a desviar a atenção das verdadeiras preocupações ambientais.

É importante lembrar que vivemos num continente que já estabeleceu algumas das normas ambientais mais rigorosas do mundo, o que nos coloca numa posição privilegiada em termos de proteção ambiental. No entanto, esta posição privilegiada não nos exime da responsabilidade de continuar a cuidar do nosso ambiente.

A Climáximo afirma ser um coletivo aberto, horizontal e anticapitalista, mas parece ignorar as realidades de países onde a luta diária é pela subsistência e pela obtenção de necessidades básicas, como o acesso a alimentos. Além disso, a transição energética é um processo complexo que não pode ser realizado de forma abrupta, pois isso poderia comprometer a estabilidade do fornecimento de energia do país, o funcionamento de hospitais e escolas, entre outros.

É fundamental compreender que a transição energética deve ser planeada e implementada de maneira gradual, devemos abordar as questões ambientais de forma sensata e responsável. Relembro os bloqueios de estradas, como os que ocorreram em Lisboa durante 45 minutos, são preocupantes especialmente se estes bloqueios impedirem o acesso de uma ambulância, colocando vidas em risco. Devemos considerar as consequências dessas ações.

A Iniciativa Liberal condena veemente tais ações, bem como qualquer atividade que viole a lei. O que este coletivo, que se declara aberto a todos, incluindo aqueles que buscam vandalizar e perturbar, está na prática a fazer é afastar as pessoas da causa ambiental. Precisamos de unir esforços de forma construtiva e responsável para proteger o nosso meio ambiente e avançar em direção a um futuro mais sustentável.

Paula Soeiro (PSD) – A bancada do Partido Social-Democrata irá acompanhar esta moção, sendo que logo o seu título poderá ser causador de alguma conflitualidade. A moção não é nossa é do CHEGA, mas ser-nos-ia mais adequado, porque não estamos num estado de impunidade, estamos num estado de direito e, por isso, não deveremos alegar que existe uma impunidade, isso é para o Estado e serão para os órgãos de justiça. Se a moção referisse a condenação ou o repúdio sobre as ações do Grupo Climáximo, todo o resto dos considerandos estariam bem.

De qualquer forma, mesmo não existindo alteração, iremos acompanhar a moção.

Luís Maurício (CH) – Acho que o senhor deputado Vítor Rosa, de certeza, não leu a moção, viu só por alto, porque como sempre começou a andar para a frente, a andar para trás, a andar pelo meio, mas não disse nada.

Não estamos a dizer que somos contra ou somos a favor do que está a acontecer no meio ambiente, nós somos contra as iniciativas da Climáximo, como vandalizar montras, pôr uma bandeira de outro país na Câmara Municipal de Lisboa, destruir património, foi o que fizeram, parar autoestradas, parar o trânsito, miúdos que estão a pôr em risco as suas vidas, porque as pessoas vão, às vezes, muitos estressadas para o trabalho com vários problemas e vêm miúdos que não os deixam passar para chegarem a horas aos seus trabalhos e não terem como explicar isso aos seus patrões.



Senhor Vítor Rosa, estamos contra as iniciativas da Climáximo, porque estão a destruir o nosso país com as ações que estão a fazer. Sabemos que tem de ser combatido da melhor forma e tem de haver mais ações e têm de demonstrar que cá em Portugal estamos num estado de direito e quando praticamos más ações as pessoas têm de ser responsabilizadas por isso.



Mariana Crespo (PAN) – O PAN, naturalmente, opõe-se a qualquer ação criminosa, seja motivada pelo motivo que for, mesmo que possa ser nobre, pois, ao contrário do que os proponentes desta moção parecem aqui referir, a emergência climática é uma realidade e assim tem sido reconhecida por diversos países, entidades e até por esta própria Assembleia Municipal de Setúbal em mandato anterior.

Contudo, a presente moção parece-nos desprovida de fundamento nos seus considerandos, ao tentar instar ao Governo para que atue junto das autoridades policiais para que estas, no fundo, façam a sua função. Não temos qualquer evidência que as autoridades policiais e judiciais tenham dado especial favorecimento a estes movimentos, por isso não compreendemos o objeto desta moção, nem nos podemos rever quando se soltam acusações dúbias, como no ponto 3 do texto, em que se mistura ativismo pelo clima com uma suposta ideologia de extrema-esquerda, são movimentos muito diferentes e é importante que essa distinção seja clara. Por não se rever no conteúdo desta moção, o PAN irá votar contra.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista, obviamente, repudia e condena todos aqueles que praticam ações criminosas. O Partido Socialista e qualquer partido aqui.

Agora, nós estamos a falar de um grupo que tem feito alguns atos de vandalismo, por aquilo que eu me lembro, atirou tinta a dois políticos e fez um corte de estrada. É disto que estamos a falar e comparar isto com grupos organizados ligados à extrema-direita, os quais praticam ações criminosas durante a noite e pelo qual nunca vi ninguém aqui fazer uma moção pelo fim da impunidade desses grupos, isso sim, isso é que é. Ainda há bem pouco tempo, surgiu nas notícias um grupo de motards que estava associado a um partido da extrema-direita e que praticava ações criminosas em vários pontos do país, isso sim é preocupante, os fatos com a tinta limpam-se, foi só uma rua cortada e a polícia atuou. Estarmos a dar importância a algo como isto é exatamente o que este grupo quer, é estarmos aqui numa Assembleia Municipal a falar sobre algo que é natural haver contestação, o que diria o deputado do CHEGA sobre a Greenpeace que fez tudo e um par de botas, foi acusado até de colocar bombas e tudo mais. Hoje, se houve uma evolução, por exemplo, naquilo que foi a caça às baleias, foi graças à Greenpeace, entre muitas outras ações. Estar a considerar que tudo isso é criminoso e que devemos condenar e que tem de se repudiar a impunidade, bom...

O Partido Socialista não vai acompanhar esta moção, porque entende que é demasiado radical e que o tema em si não merece a atenção que está a ser dada.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro deputados municipais, um da CDU, dois do PS e um do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 26 votos contra, 16 da CDU, 8 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 8 votos a favor, 5 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

- 1. Saudação “Prémio Nobel da Paz atribuído à ativista iraniana Narges Mohammadi” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rafaela Nunes (PS) – Vou apenas referir-me à parte deliberativa pela sua importância simbólica, por isso, serei breve.

Esta saudação pretende congratular a atribuição do Prémio Nobel da Paz à ativista iraniana Narges Mohammadi, pelo seu envolvimento longo, mais de duas décadas pela luta dos direitos humanos, nomeadamente pelos direitos das mulheres, denunciando também a repressão política, a tortura e a violência sexual.

Pretende saudar, ainda, todas as pessoas presas ou não, ativas na defesa pelos direitos humanos, pela liberdade e pela democracia.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Saudação “29 de Novembro – Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino” (CDU)
(conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – Há pouco ouvi atentamente as palavras do deputado Afonso Luz sobre a moção do Partido Socialista dos direitos humanos, considerou que fazia uma condenação seletiva e sendo seletiva não era equilibrada e justa.

Esta moção, é toda ela uma moção altamente seletiva, porque não tem uma única palavra, uma única palavra sobre o ataque terrorista do Hamas e que desencadeou depois todo este horror que vamos assistindo em direto. Não há uma única palavra sobre aquilo que despoletou o conflito e que foi um ataque bárbaro, um ataque terrorista de uma instituição terrorista que prejudicou os seus próprios cidadãos com aquela ação.

Acho que se o Partido Comunista quer, também, ser justo, e deveria aqui condenar algures esse ataque, porque esse ataque é que levou exatamente a esta barbaridade, foi o rastilho que levou a toda esta ação. Achamos que esta moção deveria ter, pelo menos, para poder ser votada aqui pela maioria, uma declaração clara sobre aquilo que foi uma versão de um ataque terrorista que aconteceu e que possibilitou a que o Estado de Israel depois entrasse por Gaza adentro e fizesse o que fez.

Na última frase está “*conflito israelo-árabe*”, não sei se foi isso exatamente o que vocês quiseram escrever, ou se era “*israelo-palestiniano*”, porque israelo-árabe, enfim, o conflito aqui é diferente, até que nos últimos tempos houve uma aproximação entre o Estado de Israel e outros Estados árabes.

Rui Lamim (PSD) – Também vou começar por falar acerca daquilo que foi dito pela CDU há bocado na moção sobre a leitura parcial. No final de contas ao lermos esta moção temos, também, aqui uma leitura parcial.

Digo já que vamos aprovar esta moção. Ela inclui algo que não é hábito no discurso da CDU sobre este tema, que é a referência aos reféns, de que têm de ser libertados, as hostilidades militares têm de terminar e as resoluções das Nações Unidas, por muito túbias às vezes que sejam, são o melhor que temos, mas temos também outras coisas com várias outras resoluções e acordos ao longo do tempo.

A CDU gosta, e é uma pergunta que deixo no ar, gosta muito deste tema segundo uma certa leitura parcial, porque se quisermos falar de guerras e de conflitos sangrentos, há outros ali naquela zona que poderão ser referidos e a CDU não os refere. Não refere os casos de 300 mil mortos no Líbano, que é uma guerra que ocorre hoje, ou o meio milhão de mortos, que é a contabilização macabra, ali ao lado na Síria. São outros dois sítios onde morre gente todos os dias, são mais dois sítios de horror e há aqui uma leitura seletiva deste tema.

Repito, vamos aprovar esta moção, mas não quero entrar em mais detalhes, não quero perguntar se isto tem laivos de xenofobia ou de antisemitismo, mas queria terminar dizendo a todos que é necessário que todos aqueles povos sintam amor pela vida, amor pelos seus filhos.

Simão Calixto (CDU) – Espanta-me ouvir aqui algumas forças políticas falarem que não pomos aqui questões. A CDU, os eleitos da CDU espantam-se com o facto de algumas forças virem aqui dizer que não apelamos a um cessar-fogo imediato, do acesso sem restrições à ajuda humanitária, da libertação de todos os reféns, da

proteção de civis e do fim das violações do direito humanitário internacional. Está aqui na nossa moção e, de facto, referimos isso.

Mas, também, não nos podemos esquecer que é uma saudação por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o povo Palestino e decidimos focar-nos particularmente no povo Palestino e na agressão a que vêm sendo alvo paulatinamente ao longo dos últimos 75 anos, não é só de agora e não é só desde 7 de outubro.

Também, tendo em conta este contexto, não queria deixar de lembrar as declarações do Sr. António Guterres, Secretário-geral das Nações Unidas, que em outubro até foram depois alvo de grande polémica, mas não queria deixar de as dizer aqui e passo a citar *“É também importante reconhecer que os ataques do Hamas não aconteceram do nada, o povo da Palestina tem sido sujeita a 56 anos de uma ocupação sufocante, viram as suas terras serem constantemente devoradas pelos colonizadores e assoladas pela violência, a economia está sufocada, há pessoas deslocadas e as suas casas demolidas. As suas esperanças de uma política para a situação têm vindo a desaparecer, mas as reivindicações do povo palestino não podem justificar os ataques terríveis do Hamas e esses ataques não podem justificar a comissão coletiva do povo palestino.”*, fim de citação.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal irá abster-se nesta saudação. Obviamente, que estamos totalmente solidários com o povo palestino, mas a forma como esta saudação está escrita é uma perspetiva muito unilateral, exigem um cessar-fogo em vez de apelar a um cessar-fogo, o que faz toda a diferença. Não é a exigência a apenas a uma das partes que cria um clima de paz e não há aqui nenhuma referência a exigir, também, já que se fazia uma exigência a um lado, a que o Hamas liberte imediatamente todos os reféns. Por esse motivo não nos sentimos em condições de votar favoravelmente e iremo-nos abster.

Rui Lamim (PSD) – Nós gostamos muito de António Guterres, mas, no entanto, até as melhores pessoas, os indivíduos mais inteligentes têm os seus momentos menos brilhantes e eu até arriscaria que foi um erro de tradução, mas dizer que, enfim, que aquilo não surgiu do nada é uma justificação de um ataque terrorista em que um conjunto de pessoas ao romper da madrugada saíram matando indiscriminadamente outras pessoas e raptando algumas outras.

Este tipo de atitude, de comportamento não é justificável com coisa nenhuma, portanto, pessoas de bem só podem compreender que terá sido um erro de tradução essa frase que agora foi dita e atribuída a António Guterres.

Simão Calixto (CDU) – Era só para dizer aqui que em relação ao reparo do conflito, é israelo-palestiniano e não israelo-árabe, fazer essa pequena correção.

De facto, também não sei como é que se justifica, com dados de 23 de novembro, tem mais de um mês destes dados da Organização Mundial de Saúde de 15 mil mortos, dos quais 40% são crianças, 36 mil pessoas feridas, 2.700 desaparecidas ou soterradas nos escombros, mais de metade crianças e 1,7 milhões de pessoas deslocadas, tudo isto na Faixa de Gaza, tudo isto fruto da intervenção de Israel. Também não sei como é que isto é justificável.

Luís Maurício (CH) – O partido CHEGA vai-se abster nesta matéria, claro que está solidário com o povo Palestino, mas os factos que são aqui relatados, só estão por um lado como se um lado fosse bom e os outros lados são todos maus.

Está aqui um ponto que acho que é uma brincadeira de mau gosto, na nossa perspetiva, de enviar isto para a embaixada de Israel, não deve ser feito. Enviar para a embaixada de Israel deve ser uma brincadeira de mau gosto, com certeza, e relatar as frases do Secretário-geral da ONU consideramos que já foi pouco feliz o que ele disse e falar novamente o que ele disse aqui dentro, ainda menos feliz se torna.

Presidente da Mesa – A discussão está feita e não queria participar na discussão, mas tenho de objetivar um pouco em relação à matéria.



Esta saudação relativa ao dia 29 de novembro, Dia Internacional de Solidariedade com o povo Palestino, que se é celebrado desde 1977, não é pelos acontecimentos desde o 7 de outubro, é quando a ONU declara um dia de solidariedade internacional com um povo mártir, porque considera que esse é um povo mártir, é um evoluir, é um contínuo histórico, ele é martirizado desde a ocupação e da violência que é perpetrada por uma nação sobre outra nação ou sobre os habitantes que lá estão.

Não particularizemos, se vamos ver só a janela do momento, que nos interessa estamos a ser parciais ou facciosos, é sobre a Resolução 181 da ONU que desde 1977 celebra este dia de solidariedade com o povo palestino, porque é um povo vítima. Às tantas deixamos de ver a floresta, há vários povos vítimas, o que há mais neste mundo são povos vítimas, uns têm carrascos diretos, outros não têm tão à vista, mas aqui há um conflito que uns matraqueiam, matam sucessivamente, retiram as terras, correm com eles a tiro e depois as coisas acontecem e quando diz, intencionalmente, o Secretário-geral da ONU, não foi erro de tradução, foi intencionalmente, as coisas não nasceram do vazio, este conflito não nasceu no dia 7 de outubro, têm um longo antecedente, pelo menos, aquilo que é aqui anunciado na saudação que refere a Resolução 181, desde 1977.

Objetivamente é isto que é proposto à assembleia, uma posição sobre este dia de solidariedade retratando o conflito atual, depois que todos os lados das opiniões favoráveis a um e a outro seja manifestado, uns manifestaram-se a favor do povo palestino, outros a favor do povo, da nação ou do Governo israelita. Do Governo israelita, mais propriamente, porque outros Governos israelitas houve que até assinaram acordos de paz, mas isso não é o que é proposto inicialmente, o que é proposto é sobre a Resolução 181 que criou o dia da solidariedade com o povo palestino que se celebra desde 1977, é essa a apreciação que é colocada à Assembleia Municipal.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, e 17 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL.

3. Saudação “Centenário do Porto de Setúbal” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Saudação “Ao 48º aniversário do Teatro de Animação de Setúbal” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Tiago Pereira (PS) – A bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista irá acompanhar esta saudação, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelo TAS e parabenizando pelo seu 48º aniversário.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa – Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, com uma nota, o senhor Presidente da Câmara, fez-me saber que, há um ponto que também devia ser incluído nos prioritários, que é o ponto 25, relativo à “Constituição do fundo de apoio ao funcionamento das Instituições do concelho”, porque está incluído na previsão do Plano de Atividades e do Orçamento e, portanto, justificava-se que fosse apreciado também, nos pontos conexos ao Orçamento e Plano de Atividades.



Então, nesse caso, eu sugeria à Assembleia, que a seguir ao ponto 18, antecipássemos a discussão desta deliberação, que consta do ponto 25, sobre o fundo de apoio ao funcionamento das instituições do concelho. Não havendo objeções, vamos passar ao primeiro ponto que temos na lista que é ainda um não deliberativo, mas que é de discussão e interpelação no que for entendido, ao Executivo, que é relativo à informação escrita do presidente da Câmara acerca do relatório de atividades dos meses de setembro, outubro e novembro de 2023.

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2023 (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Quero levantar duas questões, uma tem a ver com o contrato de estacionamento tarifado, esta informação escrita não contém nada, sobre a execução deste contrato, recorde que vendeu o espaço da cidade, por 40 anos.

O outro ponto tem a ver com as taxas de execução, na parte financeira, nomeadamente e na página 17, quanto às receitas, estava previsto 199 milhões e foram recebidos 110 milhões, isto é uma execução de 55%. Os dados são desde janeiro até novembro, portanto, em novembro, estamos quase no final do ano, temos 55% de execução da receita, e quanto à execução da despesa, desde janeiro até novembro, o que está lá é 48% de taxa real de execução da despesa. Ora bem, eu sei que isto em Setúbal é habitual, mas não é normal, não é normal que um orçamento, seja executado assim desta forma, quer dizer à volta dos 60%, dá margem para uma grande ginástica, o orçamento em si, perde o seu significado político do objetivo de construir coisas, porque é aquilo, ou pode ser mais ou menos aquilo, ou pouco menos, ou pouco mais, ou 60% daquilo, portanto, é algo que eu sei que é habitual neste Município, mas não é assim que as coisas se devem fazer.

Simão Calixto (CDU) – Tenho algumas questões para o Executivo, a primeira prendia-se com o Centro de Saúde de Azeitão, que foi uma obra também aqui realizada pela Câmara Municipal, que já está concluída, aliás, até houve uma iniciativa de entrega das chaves, à Administração Regional de Saúde, que foi bastante publicitada, e gostaria de saber se o senhor Presidente tinha alguma informação relativa à abertura do Centro de Saúde, e quando é que este equipamento estará ao serviço da população de Azeitão, uma vez que é também uma reivindicação com muitas décadas e que faz uma grande falta aquela população.

Em segundo lugar, gostaria de perguntar em relação ao Hospital de São Bernardo, e tendo em conta também que tivemos uma vigília feita em novembro, com um conjunto muito alargado de artistas e onde até o senhor Bispo de Setúbal esteve presente, para pedir que as urgências abram, que haja médicos suficientes para atender as pessoas, queria também perceber junto do Executivo, se considera que esta iniciativa teve impacto, e se o Governo já disponibilizou mais médicos nas urgências, se já voltaram a abrir todas as semanas e não só de 15 em 15 dias, que era uma situação, que nos venderam como temporária, e que, afinal, já estamos assim há meio ano.

Paula Soeiro (PSD) – Na análise da informação escrita surge-nos, nomeadamente três questões. Uma das questões, de forma sucinta, tem a ver com os projetos de requalificação e da imagem urbana, há a seguinte informação na página 57, “*elaboração de proposta de volumetria para a concessão de 2 estabelecimentos comerciais no Jardim da Beira-Mar*”, gostaríamos de saber mais alguma informação, nomeadamente, se os edifícios que já existem no Jardim da Beira-Mar, vão ter outro uso, ou se serão eliminados, por isso queríamos algum esclarecimento, sobre estes 2 estabelecimentos comerciais e de que forma será divulgado depois, o respetivo contrato de concessão.

A segunda questão, que se refere às atividades do Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural, e que está enquadrado, sobre o título “3.ª Fase das obras do Convento de Jesus”, as seguintes atividades, e queríamos algum esclarecimento, porque não conseguimos compreendê-las à luz desta, 3ª Fase das obras do Convento de Jesus e, nomeadamente o Projeto de Investigação, “As mulheres de

Setúbal e a resistência ao Estado Novo”, depois vem um descritivo com o estabelecimento de dez contactos com pessoas, para futuras entrevistas, diz também que enquadrado na “3ª Fase das obras do Convento de Jesus”, está como uma atividade, “Acompanhamento do Espólio de Lauro António no Choilo” ou ainda a “Concretização da comunicação as eleições municipais de 1925 em Setúbal” tem mais algumas, mas penso que o senhor Presidente, poderá com base nestes exemplos, explicar ou justificar, como é que isto se enquadra na 3ª Fase das obras do Convento de Jesus.

A última questão, que refere na página 168, um conjunto de visitas técnicas com os representantes da Parque Escolar, a Empresa de Construção Pública EP, com responsabilidades relativas à requalificação, queríamos então que nos desse mais informação, sobre qual é que foi o resultado destas visitas técnicas, e se houve algum compromisso por parte da Parque Escolar, relativamente aos equipamentos alocados e que foram visitados.

A título de sugestão, sugerimos novamente, um outro modo de organização das atividades da Divisão de Cultura e Património, e também, porque é um dado importante, na página 172, não consta a média de avaliação por período semestre, nem do nível de ensino, quer no quantitativo, quer em termos percentual, penso que é algo que poderão corrigir.

Alexandre Teles (PSD) – Era para ter feito esta intervenção no período antes da ordem do dia, mas não foi possível, por isso farei esta intervenção, agora. Eu vou falar dos acessos aos Viveiros da Mitrena, os acessos estão muito degradados, alguns deles existem do prolongamento da estrada da Mitrena, que o município, muito bem está a revitalizar, para melhorar as condições de acessibilidade e melhorar a competitividade do tecido empresarial da região.

O negócio da piscicultura e ostricultura devem ser uma referência do concelho de Setúbal, para que isso aconteça, tem de se garantir as melhores condições de acessos e logística, para que os nossos pequenos empresários consigam desenvolver o seu negócio e competir de igual para igual, com os outros players.

Cada vez mais, o Estuário do Sado e o seu negócio é estudado por diversas Universidades e visitado por diversas Entidades, será esta a imagem que queremos dar a quem nos visita.

Tendo em consideração, o que a senhora Presidente da Junta de Freguesia do Sado, quando questionada, informou na última Assembleia de Freguesia, que a recuperação dos acessos são da responsabilidade do município, por isso, questiono ao senhor Presidente, se já tem informação desta necessidade, se sim, o que é que já foi feito, se já houve contactos com outras Entidades e se já existe alguma iniciativa planeada para o local.

Rita Sereno (PSD) – Da informação do senhor Presidente, há aqui uma questão que eu gostaria de ver esclarecida, no quadro resumo das *utências* por agrupamentos escolares, na página 158, apresenta rácios negativos, positivos e nulos, em matéria de assistentes operacionais e assistentes técnicos que, de facto não compreendemos, se utilizarmos como exemplos, os dados da Escola Secundária Dom João II, que apresenta mais 2 assistentes operacionais e menos 1 assistente técnico, ficamos na dúvida, se tem mais 2 assistentes operacionais, ou, e menos 1 assistente técnico. É uma situação que estranhámos, porque no período em análise, as saídas de pessoal de ambas as categorias profissionais é superior ao indicado, esta situação identificada na Escola D. João II, leva-nos até uma realidade que recentemente fomos confrontados, que coloca em causa a segurança de toda a comunidade escolar da Dom João II, com a entrada de um indivíduo com um surto psicótico, nas instalações escolares, sem qualquer controlo na entrada do estabelecimento, sendo apenas travado pela rápida intervenção da Polícia de Segurança Pública.

Esta realidade não é nova, uma vez que este estabelecimento escolar, não realiza o expectável controlo de entradas e saídas, quer dos alunos, ou de qualquer outra pessoa às instalações escolares, colocando em causa a segurança na escola, quer para os alunos, quer para os docentes e para os não docentes.

A Direção da Escola, alega que esta situação ocorre pela falta de pessoal não docente, devido às saídas destes recursos humanos, sem afetação de novos elementos, não havendo recursos suficientes, e que a sua afetação é da alçada do Município, que até ao momento ainda não colmatou as necessidades destes recursos humanos.



A questão da segurança e do controlo e registo de acesso de alunos, das entradas de pessoas estranhas na escola, já foi levantada por inúmeros encarregados de educação, no entanto, deixo ao Executivo camarário, uma questão simples, com tantos Conselhos Municipais, da Educação, da Segurança, com a delegação de competências em matéria de recursos humanos não docentes, como é que ainda não foi identificada esta situação.

Estamos à espera que aconteça uma desgraça para agir, já tivemos um susto, vários alertas, mas o facto, é o que falta acontecer, para que a situação seja resolvida.

Esta questão não é só do PSD, como é de todos os encarregados de educação, que todos os dias deixam os seus filhos na Escola Dom João II, ou em qualquer outra escola do nosso Município.

Vitor Rosa (BE) – Não é a primeira vez e provavelmente, não será a última, que trago a esta Assembleia, a forma como o Executivo e a CDU têm tratado a Comissão Eventual para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, eleita nesta Assembleia já faz dois anos. Mais uma vez, o Executivo e a CDU, fazem questão de secundarizar por completo o trabalho desta Comissão, assim foi, com a ausência total dos seus representantes e interlocutor, indicado pelo Executivo, convocados para a reunião desta Comissão a 26 de outubro, assim foi, quando convocada nova reunião para 7 de novembro, o interlocutor da Câmara, Dr. Ricardo Oliveira, não podendo estar presente por motivos pessoais de última hora, informou os serviços de apoio, que enviaria documento com ponto de situação das atividades previstas e programadas do 50.º Aniversário do 25 de Abril.

A 28 de novembro, realizou-se nova reunião da Comissão de Honra, promovida pelo Executivo, à qual mais uma vez, esta Comissão, não foi sequer informada da sua realização e onde foi aprovado o programa de atividades e iniciativas. Hoje, 27 de dezembro, nem da parte do Sr. Dr. Ricardo Oliveira, ou de qualquer outro elemento do Executivo, chegou qualquer informação à Comissão, sobre o ponto de situação das atividades previstas e programadas.

O Executivo, contribui assim, de forma clara e reiterada, para a desvalorização de uma Comissão legitimamente eleita nesta Assembleia, que tem produzido trabalho, para contribuir para as comemorações de tão importante data. Se o executivo, entende, ou pretende na sua visão redutora e sectária, ser o único a ter o destaque nas comemorações de tão importante data, até o pode fazer, que isso contribua para um verdadeiro exercício de participação democrata entre os dois Órgãos deste Município, entendemos não ter dúvidas que esse não é o verdadeiro caminho e espírito do 25 de Abril, mostra sim, uma atitude autoritária e de falta de compromisso com esta Assembleia no geral e com esta Comissão em particular.

Maria João Palma (PS) – Eu gostaria, em nome da bancada do Partido Socialista, subscrever inteiramente aquilo que foi apresentado neste momento pelo Deputado, Vítor Rosa, do Bloco de Esquerda.

Presidente da Mesa – Sr. Presidente, quer fazer a réplica a estas questões.

Presidente da Câmara – Vou procurar responder aqui algumas questões e depois irei passar para os senhores vereadores, relativamente às matérias específicas.

Quanto à questão de não estarem no relatório, as questões relativas ao estacionamento, é um lapso, de facto, que irá ser corrigido no próximo relatório, agradeço naturalmente aos senhores deputados terem colocado aqui a questão.

Relativamente à questão que foi colocada sobre receitas e despesas, eu não tenho, neste momento aqui condições para dar resposta à questão colocada, se o senhor deputado quiser colocar a questão por escrito, eu terei muito gosto em pedir aos nossos serviços, ou eu próprio dar resposta às questões colocadas, porque não é possível, de imediato, a resposta a essas questões.

Senhor deputado, Simão Calixto, sobre o Centro de Saúde de Azeitão, a obra foi concluída, as chaves foram entregues à Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, aguardamos que sejamos contactados no sentido de se poder fazer a inauguração daquelas instalações e, naturalmente, aguardamos



fundamentalmente que, com as instalações novas, e do conhecimento que tive, quando no final da obra foram entregues as chaves e tive a oportunidade de visitar as instalações, se não estava todo o equipamento, uma grande parte do equipamento, estava já naquelas instalações, pelo que me parece, que só há uma falha naquelas instalações, que é a falta de pessoal, médicos, enfermeiros e serviços, é uma situação que todos lamentamos, naturalmente.

Quanto à situação do Hospital de São Bernardo, a informação que continuamos a ter da parte da Proteção Civil, nas informações que circulam, é que as Urgências do Hospital, continuam a sofrer os mesmos problemas e, portanto, com muita regularidade, digamos assim, os serviços de Urgência, estão condicionados, no seu acesso. Quanto às obras, a informação que temos é que houve algum atraso, houve mesma uma paragem dos trabalhos por parte da empresa, isto aconteceu durante o mês de novembro e que, entretanto, durante o mês de dezembro, essas obras já foram reativadas e, portanto, estará a decorrer a obra.

A senhora Deputada, Paula Soeiro, colocou a questão sobre o equipamento e instalações do Jardim da Beira-Mar, no contrato de transferência, digamos assim, para a gestão da Câmara Municipal, daqueles espaços da APSS, a Câmara Municipal aceitou aquela transferência, há obras que têm de ser realizadas, designadamente numa instalação que serviria de Quiosque, mas que não está em condições de funcionar, e uma das razões mais importantes é porque não tem saneamento naquela instalação, os nossos serviços estão a trabalhar no sentido de conseguir fazer essa ligação de saneamento e a partir dessa altura, ver se conseguiremos concessionar naturalmente, aquelas instalações, para desenvolverem a atividade que há alguns anos lhe está atribuída, quanto ao outro equipamento, conhecido pela asa do avião, é um outro espaço que estamos a avaliar as condições, para também se proceder a uma concessão, para a exploração daquele espaço.

Coloca-se até a questão de não poderem ser concessionados dois espaços em conjunto, tendo em conta as limitações de cada um, eventualmente, na rentabilidade dos mesmos, é uma questão que está em avaliação, o que eu quero dizer com isto, é que está a ser avaliada esta situação e que oportunamente serão tomadas essas medidas e decisões, naturalmente, que terão que vir aos órgãos competentes, em particular, à Câmara Municipal.

Quanto à questão do desenvolvimento das atividades, no que diz respeito, ou previstas na 3.ª Fase da obra do Convento de Jesus, a informação que tenho é que, de facto, trata-se de uma gralha no texto, estas coisas acontecem, está esclarecido.

Quanto à questão, que diz respeito à estrada da Mitrena, do que eu percebi, eu fiquei na dúvida se a questão que estava a ser colocada, era relativamente ao acesso às pisciculturas e à aquacultura, há aqui um problema que tem a ver com a jurisdição desse território, como sabem, esse território está na área de jurisdição da Reserva Natural do Estuário do Sado e há algumas diferenças e dificuldades em encontrar soluções melhores, ou, digamos assim definitivas em determinado troço, que a Câmara Municipal, poderia resolver se tivesse autorização para isso, o que nós temos feito, é procurar manter a circulação dos veículos que têm acesso às pisciculturas, muita dessa manutenção da acessibilidade, é até feita pelos próprios, pelas próprias empresas que desenvolvem essa atividade, mas são sempre formas de manutenção precárias, tendo em conta a situação não podem ser feitas de outra maneira, pelo menos, enquanto não houver um entendimento diferente da Entidade que tem jurisdição daquele território.

Relativamente às Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, senhor, deputado municipal, o programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, está em fase final da sua elaboração e a informação que eu tenho é que há comunicações e propostas da Assembleia Municipal que terão sido consideradas, nesse documento e que terão sido enviadas pela Comissão, de qualquer forma, eu irei informar-me melhor sobre esta situação, mas a informação que eu tenho é essa.

Peço à senhora Vice-Presidente para vos falar sobre estas questões, que têm a ver com a área da educação.

Vice-Presidente da Câmara – Relativamente às questões da Parque Escolar, a pedido da Câmara Municipal, fizemos uma reunião com o Conselho de Administração da Parque Escolar, para tratarmos de dois assuntos em particular, um que tem a ver com o estado das instalações gerais, nomeadamente, para sabermos um ponto de situação em relação às obras que têm que ser realizadas na Escola Secundária Sebastião da Gama,



e um outro especificamente, para as questões dos refeitórios. Porque com a questão da transferência de competências, a Câmara assumiu o serviço de refeições em todos os refeitórios, mas os equipamentos que se encontram nestas três cozinhas, não são da responsabilidade municipal, portanto, nós fizemos esta reunião com a Parque Escolar e desta reunião saíram estas visitas técnicas, que foram acompanhadas pelos nossos serviços, nomeadamente, pelas nossas nutricionistas e pelos técnicos da Parque Escolar, e tem a ver com a reparação de equipamentos, de fornos, de fogões, de todos os equipamentos relativos aos refeitórios, foram estas reuniões, que foram realizadas durante o mês de novembro, portanto, se a senhora deputada reparar, aparece no capítulo do serviço de refeições.

Quanto às questões mais complexas, que têm a ver com as obras da Sebastião da Gama, e designadamente, a questão do campo que faz infiltrações, quer para o espaço do bar, quer para o espaço de corredor, quer para o ginásio, que tem de estar encerrado, aquilo que nos foi dito foi que os concursos tinham ficado desertos, e que teriam de fazer um novo procedimento e que estavam a aguardar por todo o desenvolvimento, porque acho que, tinham que fazer uma revisão de projetos por causa dos preços, portanto, durante este ano letivo, aquilo que nos foi dito é que não serão realizadas quaisquer obras, e que aquilo que preveem, que era o que tinham previsto o ano passado, possa acontecer no próximo Verão, vamos aguardar com muita expectativa, até porque as condições daquele Estabelecimento estão realmente postas em causa.

Relativamente, à questão que a senhora deputada Rita Sereno, coloca da Escola Dom João II, efetivamente, houve a entrada de uma pessoa alheia à escola, lamentavelmente foi vinculado pela comunicação social, algo que não aconteceu, e que eu acho que pôs em pânico a comunidade escolar, eu própria quando vi aquela notícia, fiquei em pânico, não foi nada disso que aconteceu.

Aconteceu a entrada de uma pessoa alheia à escola, mas não desconhecida da escola, portanto, a pessoa tem uma ligação através de alguém que é funcionário na escola, ou que foi aluno na escola, e entrou na escola sem autorização. Foi também dito pelo senhor Diretor, até numa sessão pública em que eu estive, no dia em que isso exatamente aconteceu, porque foi no dia da entrega dos Diplomas de Mérito, aquilo que os funcionários fizeram no momento, foi o mais acertado, que foi não contrariar a pessoa, nem obstaculizar, a Escola Segura respondeu com uma grande prontidão e depois a pessoa foi encaminhada, para o Hospital de Setúbal, para a ala psiquiátrica. Houve aqui efetivamente um incidente, felizmente não teve nenhuma consequência, mas nós perante estas situações, aquilo que nós temos de fazer é dar as melhores orientações aos trabalhadores, para saberem como é que devem abordar, e eu acho que aquilo que fizeram foi exatamente exemplar, no sentido de não confrontar a pessoa, para que a pessoa não tivesse motivos para poder ter uma atitude diferente, que podia ser o confronto ou até algum comportamento mais agressivo.

Eu queria só dizer aos senhores deputados, que o rácio dos trabalhadores que nós temos altera-se com muita facilidade, porque de todos os trabalhadores da Câmara, este é o Setor em que mais pessoas se aposentaram durante o ano de 2023, a Câmara Municipal tem um procedimento de recrutamento em curso, portanto, nós estamos neste momento, a contratar mais pessoas, vamos começar a fazer as provas, mas tínhamos uma bolsa de recrutamento de um concurso, portanto, conseguimos sempre ir colmatando estas alterações, gostaria de dizer também, que há muitos trabalhadores desta área, que concorrem para outros lugares na Administração Pública e que facilmente por via de concursos saem.

Relativamente à Escola Dom João II, e porque é uma escola que tem poucos funcionários, apenas tem 25 funcionários, tendo em conta a natureza das instalações, que é um edificado muito grande, como a maior parte de vocês devem conhecer, e a pedido da Direção, o que vamos fazer é a contratação de uma empresa de limpeza, de forma a agilizar o trabalho de limpeza e que não tenha que ser feito pelas funcionárias da escola, deixando as funcionárias da escola mais vocacionadas para as outras atividades, e depois ao fim do dia irá uma empresa de limpeza fazer esse trabalho, à semelhança do que acontece já noutras escolas do nosso concelho. Portanto, neste momento, tendo em conta a transferência de competências, podemos tomar essa decisão, vamos fazê-lo, porque houve uma pessoa que saiu por mobilidade e duas outras pessoas que se aposentaram, vamos compensar o rácio desta forma, vamos atender ao pedido da escola, que julga ser uma boa solução.

Esta medida vai entrar em vigor muito brevemente, estamos só a terminar procedimentos, portanto, esta situação, da Escola Dom João II, à partida, com a empresa de limpeza, ficará desta forma resolvida. De qualquer maneira, cada vez que sai um trabalhador, quer por concurso, quer por aposentação, não é fácil logo no mês seguinte, proceder à sua substituição, embora aqui como estava no mapa, neste momento, quando foi dado estes dados, tinha mais dois trabalhadores, mas, entretanto, houve aposentações naquela escola e houve trabalhadores que saíram, e isto acontece muito regularmente. Também temos a questão que nós não podemos mobilizar os trabalhadores de Agrupamento, para Agrupamento, a transferência de competências, aquilo que nos indicou, é que se o trabalhador pertencia aquele Agrupamento, deve permanecer naquele Agrupamento, a não ser que seja sua intenção permutar com outro colega de um outro Agrupamento, portanto, nós não podemos dizer que temos mais dois trabalhadores aqui e vamos passar para outro lado, a não ser que seja da vontade da pessoa, portanto, com estas oscilações todas, aquilo que estamos a fazer é, ir à Bolsa de Recrutamento e proceder à colocação de pessoas, e neste caso da Dom João II, haver este ajuste através da transferência de competências.

Como é da nossa autonomia a decisão, aquilo que nós vamos fazer é informar a DGEstE, que depois terá que fazer uma correção dos valores que envia, para as empresas de limpeza, nos valores que envia para o pessoal, não há grande correção a fazer, como eu já expliquei aqui por variadíssimas vezes, temos um défice muito grande na transferência de competências, mas decidimos de qualquer forma assumir esta questão e colocar a empresa de limpeza.

2. Deliberação n.º 058/2023/AM – Delib. CM n.º 1071/2023 – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PSD, do CH, da IL e as abstenções do PS, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Vitor Rosa (BE) – Na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2022, apresentei na apreciação, discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas, a proposta de alteração no capítulo 7.º, no ponto 7.8.5.4, Isenções, *“para a inclusão de isenções até aos 23 anos de idade, considerando que professores e alunos em grupo estão isentos, porque não alargar, tendo em conta o ensino secundário e superior existente no nosso concelho e dessa forma sensibilizar os mais jovens a visitar os espaços culturais”*, após discussão, foi esta proposta de alteração, aprovada por unanimidade e em minuta, ficando a alteração à Tabela, com a seguinte redação, *“crianças e jovens até aos 23 anos de idade, inclusive, e adultos com idade superior a 64 anos de idade”*, conforme pode ser consultada na página 38, da ata dessa Assembleia.

Ora, constato, na tabela agora apresentada, voltamos a ter no ponto 7.8.5.4, na página 85, deste documento que estamos a discutir agora, *“estão isentos apenas crianças até aos 12 anos de idade, inclusive, e adultos com 65 anos, inclusive”*, pergunto se esta informação, é um lapso dos serviços, ou se, de facto, a alteração aprovada por esta Assembleia em 2022, foi revogada e quais as razões para essa revogação, e permita-me a dúvida e os necessários esclarecimentos, se a alteração aprovada em 2022, foi de facto, aplicada durante o presente ano.

Caso seja um lapso dos serviços, peço que fique em ata a necessária correção do documento, de acordo com a alteração aprovada em 2022, caso, de facto, foi uma revogação feita pelo Executivo, proponho novamente a alteração com o mesmo texto aprovado por unanimidade em 2022, para votação, hoje.

Presidente da Mesa – Quer o senhor Presidente pronunciar-se?

Presidente da Câmara – Considero que, não tendo dúvida, nessa alteração e tendo havido uma Deliberação da Assembleia Municipal, há um lapso na Tabela de Taxas, e que terá de ser corrigido e agradeço naturalmente ao senhor deputado, ter colocado aqui a questão.



Presidente da Mesa – Considera-se que esse ponto referido pelo senhor deputado, Vítor Rosa, é com a redação da Tabela de 2022, aprovada para o ano de 2023. Com a redação que foi aprovada para a Tabela de Taxas na Assembleia, para vigorar em 2023, certo, em 2024 ficará igual, o ponto: “crianças e jovens até aos 23 anos de idade, inclusive, e adultos com idade superior a 64 anos de idade”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

3. Deliberação n.º 059/2023/AM – Delib. CM n.º 1095/2023 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer desfavorável por maioria, com o voto contra da CDU, a abstenção do PS e os votos a favor do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Ilídio Ferreira (PS) – Esta deliberação, é mais um passo, no sentido da justiça e do alívio da carga fiscal dos setubalenses e da aproximação, àquela que era uma posição que na grande maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, os cidadãos já beneficiavam, que era a aplicação de taxas de IMI, abaixo do valor máximo, e que, durante muitos anos, se manteve em Setúbal. O PS, pelo menos desde 2005, que vinha procurando fazer o apelo, no sentido da maioria CDU, fazer uma redução da taxa, felizmente é possível neste mandato, através de uma posição conjunta da oposição, trazer justiça aos setubalenses.

Recordo, porque estes números já foram ditos, mas estamos neste momento, numa fase que importa voltar a referi-los, que em 2023, na Área Metropolitana de Lisboa, apenas Mafra, tinha a taxa máxima 0,45% e Setúbal e Sesimbra 0,40%, todos os outros concelhos da Área Metropolitana, tinham taxas abaixo dos 0,40%, inclusivamente cinco deles tinham a taxa mínima de 0,3%. Se considerarmos os 24 municípios, e ainda em relação a 2023, os 24 municípios do país com mais de 100 mil habitantes, apenas um, tinha a taxa 0,4%, igual a Setúbal, Gondomar, e oito, ou seja, um 1/3 desses municípios, tinham a taxa mínima de 0,3%.

É mais um passo no sentido da justiça, mas penso que, devemos continuar a procurar que os setubalenses, venham a beneficiar nos próximos anos da taxa mínima de 0,3%.

Afonso Luz (CDU) – Sobre esta matéria, queria dizer o seguinte, a CDU, apresentou-se ao eleitorado com um determinado programa, e foi esse que foi votado, e maioritariamente, saiu dessa votação, mas nesse programa eleitoral, a CDU, colocava a baixa de IMI, mas de uma forma gradual e responsável, de forma que não fosse colocar em causa, o equilíbrio financeiro da Câmara. É que, para além da baixa do IMI, nós lá tínhamos colocado também no programa eleitoral, outras coisas, como uma série de investimentos, uma série de apoios à cultura, às coletividades, às famílias em mais dificuldades, para além de muitas outras coisas, este reduzir da taxa de IMI de uma forma abrupta, vai colocar em questão muitas destas questões, que aqui estavam colocadas no nosso programa eleitoral e que gostaríamos de cumprir, se a oposição se disponibilizasse, para isso nos permitir.

Portanto, nós entendemos que baixar o IMI, tudo bem e é, de facto, uma questão de justiça, mas a justiça terá aqui alguns limites, porque isto, de alguma forma, as pessoas se calhar vão poupar alguma coisa, aquelas que têm propriedade própria, estamos a falar só dessas, não estamos a falar daquelas que vivem em casas arrendadas, mas aquelas que têm propriedade própria, irão beneficiar alguma coisa, mas, se calhar irão ficar prejudicadas noutras, mas, pronto, faça-se justiça, então.

Luís Maurício (CH) – É de saudar esta medida, tudo o que for para melhorar a qualidade de vida dos setubalenses e dos azeitonenses é sempre bem-vindo, porque temos também de ver o lado da justiça, as taxas de juro aumentaram bastante nos últimos tempos, o nível de vida aumentou bastante, e se eu da outra

vez, critiquei bastante quem ajudou que o IMI voltasse a subir, agora também tenho que elogiar por esta medida, porque temos que ser justos, temos que ser justos para um lado e também para outro lado.

Todas as medidas que sejam para melhorar a qualidade de vida dos azeitonenses e dos setubalenses, o Partido CHEGA, vai apoiar.

Agora, temos sempre é de olhar para os dois lados da balança, não podemos estar a dizer agora vamos ajudar menos, não, estamos é sempre a ajudar os mesmos e agora começamos a ajudar outros, a classe média precisa de ser ajudada, muitas vezes, nós falamos que a classe média precisa de ser ajudada, esta é uma medida, é uma pequena medida, que já ajuda em alguma coisa as famílias que trabalham, as famílias que produzem, as famílias que lutam todos os dias para pôr o pão em casa.

Vitor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda, em várias recomendações, apresentadas nesta Assembleia ao longo dos anos, sempre defendeu a redução do IMI, que em diversos anos, os municípios de Setúbal pagaram a taxa máxima, considerando o Bloco de Esquerda que, houve condições, para o executivo CDU, dar um sinal político claro e inequívoco aos setubalenses e azeitonenses, da intenção de minorar a sua carga fiscal baixando os valores da taxa de IMI em todo o concelho.

Quando falávamos numa redução, fosse ela qual fosse, o argumento apresentado, para recusa por parte da CDU, foi sempre o cumprimento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, agora o argumento é o de não pôr em causa as contas certas do Município. Pego nas palavras do secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, quando diz que, *“as contas certas do Governo, desacertam as vidas dos portugueses”*, seria uma boa altura para este Executivo, usar as palavras do seu líder e dizer também que, não é o valor que esta Câmara deixa de receber, que põe em causa as suas contas certas, mas que é mais importante, não desacertar as vidas dos setubalenses e azeitonenses.

Votaremos a favor desta deliberação.

Nuno Carvalho (PSD) – Esta matéria diz respeito à redução do IMI, é sobejamente conhecida a posição do Partido Social Democrata, aliás, a posição do Partido Social Democrata, inclusive, que foi também expressa nas suas propostas, quando realizou o seu projeto eleitoral, o qual foi submetido a votos, que precisamente indicava que pretendia uma redução da taxa do IMI para 0,4%, sendo que sobre este mesmo valor, incidem depois um conjunto de variáveis, que iremos discutir mais à frente, que são aqueles referentes ao IMI Familiar. Aquilo que foi a realidade que nos levou a votos, há cerca de dois anos, quase três anos, é uma realidade bastante diferente daquela que vemos agora, e todos nós sabemos porquê, e existiu efetivamente um impacto enorme nas famílias, em particular, num país onde a classe média, neste momento, começa a auferir rendimentos que andam nos 900 euros. Isto significa basicamente que, quase que está a deixar de existir classe média, e a crescer àquilo que é a carga fiscal, que já existe sobre o rendimento e considerando que, Portugal é um país onde 70% da sua população, recorre à habitação própria e no caso do concelho de Setúbal, essa percentagem não foge à regra, é óbvio que há um peso significativo, daquilo que é um imposto como o IMI, no rendimento das famílias e, por isso mesmo, foi fundamental fazer um percurso que o PSD, considerou importante, que primeiro era estabilizar aquele que era o momento deste debate, e o momento deste debate é agora, ou seja, é quando nós sabemos aquilo que poderá ser previsivelmente o ano de 2024, com as previsões que são emitidas por um conjunto de Entidades, que o Governo também as segue e, evidentemente, que tendo por base esse olhar, há um momento de decisão, e o momento de decisão ocorreu com o PSD, a votar favoravelmente esta proposta, e pelas razões, naturalmente, que já aqui indicamos, e que são as mesmas razões que levam a que diversos Governos na Europa, e inclusive, o próprio Governo Português, e todos os Partidos, que nós conhecemos, que tem representação na Assembleia da República, mas também os Partidos, aqui na Assembleia Municipal, que já por várias vezes aprovaram medidas, ou propuseram medidas, precisamente, tendo por base aquilo que é um momento excecional que se vive em Portugal, ainda que, neste momento mais atenuado, mas que ainda muito significativo, com o impacto da inflação. Ora, considerando novamente e repetimos, este valor de cerca de 70% de agregados familiares, que têm habitação própria, é óbvio que, a redução da taxa do IMI, pode provocar, irá provocar, esperemos nós, com a aprovação favorável desta proposta, um alívio que é significativamente importante.

Não é a única medida que é necessária, como é óbvio, mas é uma daquelas que o PSD, elege como necessárias e, portanto, sendo este o momento correto e adequado, para votar esta proposta, assim o faremos.

Só uma breve referência, no que diz respeito à questão e ao método político da discussão, porque o PSD, como eu aqui acabei de referir, manteve-se coerente na sua posição e a coerência da sua posição, evidentemente, tem a ver com o tempo e tem a ver também com a seriedade.

Há uma frase que é muito utilizada, quando existem composições de Executivos ou de Assembleias Municipais, quando não existe maioria absoluta, e essa frase é muito simples, que é, “*não é com quem, é para quem, nós fazemos política*”, e, portanto, quando às vezes nos concentramos muito, de com quem fazemos política, esquecemo-nos para quem a fazemos, e esta questão do IMI, se não for levada de forma séria, como acabei aqui de referir, e o PSD, leva de uma forma séria e sempre levou, se, se discutir constantemente, o com quem, vai-se esquecer o essencial, que é para quem é que se destinam estas medidas e, portanto, registando aquilo que foi a intervenção correta, adequada, do senhor deputado, Ilídio Ferreira, que disse efetivamente, aquilo que é importante nesta proposta e que a oposição, aqui, concentrou-se numa proposta e uniu-se, esperemos que também se una nesta Assembleia Municipal, essa parte de unirmos é importante, mas não essencial, o com quem, não é o mais relevante, é para quem, que é para estas pessoas, de facto, de que é este impacto nos seus rendimentos.

Esperemos que a discussão possa ir sempre nesta senda, de nos concentrarmos para quem servimos, e que é o propósito, para o qual todos nós fomos eleitos, isso sim, é o que traz naturalmente dignidade ao debate, mas, acima de tudo e mais importante, tem um efeito mais positivo nas pessoas.

Presidente da Câmara – Falarei sobre estas questões, quando estivermos a tratar da proposta do Orçamento para 2024, mas tendo em conta aquilo que já aqui foi dito, queria apenas deixar aqui duas ou três notas, para que, a todos os argumentos, não sirvam para justificar, aquilo que convém a cada um em cada momento.

Como já foi dito aqui, a CDU, no seu programa eleitoral tem uma proposta de redução dos impostos, agora, como já o vinha fazendo antes, fá-lo de uma forma, como nós dizemos, responsável e ponderada, porque a questão é esta, é que ninguém gosta de pagar seja aquilo que for e também não gosta de pagar impostos, cada um de nós, naturalmente que fala sempre por si, basta perguntar a cada um.

Nós temos é de ter em conta, que nós estamos na gestão de uma Câmara Municipal, e que na gestão da Câmara Municipal, os investimentos se fazem com as receitas, não se inventa aqui nada, e para fazer investimentos, ou tem-se capacidade de investimento próprio, globalmente, ou se tem capacidade de investimento, para haver candidatura a fundos comunitários, e para isso, é preciso ter a disponibilidade financeira, para a contrapartida do próprio Município.

Todos dizemos, é preciso baixar impostos, e estamos todos de acordo, agora também a seguir, é preciso dizer e também estamos todos de acordo, que é necessário fazer investimentos, ora, se todos estamos de acordo em baixar os impostos e, portanto, baixar a receita do Município até ao limite, e depois pergunta-se, e os investimentos, o que é que vai acontecer aos investimentos, e ninguém responde, porque não está agora aqui em causa.

Depois há aqui uma outra questão, todos falam de estatísticas nacionais da Área Metropolitana, até da Europa, etc., da situação difícil em que todos, designadamente os portugueses, os setubalenses e azeitonenses vivem, sobre isso também não há dúvida nenhuma, é preciso termos em conta que estas comparações estatísticas falham sempre, porque não se tem em conta as realidades concretas. Eu tenho várias vezes dito que, não se pode comparar a situação do Município de Setúbal, com outro Município com uma população idêntica, 60% do território do Município de Setúbal, não tem atividade económica, e, portanto, nessa estatística das intervenções que eu vi aqui, nenhuma considera esse facto e, portanto, era só para dizer que, todos têm programas eleitorais, todos apresentam propostas e aqui debatem-se sempre, pela diminuição da receita do município, sobre a questão dos investimentos, isso é um assunto que não interessa aos Partidos da oposição, naturalmente interessa dizer, porque é que quem tem a gestão do Município, não faz este investimento, aquele e aqueloutro, não é, mas faz isto de forma separada.

O que nós consideramos é que é necessário haver ponderação nestas decisões e avaliação, para não cairmos em situações como aquelas que todos nos recordamos e lamentamos profundamente.

Queria dizer apenas que, nós consideramos que, sobretudo o PS e o PSD, que tem representação maioritária na Assembleia da República, podem propor aí a redução dos impostos, porque os impostos existem e o imposto que vem para os Municípios, a quota parte, que cabe aos Municípios, resulta de valores que são aprovados na Assembleia da República, se, de facto, a questão é de baixar os impostos, porque é que não tomam medidas na Assembleia da República, para baixar os impostos, certamente que terão aí o apoio dos deputados do PCP, e quando lá estiveram, dos Verdes, de certeza absoluta que tem esse apoio, porque é que não o fazem na Assembleia da República, porque aí, depois não são os Municípios e cada um per si, e em função das suas condições objetivas, que sofrem as consequências de uma redução, dos Partidos da oposição, designadamente quando existe uma maioria relativa, e que as consequências, naturalmente são para quem tem a responsabilidade de fazer a gestão e, portanto, daí, os outros Partidos daí lavam as suas mãos, porque, quem tem de gerir e ter ponderação, naturalmente, no equilíbrio entre o investimento e as receitas, naturalmente é quem tem a gestão, e a responsabilidade cabe toda aí, e, naturalmente, que é fácil os Partidos da oposição tomarem essas posições.

Portanto, volto a dizer que, nós não somos contra a descida dos impostos, não estamos contra, antes, pelo contrário, nós apoiamos sempre essas decisões, mas façam-no na Assembleia da República, porque aí terão o apoio certamente, dos Partidos que representam a CDU. Quando se chega às Câmaras Municipais e se retira, naturalmente receitas, que foram distribuídas ao nível central, para naturalmente, cada Autarquia poder cumprir com aquilo que são as suas obrigações e as competências próprias, aquilo que os Partidos da oposição, fazem, não fazem na Assembleia da República, e onde o podiam fazer na minha opinião, vem fazê-lo aqui nas Autarquias Locais, cada uma per si e, portanto, não tendo em conta as realidades concretas das situações vividas.

Era só isto, senhor Presidente, que eu queria aqui deixar, para que não haja dúvidas nenhuma sobre as várias formas de apresentar propostas e, portanto, quando se trata de uma maioria relativa a gerir o Município, é fácil, naturalmente, impor a vontade de quem não tem essa responsabilidade da gestão.

Ilídio Ferreira (PS) – Queria deixar duas notas rápidas, em primeiro lugar, nós apresentámos esta proposta e consideramos que somos tão responsáveis quanto a justificação que a CDU, apresenta para a sua responsabilidade de fazer uma redução mais mitigada, e a nossa convicção é que se tivéssemos ganho as eleições tínhamos condições para fazer a redução, tal qual o temos vindo a propor, e esta proposta, é uma proposta do Partido Socialista.

Senhor Presidente, nós não fazemos a proposta no Parlamento, porque, eu no meu caso concreto, e que tenho falado sobre o assunto, eu sou deputado municipal, não sou deputado da Assembleia da República, se fosse deputado na Assembleia da República, o senhor poderia apontar essa crítica com toda a justeza, agora, a questão não se coloca apenas a si, tem que ver, porque é que então, grande parte das Câmaras, já fez redução e a Câmara de Setúbal, nunca o fez, quando as taxas são iguais para o País, todo.

E, finalmente, gostaria de dizer ao senhor Presidente, o seguinte, já fiz aqui várias referências ao longo dos últimos anos, nomeadamente na discussão dos orçamentos, da forma de libertar fundos, há duas formas de conseguir fundos para os investimentos, uma é pelas receitas e outra é pela redução das despesas correntes, e o que é curioso, é que, ao longo do tempo, a CDU, fala sempre apenas de receitas, ou seja, vamos ter quebra de receitas, não vamos poder fazer investimentos, e nunca vi aqui, a CDU, fazer um esforço, nem sequer procurar sentar-se a uma mesa, para discutir com a oposição, aquelas que têm sido as chamadas de atenção, que a oposição tem feito ao longo do tempo, para a redução de despesas correntes que, em nosso entender, poderiam ser reduzidas nalguns casos, em milhões de euros, durante o ano.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

4. Deliberação n.º 060/2023/AM – Delib. n.º 1098/2023 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2023 – Aplicação da taxa do IMI Familiar

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Nuno Carvalho (PSD) – O PSD, tem um conjunto de propostas que a seguir se discutem, que consideramos que são extremamente relevantes, porque adicionar àquilo que são as situações que já indicámos anteriormente, evidentemente que há algo que distingue os Partidos, e nós acreditamos, é óbvio que estas propostas distinguem o PSD, daquilo que foram as propostas apresentadas da CDU e do PS, em sede de Câmara Municipal, e distinguem precisamente por aquilo que é a visão do PSD, que consideramos que é equilibrada, entre o essencial de ir a classes que têm menores rendimentos, e que em particular, numa altura destas, quem tem menores rendimentos não tem por onde poupar, muitas das vezes não tem por onde cortar, porque já está no seu limite e especialmente também a outra, a classe média que, neste momento é aquela que, de facto, também é sobrecarregada com um conjunto de impostos que, basicamente paga também a fatura da crise, e como nós bem sabemos a receita de impostos, naturalmente cresce, também com a inflação e isso tem sido à custa de evidentemente, de quem paga impostos, por isso, a redistribuição é justa, é necessária, é importante.

O IMI Familiar, em particular, é uma medida que o PSD também tem sempre defendido, mas o conjunto de medidas, que se segue, são de extrema importância, para aquilo que é o rendimento dos setubalenses e azeitonenses, e vão-se revelar em poupanças de milhares e milhares de euros, e, de facto, é uma marca do PSD, no que diz respeito às propostas, e acreditamos que, acima de tudo é uma marca que o Município e o concelho de Setúbal, precisam.

Paula Soeiro (PSD) – Nós PSD, apresentamos novamente esta proposta, reafirmando que o interesse do PSD, não se extingue na aprovação de bandeiras eleitorais, mas na concretização de medidas para os setubalenses e azeitonenses, que possam consubstanciar o direito à habitação de forma digna, não apenas com um tratamento fiscal mais equitativo, em função do seu agregado, mas igualmente, como um complemento de uma política de incentivo à natalidade, que urge cada vez mais intensificar.

Existem outras medidas de apoio, à fixação de jovens famílias, tal como a gratuidade das creches, o acesso apoiado a amas, o aumento da oferta pública de berçários, creches e infantários ou pré-escolar, ou a aplicação de tarifas específicas da água, luz e gás, mas muitas delas estarão fora das competências e instrumentos do Município, por isso focamo-nos no que nos é possível, que é proporcionar contributos, para a qualidade de vida dos setubalenses.

A nossa proposta específica, tem uma dedução de 30 euros, para famílias com filhos menores de 25 anos e que não usufrua de rendimentos, evidentemente, 70 euros, para 2 filhos e 140 euros, para 3 ou mais filhos. Esta é a nossa proposta e estamos certos, que nos poderão acompanhar, de modo que não se tenha de justificar aos setubalenses e azeitonenses a falta de apoio à fixação de famílias e o aumento da sua carga fiscal.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

5. Deliberação n.º 061/2023/AM – Delib. CM n.º 1099/2023 – Participação variável de IRS para o ano 2023

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer desfavorável por maioria, com os votos contra da CDU e do BE, as abstenções do PS e do PAN e os votos a favor do PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a este tema, nós votamos a favor com muita satisfação, os impostos como já foi aqui referido, são necessários, mas devem ser justos e o IRS, é pago por quem trabalha, portanto, baixar impostos a quem trabalha é sempre socialmente justo.

Só nos espantamos aqui um bocadinho é com a duplicidade do PCP e da CDU, na Assembleia da República e na comunicação social, a toda a hora pedem pela baixa do IRS, curiosamente, em Setúbal, onde é poder, é contra esta baixa, temos de referir que as receitas do IRS municipais, têm subido consecutivamente, e em 2024, prevê-se que, mesmo com esta baixa que é proposta aqui, esses valores vão rondar os 8,5 milhões de euros, portanto, aqui há mais do que margem, para baixar impostos aos trabalhadores de Setúbal e Azeitão. De referir que, em 2023, foi aprovado na Assembleia da República, a maior baixa de impostos sobre o trabalho, facto esse, reconhecido até pela imprensa económica de direita, obviamente, que queremos o mesmo, aqui, no nosso orçamento municipal.

Na Assembleia da República, em Valença, em Vinhais ou Vila Real de Santo António, o PS, defende a baixa possível no IRS, em Setúbal, obviamente, não somos diferentes.

É com determinação que somos a favor de uma baixa do IRS municipal, logo votamos a favor desta proposta.

Flávio Lança (IL) – É um compromisso expresso no programa autárquico da Iniciativa Liberal, a redução da participação variável no IRS. Convergimos com os novos tempos nesta matéria, no sentido de devolver o IRS, às pessoas. Para a Iniciativa Liberal, o dinheiro estará sempre melhor na carteira dos contribuintes, do que nos cofres da Câmara e, por isso, saudamos que este caminho tenha sido feito e votaremos naturalmente a favor do aumento desta devolução.

Alexandre Teles (PSD) – Nós PSD, além de outras medidas apresentadas, para o próximo ano, a devolução de 1,5% da Participação Variável do IRS é uma novidade para 2024. É uma medida ponderada, moderada, eficaz e efetiva, para aumentar o rendimento de todos os setubalenses e azeitonenses, para fazer face ao aumento do custo de vida, das taxas de juro e o aumento generalizado de bens e serviços, mas ainda aquém, do objetivo do programa do PSD. Por isso dos 9 milhões previstos, o Município arrecadar de receita de Participação Variável do IRS, a intenção da proposta é devolver 2,7 milhões, destes 9 milhões, aos setubalenses e azeitonenses, para os ajudar a ultrapassar as adversidades de 2024.

Fica a seguinte informação, para os mais curiosos, quando abrirem a demonstração de liquidação do IRS de 2023, no ponto 20, benefício municipal, o valor apresentado poderá corresponder à devolução de 1,5%, por município, ou munícipe, por isso devem de se lembrar, de quem apresentou a proposta e de quem contribuiu, para que a mesma possa ser aprovada, porque para algumas bancadas, presentes nesta Assembleia Municipal, o valor a devolver, deveria ser zero.

Vitor Rosa (BE) – Os 5% do IRS, são uma comparticipação no imposto para o Município, é entendimento do Bloco de Esquerda, sendo este um imposto, sobre o rendimento do trabalho, não deve o mesmo ser alterado no seu valor de receita, para o Município, porque os trabalhadores devem pagar este imposto, pela sua condição e não pelo local onde habitam, porque como sempre, esta medida de devolver uma percentagem deste imposto, só favorece quem mais recebe, nunca sendo uma verba significativa para quem pouco recebe deste, em termos da devolução de IRS.

Pelo contrário, a verba global, permite a sua distribuição por todos, sendo aplicada nas funções do Município, e por isso entendemos votar contra esta deliberação.

Afonso Luz (CDU) – Relativamente à questão da Participação Variável do IRS, a CDU, sempre defendeu, sem equívocos, que não deveria ser alterada, porque a descida dessa Participação, é comprovadamente injusta socialmente, porque beneficia aqueles que maiores rendimentos têm.

É sabido que, infelizmente, mais de metade dos trabalhadores não pagam IRS, portanto, não irão ser abrangidos por esta medida, infelizmente, porque têm rendimentos tão baixos que não chegam sequer ao 1.º Escalão do IRS.

Eu creio que é fácil, de facto, reduzir os impostos todos, fazer maravilhas e dizer que, “*se fôssemos nós a estar lá*”, “*mas se fôssemos nós a estar lá fazíamos tudo, fazíamos investimentos, porque tínhamos uma gestão*”, mas, felizmente, no nosso concelho, ainda há muita gente que tem memória, do que foi esse tipo de gestão e aquilo por que tiveram que passar os setubalenses, com essa gestão magnífica em termos financeiros.

Luís Maurício (CH) – O Partido CHEGA, como é do seu programa, tem-se demonstrado sempre importado em como é bastante importante esta descida da taxa de IRS, para os setubalenses e azeitonenses, porque, como disse aqui o meu camarada, colega, deputado da Iniciativa Liberal, mais vale o dinheiro no bolso dos setubalenses, do que o dinheiro dentro do Município.

Começamos a pensar também, que temos outros para ajudar, claro que a outra bancada não dava nada a ninguém, ou então dava sempre aos mesmos, entregava sempre aos mesmos, era tudo para eles.

Agora, para a classe média, para quem trabalha, para quem se dedica, para quem faz este país funcionar, é justo, estamos a entrar felizmente num bom caminho e assim é que tem de ser.

Rui Lamim (PSD) – O Estado, no ano passado, arrecadou o maior volume de impostos dos últimos 27 anos, é um recorde absoluto em impostos que o Estado arrecadou, e agora estamos a falar aqui do IRS, numa pequena devolução desse imposto. E o imposto IRS, recordo-os é fortemente progressivo e com esta devolução ele não deixa de ser fortemente progressivo, e esta devolução significa relativamente pouco, no volume de impostos que pagamos. Isso significa também uma outra coisa, é que quem trabalha mais, quem consegue produzir mais, ganha mais. É preciso, acabar com o discurso de miséria, mas porque é verdade, 70% dos portugueses ganham menos de mil euros, é preciso que ganhe mais, é preciso que trabalhemos mais e é preciso remunerar o mérito e quem trabalha mais, que ganhe mais, mas porque esse que ganha mais, também paga muito mais, para o bem comum em impostos, recordamos o IRS é fortemente progressivo e é de toda a justiça, neste momento em que o Estado, exerce a sua maior carga fiscal, em 27 anos, em percentagem do PIB, que nós possamos devolver um pouco, porque, no final de contas, o dinheiro é deles, de quem trabalha.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta, mas temos muita dificuldade em nos revermos neste discurso que foi aqui dito, pelo deputado do PSD, do mérito de quem ganha mais, é porque trabalha mais e tem mais mérito.

Não é nada disso, não acredito que um pescador, não tenha mérito e por isso que trabalhe pouco e, por isso ganhe menos, eu não acredito que uma pessoa que trabalha numa fábrica da Autoeuropa, não tenha mérito e que ganha menos, do que uma outra pessoa que teve a felicidade de ter uma família que pôde-lhe dar uma alavancagem e, portanto, ter o mérito entre aspas. Este discurso do mérito, esbarra completamente, chamem-lhe de ideologia, mas naquilo que é o pensamento do Partido Socialista.

Rui Lamim (PSD) – Talvez tenha entendido mal relativamente ao mérito, é quem trabalha mais deve ganhar mais, tomemos um caso de um operário da Autoeuropa, aquele que faz mais turnos, ganha mais, aquele que trabalha mais, ganha mais, é o mérito, é o seu trabalho, é tão simples quanto isto.

Nuno Carvalho (PSD) – Como disse e bem, o meu colega de bancada, Rui Lamim, que já esclareceu a questão do entendimento da palavra, mas se a semântica é assim tão importante, eu acho que isso já foi perfeitamente esclarecido, mas há aqui um ponto importante que o PSD, não pode deixar de vincar, é o

ponto, a que leva a que exista um elevador social. O elevador social existe em função do esforço, naturalmente que é dedicado a cada um, agora, lá porque, eventualmente, o PSD, faz referência a que efetivamente as pessoas que se dedicam, que trabalham e que têm mérito por esse trabalho, naturalmente devem também ser pessoas que devem poder efetivamente, também ter um olhar no que diz respeito àquilo que é a sua condição de rendimento no atual momento, eu creio que isso é perfeitamente entendível e claro para todos, e não se pode nunca, a não ser que eventualmente, se queira adotar, creio eu, uma outra questão de ideologia, que aí nesse caso, o Partido Socialista, seria o próprio a ter que explicar que ideologia é esta, que não quer que as pessoas possam ascender, em função do seu trabalho e, portanto, o contrário disso, efetivamente seria algo que é a estagnação da nossa sociedade.

Deixemos só aqui uma coisa clara, o PSD, como é óbvio, acha que todos os Partidos, aqui, respeitam todas as profissões, todos os setores, o que seria efetivamente um debate, demagógico, populista e improdutivo, seria estar a atacar os diferentes Partidos, porque defendem diferentes medidas, para que cada uma das profissões seja respeitada e o trabalho de cada uma dessas profissões seja aproveitado ao máximo. O PSD, aqui em particular, está a defender uma dessas medidas, e o PSD, em particular, deve chamar a atenção, que uma dessas medidas é fundamental, tal como disse o meu colega de bancada, deputado municipal, Rui Lamim, porque estamos a assistir a uma aplicação de impostos recorde, e isso vai para todas as profissões, porque não pensemos que é apenas o IRS, naturalmente, que representa esta carga de impostos, vai para o consumo e vai para muitos, muitos, aumentos, que as pessoas sofrem todos os dias e, por isso, evidentemente, o PSD, tem a sua forma de defender estas pessoas, outros Partidos, se têm outra, que as defendam, e que as apresentem, até agora, estamos a defender, aquilo que o PSD, apresentou.

Mário Aranha (PS) – Seria, sempre aqui um debate bastante interessante, obviamente corroboro, na totalidade, aquilo que o meu camarada e colega de bancada, Paulo Lopes, disse relativamente a essa questão do mérito, etc., mas acho que estamos aqui a desviar-nos do assunto, aqui basicamente, o que nós estamos a defender, ou que vamos votar, é baixar o IRS a quem trabalha em Setúbal e Azeitão, temos pena que, por exemplo, ali, o Bloco de Esquerda, sendo um Partido que é de esquerda, não temos dúvidas sobre isso, e que também defende os trabalhadores, não nos acompanhe na baixa do IRS, ou seja, na baixa de impostos, para os trabalhadores de Setúbal e Azeitão.

Afonso Luz (CDU) – Já ouvi há pouco do lado do PSD, agora do lado do PS, dá a impressão de que o IRS é um imposto sobre o trabalho, ora, o IRS, tem várias categorias, tem rendimentos de capitais, têm outro tipo de rendimentos, isto não tem nada a ver com trabalhadores, isto que se está aqui a discutir, tem acima de tudo a ver, com rendimentos muito para além, daquilo que são os rendimentos de trabalho.

Mário Aranha (PS) – Obviamente, a esmagadora maioria das receitas do IRS, veem sobre o trabalho, impostos sob capitais tem taxas liberatórias, que são logo pagas à cabeça e que não são abrangidas por esta baixa de IRS, francamente, isto é para baixar os impostos sob os trabalhadores de Setúbal e Azeitão, quem quer menos impostos sob os trabalhadores de Setúbal e Azeitão, vota a favor, quem quer mais impostos, sob os trabalhadores de Setúbal e Azeitão, vota contra, é tão simples quanto isto.

Nuno Carvalho (PSD) – Há diferentes perspetivas e há uma clara diferença entre o PSD e o Partido Comunista, eventualmente, se calhar quem sabe, também o Partido Socialista, no que diz respeito àquilo que é o tratamento do rendimento, mas há uma coisa que é clara, nós não somos contra, quem através do seu trabalho, também acumula rendimento ou acumula capital, nós achamos que efetivamente que, quem trabalhou e quem poupou e quem tem e quem acumulou, também obviamente, deve ser devidamente acautelado, porque esse trabalho naturalmente é um trabalho honesto como qualquer outro.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

6. Deliberação n.º 062/2023/AM – Delib. CM n.º 1100/2023 – Medidas de apoio – Transportes

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Mário Aranha (PS) – Nós, obviamente, vamos votar a favor desta proposta.

É uma proposta que nós diríamos que é um canivete suíço, porque consegue atingir várias áreas, é a transferência de rendimento direto, para as pessoas, inclusivamente as pessoas com menores rendimentos, combate as alterações climáticas, e é o que nós chamamos boa despesa, ou seja este dinheiro é mesmo muito bem investido, e é investido nas pessoas, por isso, nós estamos a favor.

De notar, também aqui com grande satisfação, que o PSD, que normalmente, tem votado contra os Orçamentos, na Assembleia da República, que aprovaram o “Passe Navegante”, e que permitiu o financiamento do “Passe Navegante”, agora aqui em Setúbal, portanto, tenha o discernimento e a capacidade de propor esta proposta que obviamente, nós saudamos e votamos a favor.

Francisco Cabral (PSD) – Direito à cidade, esta é a importância vital, das propostas que hoje aqui, apresentamos. Acreditamos, que as Autarquias Locais, desempenham um papel crucial no desenvolvimento das comunidades, visando sempre a melhoria das condições da vida e do bem-estar dos seus residentes. Conforme enunciado na proposta que todos têm, em mão, o relatório dos objetivos de envolvimento sustentável, publicado em 2022, revela que os eventos recentes, causaram uma reversão, naquelas que são as expectativas de anos, que eram considerados cruciais, para atuar sobre as desigualdades sociais que são prementes na nossa sociedade.

Em Portugal, embora tenhamos uma diminuição dessas desigualdades, verificou-se um aumento significativo, após a pandemia e agora enfrentamos um novo desafio, o aumento da inflação e a consequente aumento de taxas de juro, e segundo o Instituto Nacional de Estatística, também conforme é enunciado na proposta, 1/4 da população portuguesa, está em situação de pobreza ou exclusão social. E é neste contexto, que apresentamos propostas concretas, para apoio aos setubalenses e azeitonenses, nos custos com os transportes, reconhecendo que a mobilidade é fundamental para o acesso a oportunidades e serviços, o dito direito à cidade.

Propomos, dentro das competências da Câmara Municipal, medidas que visam não apenas beneficiar economicamente as famílias, mas sobretudo promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação, essa é a nossa matriz ideológica.

A primeira proposta, consiste em tornar o transporte escolar gratuito, para todos os alunos do concelho, até ao 12.º ano, uma medida que alivia as despesas das famílias, mas também reforça aquilo que são políticas de apoio à educação, especialmente, no momento em que a eficácia do serviço público rodoviário é uma necessidade premente e que apoiará os atuais 1367 jovens, que têm adquirido mensalmente o passe.

A segunda proposta é direcionada, para os alunos com dificuldades de locomoção, garantindo a gratuidade do transporte escolar em circuitos especiais, transporte adaptado e/ ou acompanhado, queremos assegurar que nenhum seja excluído do acesso à educação de qualidade, devido a qualquer tipo de limitações físicas ou de outra forma, e 12, serão os jovens, que atualmente beneficiam e irão beneficiar desta proposta.

Por fim, propomos um apoio financeiro, de dez euros, naquela que é a aquisição do Passe Navegante Municipal, uma medida que não só promove a coesão da cidade, mas também uma mobilidade sustentável, que gera uma medida, acho que uma medida anti-inflacionista, procurando novamente aliviar as despesas das famílias setubalenses.

E, portanto, o senhor deputado municipal, do PS, dizia que é uma despesa com sentido, eu diria que é um investimento e não é um investimento isolado, não são medidas isoladas que o PSD, apresenta aqui hoje, porque representa um compromisso com a coesão social, com a educação inclusiva e com a sustentabilidade ambiental e a adotarmos essas iniciativas, estamos não apenas a responder aos desafios do presente, mas também construindo aquilo que nós acreditamos ser um futuro mais justo, equitativo e é deste estado social, que o PSD, se faz, e é deste estado social, que queremos fazer Setúbal.

Vitor Rosa (BE) – Começar por dizer que votaremos a favor desta e de outras propostas que seguirão na ordem de trabalhos, sobre as medidas de apoio, não podemos deixar, contudo, de fazer aqui um ponto de situação sobre os vários caminhos, que certas forças políticas, vão fazendo ao longo deste mandato, se não vejamos.

Em setembro, do ano passado, perante uma Recomendação, apresentada pelo Bloco, para a criação de um programa de apoio municipal às famílias e empresas afetadas pelo aumento do custo de vida, CDU e PSD, convergiram na necessidade de apoios, mas enquanto a CDU, rejeitava essa recomendação, o PSD, o CHEGA e a IL, abstinham-se, o Executivo, por si, já tinha antecipado o debate, com a proposta de reuniões com todas as forças políticas, para encontrar medidas de apoio.

Hoje, temos novamente, o PSD, a apresentar algumas das propostas, que na altura não aprovou, como, por exemplo, o apoio social às famílias, assim é, agora esta proposta sobre os transportes, nas refeições escolares, no apoio às atividades de apoio à família, ou no apoio às empresas, proposta sobre a derrama, ou ainda, no apoio a Entidades do concelho, com a criação do fundo de apoio ao funcionamento das Instituições do concelho.

Nada contra, estas medidas de apoio, como disse no início, até porque algumas já as tinha apresentado, mesmo que não tenham sido aprovadas, o tempo veio-nos dar razão, quanto à justeza dessas propostas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

7. Deliberação n.º 063/2023/AM – Delib. CM n.º 1101/2023 – Medidas de apoio – Refeições escolares

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Paula Soeiro (PSD) – Nós PSD, apresentamos novamente esta proposta, reafirmando que o interesse do PSD, é a possibilidade de concretização de medidas, para os setubalenses e azeitonenses. Estamos convictos que, o fornecimento de refeições gratuitas, há muito que deveria fazer parte do sistema de educação em Portugal, e aqui vou utilizar os números que estão no relatório, na informação, destes últimos dois meses, que analisámos no ponto 1, da Ordem de Trabalhos, e dar nota do seguinte número, 63% dos utentes dos refeitórios escolares, estamos-nos a referir aos meses de setembro a novembro, 63% desses utentes, são entendidos, pela ação social escolar, como não carenciados. O mesmo acontece, inclusive, com o nível de alunos de ensino secundário, em que, num total de 5165 refeições, os não apoiados, pelo escalão A ou escalão B, são de 3009, eu acho que estes números, também nos ajudam a perceber a realidade, daquilo que acontece nos refeitórios escolares.

Para além das evidências claras, de que a alimentação escolar, também aumenta a equidade, reduz as taxas de abandono escolar e melhora os resultados de aprendizagem, neste sentido, vimos propor mais uma vez, que todos os alunos, cujos agregados familiares têm mais dificuldades, porque só aqui é que nós podemos dar este apoio, possam ter acesso a refeições escolares gratuitas, ou seja o alargamento do benefício ao 2.º escalão.

Os setubalenses, contam com o nosso apoio, com o vosso apoio, para tornar esta proposta, uma realidade, para o ano de 2024.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

8. Deliberação n.º 064/2023/AM – Delib. CM n.º 1102/2023 – Medidas de apoio – Atividades de animação e apoio à família

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

Francisco Cabral (PSD) – Aumentar o rendimento das famílias, é este efetivamente o nosso mote, não se trata de medidas avulsas, mas sim, um conjunto de medidas que pretende proteger as famílias, e isto não se trata, de como fomos aqui acusados, de ideologia política, isto é pragmatismo, isto é ir ouvir e conhecer a realidade das famílias, sobretudo aquelas que se encontram em situações de maior fragilidade.

É isso que o PSD, tem procurado fazer, e aqui é mais um caso em concreto, onde pretendemos apoiar, aqueles que são os jovens que se encontram em situações de maior fragilidade e sobretudo promover aquilo que é sem dúvida alguma, o maior elevador social que pode existir, o acesso digno à educação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

9. Deliberação n.º 065/2023/AM – Delib. CM n.º 1103/2023 – Medidas de apoio – Estacionamento tarifado

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Rui Lamim (PSD) – Sobre esta medida, além de estarmos particularmente atentos à implementação das bolsas de estacionamento, para residentes, esta proposta diz que, o custo de aquisição do 1.º cartão, ou do 1.º veículo, será gratuito, o 2.º, tem um desconto de 50% e o 3.º um desconto de 25%.

Eu recordo que, durante o período em que a maioria CDU, quis implementar esta medida e conseguiu vender o espaço municipal por 40 anos, sempre nos foi dito que, o estacionamento para os residentes seria gratuito, o que sai depois é que, enfim, o 1.º cartão, assim chamado, não o é, esta é uma pequena medida, com o intuito também de minorar o custo de vida dos setubalenses, nomeadamente aqueles que têm carro, naturalmente.

Ilídio Ferreira (PS) – Desde que aqui estivemos, creio que, em outubro, a falar sobre a questão do estacionamento, já foram tarifados mais umas centenas de lugares de estacionamento na cidade, portanto, estamos pior do que estávamos. Continuam os espaços de estacionamento vazios, os passeios e os espaços públicos com carros, e o concessionário continua a não cumprir o contrato.

Um destes dias, vi uma referência nas redes sociais de um cidadão, queixando-se que, *“o que o Concessionário, está a fazer, é um abuso generalizado”*, e eu, estou a ler, a citar, *“na sua atuação com a complacência da Câmara”*.

Eu não sei, se o será, mas gostava de transmitir aqui à Assembleia, informações que tenho obtido, e questionar o Executivo, se tem conhecimento destas situações e se elas são verdadeiras.

Em primeiro lugar, que o concessionário, e concretamente, na zona do Bairro Salgado, aplicou coimas, antes de estar a sinalização vertical colocada, a demarcação do início das Zonas.

Em segundo lugar, se estão a ser aplicadas coimas em lugares não devidamente delimitados e sinalizados, contrariando o n.º 3, da cláusula 5.ª. Eu penso que estarão, porque eu questionei um fiscal e ele disse-me que sim, diz que o entendimento deles é que, a partir da altura que está marcado com a sinalização vertical, indicando que se entra num local de estacionamento tarifado, em todos os carros que lá estiverem e não tiverem o pagamento correspondente, podem ser aplicadas as respetivas coimas.

Em terceiro lugar, está ou não, a concessionária, a realizar outras ações que não constam do contrato, nem terão aparentemente cobertura legal, nomeadamente, a deixar nos carros estacionados, fora dos locais marcados, um papel chamado de *auto de notícia*, e mesmo, a tirar fotos dos carros estacionados fora dos locais marcados, nomeadamente, em cima dos passeios, para enviar para a polícia.

Relativamente, à questão do tal, *auto de notícia*, confirmei com o fiscal da Datarede, que tem um funcionário especificamente a fazer isso, relativamente à questão das fotografias não confirmei, coloca-se a questão também à Câmara se tem conhecimento disso, através das reclamações que são feitas, etc.

Em quarto lugar, há queixas de cidadãos, que recebem notificações já com juros e dizem não ter recebido qualquer notificação anteriormente, ou seja, quando tem conhecimento que, eventualmente, tem alguma coisa para pagar, já lhes estão a aplicar juros, pergunto também, ao Executivo, se tem algum conhecimento deste assunto.

Ora, bem, isto, contraria, em minha opinião, a Legislação, que rege as condições em que as Empresas Concessionárias de Estacionamento Tarifado, pode exercer a atividade de fiscalização, o Decreto-Lei 146/2014, que diz no seu artigo 2.º, que a fiscalização incide, exclusivamente, na aplicação das contraordenações previstas no artigo 71.º, do Código de Estrada, ora, estas contraordenações previstas, são no artigo 71.º do Código de Estrada, é a proibição de estacionar sem o pagamento da taxa fixada, ou, para além do tempo superior ao estabelecido, ou seja, quando passa o tempo pelo qual tinham pago o estacionamento, portanto, volto a referir, apenas a fiscalização deve incidir exclusivamente, sobre a aplicação de contraordenações, e aparentemente, serão ilegais estas ações que estarão a executar, de deixar papéis nos retrovisores dos carros, e eventualmente, se o estão a fazer, tirar fotografias para entregar à polícia, ou a qualquer outra entidade.

Gostávamos de ter mais dados, infelizmente, não temos, porque já foi referido aqui, que a Câmara, não tem fornecido elementos relativamente ao cumprimento do contrato e ao desenvolvimento das ações da Datarede. Eu próprio, já há três meses, fiz um requerimento, solicitando as informações, que eram, nem mais, nem menos, do que aquelas que tinham sido aprovadas em fevereiro, na Recomendação, aprovada por esta Assembleia Municipal, da Câmara enviar à Assembleia Municipal, algumas informações periódicas, nomeadamente, o Relatório Trimestral, não temos recebido e, portanto, sem esta informação, resta-nos colocar aqui na Assembleia Municipal, este conjunto de dúvidas, que os cidadãos nos fazem chegar, ou que nós, no nosso dia a dia, verificamos que não estarão a correr bem.

Rui Lamim (PSD) – Esta nossa proposta sobre os dísticos, está-se a tornar, e ainda bem, um ponto de reflexão, um momento de reflexão, sobre o contrato de estacionamento tarifado na cidade de Setúbal, o tal que no mandato anterior, a CDU, vendeu por 40 anos, o espaço público da cidade.

Nós consideramos e, no final de contas, está escrito e foi aprovado num Relatório, onde está lá uma “frasezinha”, que não é uma “frasezinha”, é uma frase, que diz que, “o contrato tem que ser renegociado ou mesmo revertido”, é essa a nossa posição, e aproveito para fazer uma pergunta ao Executivo, perguntando se, este contrato que está em curso, está a correr de forma normal, se está a ser cumprido, e mesmo que esteja a ser cumprido, nós continuamos com a opinião de que ele deve ser revertido, deve ser reformulado.

Presidente da Câmara – Relativamente, ao Contrato do Estacionamento Tarifado, cabe à Câmara Municipal, gerir o contrato, e os serviços municipais que têm essa competência, que fazem a fiscalização, a avaliação, fazem as notificações à Empresa, nas situações em que alguma coisa não está a correr bem e, naturalmente, que terá nos termos do contrato, a aplicação das multas que tiver lugar.

Portanto, é isso que está a acontecer, como acontece em todos os contratos, é o normal, de haver um acompanhamento, uma fiscalização da atividade da empresa, e, portanto, com as respetivas notificações, pedidos de esclarecimento, e, portanto, depois a aplicação das multas, nos termos do que o contrato estabelece, é isso que tem vindo a acontecer.

Naturalmente, que o Executivo, avalia essa situação e, portanto, vai fazendo a sua própria avaliação do cumprimento do contrato, e vai também tomando as suas decisões sobre essa matéria, é o que eu tenho para dizer, neste momento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

10. Deliberação n.º 066/2023/AM – Delib. CM n.º 1104/2023 – Medidas de apoio – Derrama

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE e da IL, e as abstenções do PS e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Alexandre Teles (PSD) – Nós PSD, propusemos esta medida de isenção do pagamento de derrama, sobre o lucro de 2023, para as empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros, reconhecendo a importância das micro e pequenas empresas, no tecido económico local e na sustentabilidade das famílias. Pelo que, esta proposta representa um importante alívio fiscal, gerando um incentivo para as ajudar a superar as dificuldades da difícil conjuntura económica que o país e o mundo, atravessam nesta altura.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

11. Deliberação n.º 067/2023/AM – Delib. CM n.º 1106/2023 – Isenção de IMT na aquisição de habitação própria e permanente, por jovens até aos 35 anos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH e da IL, as abstenções do PS e do PAN e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Francisco Cabral (PSD) – É sabido que, em quase toda a Europa, o preço das casas e as rendas, estão a aumentar muito acima do crescimento do rendimento das pessoas. Contamos com uma oferta escassa, os poucos espaços disponíveis estão a ser disputados, por novos competidores, estrangeiros, emigrantes, mais ou menos qualificados, alojamento local, ou famílias que não podendo também suportar o aumento dos custos, quer através das taxas de juros ou outras maneiras, procuram mudar para espaços mais pequenos.

E o problema fundamental, passa pela escassez de oferta, legado dos oito anos de governação do Partido Socialista.

Nesse cenário, pensamos, num jovem que acabou a licenciatura e tirou o seu mestrado, e começa a trabalhar, contudo, tal como, 1 em cada 3 jovens, provavelmente, recebe o salário mínimo, e tendo em conta a média nacional, só sairá de casa dos pais, quando tiver mais de 33 anos, deixando a nota que, porventura, também me faltarão 12. E por essa razão, provavelmente só conseguirá ter um filho, em linha com a média nacional, mas mais, e ainda provavelmente, e mais triste, é que esse jovem, já não pode e já não terá vontade de suportar esta situação, e acabe como, 1 em cada 5 jovens no nosso país, por imagine-se, emigrar.



E, portanto, este trata-se de um lamento de uma geração, mas não é, este triste fado, que queremos contar hoje e, portanto, mudemos de assunto, o que se pretende, hoje, apresentar, é sem dúvida uma proposta, que prenda, que fixe os nossos jovens, do nosso Município, que apoie os jovens na aquisição da 1.ª casa, para que se consigam fixar, consigam constituir família e consigam ser felizes no nosso Município, porque, de facto, é isso que nos deve unir hoje e, como já foi aqui referido, não é fazer política, com quem, mas para quem, e é esse o mote que aqui deixo.

Flávio Lança (IL) – No dia 22 novembro de 2023, a Câmara Municipal, aprovou uma proposta, apresentada pelo Partido Social Democrata, com os votos favoráveis da CDU e do próprio PSD, isentando os jovens entre os 18 e 35 anos do pagamento do IMT, ao adquirir habitação própria permanente, com valor inferior a 200 mil euros.

Permitam-me recordar que, esta ideia não é exatamente uma novidade, no dia 22 de novembro de 2022, a Iniciativa Liberal, apresentou uma recomendação, semelhante, nesta mesma Assembleia Municipal. Curiosamente, naquela altura, a proposta foi rejeitada, com os votos contra da CDU e a abstenção do próprio PSD, parece que estamos no ciclo temporal, onde as ideias voltam. No entanto, desta vez, a Recomendação da Iniciativa Liberal, para ajudar os jovens na aquisição de habitação própria permanente com custos reduzidos, encontrou maior concordância.

E, se poderíamos estar aqui de alguma forma confusos, com a recente união entre PSD e a CDU, a deputada municipal em Lisboa, Natacha Amaro, do PCP, explicou de forma eloquente, numa reunião de Assembleia Municipal, que esta medida foi aprovada pela CDU, em Setúbal, em troca da aprovação do Orçamento.

Senhor Presidente, tenho de o citar, ainda há pouco no IMI, disse, *“não podemos aprovar aquilo que satisfaz cada um a cada momento”*, quero deixar a nota, que as palavras que proferi, podem não corresponder 100%, ao que disse, porque não consegui escrever com a rapidez necessária, mas a mensagem que percebi das suas palavras, foi esta.

Aprendemos, que esta medida surgiu, com um agrado político, uma espécie de contrapartida, para garantir a aprovação do orçamento.

É notável, que com a nossa Recomendação, original, de ajudar os jovens na aquisição da sua 1.ª habitação, de repente, se tornou numa realidade conveniente. E chegados aqui, passemos a algo com maior relevância, como já referi, a proposta apresentada pode ser melhorada, e eu, proponho uma alteração a esta proposta, introduzindo uma nova restrição, permitindo a isenção de IMI, apenas para a aquisição da 1.ª habitação própria permanente, para que uma boa medida, não seja utilizada com um propósito diferente do seu espírito.

Iremos, obviamente, votar favoravelmente esta proposta, que faz parte do nosso programa autárquico.

Eunice Pratas (PS) – Eu apenas, vim questionar, a intervenção do deputado municipal, Francisco Cabral, em que dados é que ele se baseou, sobre a emigração jovem, porque na Pordata, o total dos grupos etários de emigrantes portugueses permanentes, é cerca de 30 e tal mil, e nas faixas etárias jovens, que numa consulta rápida, com fontes fidedignas, é cerca de 20 mil, ou seja, afirmar que 1 em cada 5 jovens, portugueses emigrou, estamos a falar, primeiro de um dado que é fictício, que não é fidedigno, e seguinte, quer dizer que, só há 100 mil jovens e há muitos, muitos mais jovens, nós somos 11 milhões de portugueses, eu acho que nós quando fazemos estas intervenções, temos que nos basear em fontes e bibliografia fidedigna e não apenas em manchetes de jornais.

Vitor Rosa (BE) – Em coerência com a posição assumida na Assembleia de novembro de 2022, quando a Iniciativa Liberal, apresentou a recomendação, que no seu conteúdo ou no seu essencial, é replicada aqui nesta deliberação.

A proposta do PSD, justifica a isenção, com o argumento da idade com que os jovens saem da casa dos pais, os baixos salários e altos preços das casas.

Não vemos nesta proposta, nesta deliberação, uma única linha, sobre a especulação imobiliária que alimenta esses preços, não vemos uma única linha, sobre os lucros da banca, com as altas taxas de juro sobre o crédito à habitação, sobre as dificuldades que essa mesma banca, cria nas renegociações dos créditos à habitação, não vemos uma única linha, sobre as causas da precarização laboral e os baixos salários dos jovens.

Não olhando, para a capacidade de endividamento destes jovens, apenas propondo a isenção do imposto como solução para todos os males na aquisição de uma habitação, não olhando, novamente, para critérios de quem pode, ou não avançar, para a aquisição nestes valores.

Como seria feita a avaliação dos eventuais beneficiários, abrangendo com isenção pessoas com capacidades financeiras completamente díspares.

Se isto é natural do proponente e dos Partidos à sua direita, bem como do PS, que como Governo, mantem a Lei “Cristas”, em funcionamento, que fez o maior aumento de rendas em 30 anos, ver a CDU, aprovar esta isenção, é no mínimo contraditório, com o seu discurso e apoio aos movimentos sobre a habitação, no caso, por exemplo, do “*Casa para Viver*”.

Perante o exposto, votamos contra.

Rui Lamim (PSD) – Em primeiro lugar, sobre aquilo que ouvimos, da parte da Iniciativa Liberal, que fique bem claro, mas mesmo muito bem claro, que esta nossa proposta, não tem, como contrapartida, voto noutra coisa qualquer, esta proposta é exatamente, esta proposta.

E esta proposta é, um pequeno sinal, pequeno, porque trata-se da isenção do IMT de um imóvel até 200 mil euros, portanto, não é assim muito dinheiro, para gente, que está a iniciar a sua vida, ou que, tem desejo de comprar uma casa no Município e estabelecer-se aqui, é um pequeno sinal, e eu espero que este Município, tenha mais alguns outros, para a fixação de gente no Município, gente nova que cá venha trabalhar, que cá venha criar os seus filhos, que cá venha dar riqueza e vida à cidade, é este apenas o único objetivo. Porque quem compra uma casa e quem passou por essa experiência, percebe que elas estão caras e que para chegar lá é preciso correr muito, e, apesar do IMT desta isenção do valor em euros ser relativamente pequeno, para quem está a comprar a casa é muito dinheiro, é um incentivo que este Município dá, é umas boas-vindas que este Município dá à “malta nova”, e é importante que nós tenhamos esta postura positiva, relativamente à fixação de pessoas no concelho, que cá venham criar os seus filhos e que cá venham trabalhar.

Há outras imprecisões, que não vale a pena referenciar, naquilo que foi, aquilo que vimos no discurso da Iniciativa Liberal, nomeadamente “*anedotas*”, mas uma coisa vos quero dizer, é que relativamente à isenção de IMT, nesta Legislatura, no primeiro orçamento desta Legislatura, o PSD, fez esta mesma proposta, portanto, a questão da paternidade não está aqui em questão, até pode ter sido um outro Partido qualquer, porque esse não é o ponto, o ponto é que, a ideia é boa, é o momento adequado de ela ser apresentada e é o momento adequado dela ser comunicada à população, aos setubalenses e aos outros, que cá queiram vir trabalhar e residir.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista, não se opõe a propostas, que visam uma redução fiscal, que tem o propósito de facilitar o acesso à habitação. Contudo, reforçamos aqui o conceito de acesso, que não é sinónimo de aquisição, entendemos que, as prioridades nas propostas de apoio à habitação devem ser preferencialmente canalizadas, para o apoio aos arrendamentos e não à aquisição de habitação.

Devemos canalizar os apoios públicos, para os jovens que não têm acesso ao crédito e que tem apenas como única solução, o arrendamento.

Apoios para arrendar uma habitação, é muito diferente, de apoios a uma faixa social, que tenha acesso a crédito ou capitais próprios e por isso pode comprar uma habitação e usufruir, no entanto, desta redução fiscal, são situações que não têm o mesmo impacto social.

Não deixa de ser curioso, que o PSD, tenha recuperado esta proposta, originalmente proposta pela Iniciativa Liberal, e que, em reunião de Câmara, tenha passado com os votos favoráveis da CDU, dado o seu posicionamento passado, nesta mesma Assembleia.

É, no entanto, nosso entendimento, que as políticas de habitação, devem prever diversos e variados mecanismos, que facilitem o acesso à habitação nas suas diversas vertentes. Entendemos, no entanto, que a proposta deve ser retificada, para prever o benefício fiscal apenas para a primeira aquisição.

Já agora, também não deixa de ser curioso, que a Iniciativa Liberal, considera o IMT, o imposto mais “idiota”, e as palavras já foram utilizadas várias vezes na televisão, por membros da Iniciativa Liberal, agora, também querem que só seja utilizada a isenção uma vez, portanto, se era “idiota”, devia ser eliminado nesta perspetiva, portanto, há aqui muitas incongruências, mas o que é importante, é que efetivamente, haja políticas de apoio, acima de tudo, para aqueles que mais necessitam e para aqueles que não necessitam tanto, que possam usufruir, só uma vez, para não fazerem com isto um negócio e ganharem dinheiro à custa daquilo que são os dinheiros públicos.

Flávio Lança (IL) – Queria só aqui dar algumas notas, em primeiro lugar, ao deputado, Rui Lamim, que, quem disse que isto foi uma moeda de troca, não foi a Iniciativa Liberal, portanto, que fique bem claro, que foi uma deputada do PCP, na Assembleia Municipal de Lisboa, de 5 de dezembro, portanto, aquilo que eu referi foi uma citação de alguém numa Assembleia Municipal, de um partido da oposição, só isso.

Depois, em termos de paternalismo, não há o tema de paternalismo, porque nós vamos apoiar e dissemos que sim, achamos que é uma boa medida, e, portanto, iremos apoiar essa medida.

Relativamente, ao IMT ser “idiota”, é obviamente, “idiota”, aquilo que nós estamos aqui a querer fazer, com esta restrição adicional, é basicamente, com que não se utilize uma medida que pode ser boa, com um mau princípio, ou seja, um jovem até aos 35 anos pode trocar 50 vezes de casa, com a medida como está, beneficiando de isenção de IMT e isso é um mau uso dos dinheiros públicos e, portanto, apesar de o IMT ser “idiota”, neste momento com o que estamos a trabalhar, é esta proposta.

Francisco Cabral (PSD) – Em forma de resposta à deputada, Eunice Pratas, permita-me também corrigir, porque, de facto, e também aqui segundo o documento que foi originalmente referido, mas não foi citado, aqui um estudo de uma consultora, podemos desenvolver mais tarde, mas, de facto, podemos andar a discutir números e permita-me que corrija, o que aqui é mesmo dito, precisamente, é que mais de metade dos jovens portugueses pretendem emigrar, e podemos discutir números, e a razão fundamental, para além da questão da habitação, é que, de facto, mais de dois terços dos jovens portugueses, recebem abaixo de mil euros, e, portanto, não têm condições dignas para arranjar habitação decente, para constituir família, e esses sim, são os números que temos que discutir, e esse sim é o legado que o Partido Socialista, deixa após oito anos de governação.

Nuno Carvalho (PSD) – Só dar uma nota e permita-me a expressão, porque eu acho que o tom da Iniciativa Liberal, é compreensível na retórica do debate, mas é preciso perceber quando o tom é jocoso, eu acho que nós só podemos entender, como jocoso, como piada, quando fazem referência a alguém que é de outro Partido, como porta-voz do PSD, alguém que não é do PSD, como porta-voz do PSD, portanto, que fique claro o PSD, quando determina uma posição, tal como referiu o deputado, Rui Lamim, diz e afirma, nunca teve nenhum problema de votar propostas de qualquer Partido, nem tem complexos de votar propostas de qualquer Partido, e, se algum dia considerar, que alguma proposta é má, diz e vota, tal como já fez da Iniciativa Liberal e disse que não era o momento e, portanto, não pronunciou essa posição, e quando considera que deve fazê-lo, faz.

Por isso, é que também no Parlamento, no primeiro Orçamento desta Legislatura, o PSD, apresentou uma proposta que, precisamente ia de encontro à isenção do IMT, para o país inteiro, por isso é que em Lisboa, também o fez, e é curioso que a Iniciativa Liberal, faça referência a Lisboa, sobre aquilo que dizem os deputados do PCP, mas não faça referência de como o PCP, de como o PS e outros Partidos de esquerda, votam na Câmara Municipal de Lisboa.

Ficamos cientes do objetivo da intervenção, mas vamos levá-la como jocosa ou como piada, porque não pode ser outra coisa, era ridículo, que uma pessoa de outro Partido, falasse em nome do PSD, e o que interessa mesmo, é discutir o IMT, e o que interessa mesmo, são os jovens que podem ter essa isenção, e é nisso que o PSD, se foca. Como dissemos ainda há bocado e para terminar, às vezes prendemo-nos demais a discutir com “quem”, e esquecemo-nos dizer para “quê”, o PSD está focado no “para quê”.

Rui Lamim (PSD) – É só um aparte sobre as políticas de habitação dos últimos anos, como nós sabemos foram uma desgraça, mas nós sabemos quem é que era o Ministro da altura, é um tal de Pedro Nuno Santos.

Presidente da Câmara – Relativamente a esta proposta, que foi aprovada na Câmara Municipal, depois de tantas considerações que foram feitas, eu queria suscitar aqui a seguinte questão, até porque é bom, que as propostas que são aprovadas na Câmara e na Assembleia Municipal, sejam claras e não deixem quaisquer dúvidas.

Estas quatro notas, que aqui são colocadas como pressupostos, para ter acesso a este benefício, no nosso entendimento, ou no meu entendimento, requerem aqui uma adaptação, e era isso que eu ia colocar, eu considero que estes quatro pressupostos que estão aqui, devem ser considerados como condição cumulativa, para o acesso à habitação, ou seja, “o jovem ter uma idade igual ou inferior a 35 anos, inclusive”, “o imóvel, naturalmente, ser situado no Município de Setúbal”, “o valor de aquisição igual ou inferior a 200 mil euros”, e o ponto 4, referisse que, “a aquisição da 1.ª habitação própria e permanente”, para salvaguardar, naturalmente as questões que foram aqui consideradas. Portanto, nós estamos ainda numa altura, em que os senhores deputados podem considerar esta minha sugestão e, portanto, que a alteração do texto, seja este o objetivo, creio que ficou clarificado agora, para que não haja nenhuma dúvida na interpretação, eu sugeria que considerassem esta minha sugestão, ou seja, que em vez de, “considera-se que é importante isentar os jovens setubalenses e azeitonenses do pagamento do IMT, desde que verificados alguns pressupostos”, se diga que, “do IMT verificadas as seguintes condições cumulativamente”, era a sugestão que eu fazia, e no ponto 4, em vez de ser, “a aquisição para habitação própria permanente”, fosse, “a aquisição da 1.ª habitação própria e permanente”, desta forma, fica salvaguardado algumas questões que foram aqui suscitadas, pelos senhores deputados.

Presidente da Mesa – Muito obrigado, julgo que o senhor Presidente, já fez aqui, a parte principal do trabalho de esclarecimento, das alterações na especialidade que temos que fazer à proposta.

Afonso Luz (CDU) – Acompanhamos, esta proposta e também esta limitação, para que seja só para a 1.ª habitação própria e permanente. No entanto, eu creio que seria bom avaliarmos, junto da Autoridade Tributária, da legalidade do que estamos aqui a aprovar, tenho algumas dúvidas e tenho outra dúvida que é, sendo este imposto cobrado pela Autoridade Tributária, sem qualquer intervenção da Câmara Municipal, a minha dúvida vai no sentido da Autoridade Tributária, ter condições, para colocar esta limitação em prática, portanto, isentar, em primeiro lugar, e depois ser apenas só para a 1.ª aquisição, tenho sérias dúvidas. De qualquer modo, em termos políticos acompanhamos esta proposta.

Presidente da Mesa – Pode ser um problema prático, ou técnico, mas que a seu tempo se verá, senhor Presidente, se faz favor.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, só como esclarecimento, eu não sou fiscalista, não domino essa matéria, mas a questão aqui, no meu entendimento, é a seguinte, a isenção é na receita que a Câmara arrecada do IMT, é disso que estamos a falar, portanto, não é outra coisa. A Câmara, tem uma receita de IMT, na transação de um determinado imóvel, é dessa receita exclusivamente que estamos a falar, e, portanto, essa receita fica identificada, está identificada, nos processos que circulam na Câmara, de acordo com a Legislação adequada sobre esta matéria. Era esta nota que queria deixar.



Presidente da Mesa – Obrigada, Sr. Presidente, eu não sei, se era um esclarecimento ao que disse o senhor deputado, Afonso Luz. A questão do Sr. Deputado, Afonso Luz, é uma questão técnica, sobre quem cobra esta receita, que depois transfere para a Câmara, portanto, isso é outra questão, não pode ser cobrado, e depois a Câmara abdicar da receita, não pode é ser cobrada às pessoas que estão nas condições referidas.

Nuno Carvalho (PSD) – Não é uma intervenção política, nós já não temos tempo, já o esgotamos, só uma questão em primeiro lugar, nada na Lei, como é evidente, diz que este imposto tem um carácter universal, portanto, naturalmente, ele pode ser segmentado de diferentes maneiras, inclusive, neste caso esta segmentação, ocorreu desta forma.

A questão do requisito cumulativo, também depreendia-se da proposta, mas, portanto, é evidentemente que pode ser mais clarificado, e a questão também que é colocada à apreciação por parte da bancada, enfim, verbalizada, por parte do senhor Presidente e colocada por parte da bancada da CDU, era importante, depois clarificar à luz do Regimento, a admissibilidade dessa proposta, só para não ficar, enfim, “ferida” de outras questões, porque, naturalmente que nós podemos, isso não há dúvidas nenhuma, alterar esta proposta, e até é conveniente que se faça a nível do IMT, com as clarificações que sejam necessárias.

Contudo, há uma pergunta que queria deixar ao Sr. Presidente, que é, se a admissibilidade desta proposta de alteração, uma vez que, o que seria normal era ocorrer, creio eu, dentro daquilo que é o regime normal de submissão de propostas, portanto, nós não podemos alterar o orçamento, mas podemos alterar as propostas que incidem sobre fiscalidade, seja IMI e IMT, eu creio que elas teriam de ser submetidas dentro dos prazos, cujo Regimento estabelece, sem prejuízo delas poderem ser agora admitidas, coisa que nós, não nos opomos, como é evidente, mas creio que, ao serem admitidas decorre à obrigação da Assembleia ter que passar por esse processo e, portanto, esta é a última pergunta que lhe deixo, só sobre a admissibilidade destas propostas, coisa que nós não nos opomos, é apenas para poder seguir o caminho formal.

Presidente da Mesa – Tem razão, senhor deputado, nessa parte, que refere a questão da previsão. As propostas, para serem votadas, têm que constar da ordem do dia, elas só podem ser incluídas, se houver dois terços de aprovação no plenário, portanto, se houver dois terços dos membros do plenário, que aprovem, uma inclusão da proposta e o seu debate e votação, ela poderá ser discutida, sem estar prevista no período da ordem do dia, é isso que determina a Lei e o Regimento.

Portanto, se houver aqui dois terços, que aceite estas duas alterações, de introduzir a palavra “*cumulativamente*” e “*a 1.ª habitação própria permanente*”, nós podemos votar estas, na especialidade, e depois votar a proposta toda, se não houver, estes dois terços, para permitir a introdução destas alterações, tem de se votar, tal qual, como veio da reunião de câmara.

Podemos fazer esse processo?

Então, é a primeira coisa a perguntar ao plenário.

Alguém se opõe à inclusão destas duas alterações, eu posso pô-las conjuntamente, relativamente à palavra “*cumulativamente*”, “*nas condições para a aquisição*” e “*a 1.ª habitação própria permanente*”.

Alguém se opõe à inclusão da admissão em votação destas alterações?

São admitidas, estas duas alterações na especialidade.

Vamos começar por votar as alterações admitidas e depois votamos a proposta a seguir, certo!

Vamos votar, a aprovação da inclusão destas duas alterações, a palavra “*cumulativamente*”, em relação às condições e a inclusão da menção à “*1.ª habitação própria permanente*”.

São aprovadas por unanimidade.

Portanto, com estas alterações na redação da proposta, vamos pôr à votação, a Deliberação n.º 67 de 2023, da Assembleia Municipal, relativa à “*Isenção do IMT na aquisição da 1.ª habitação própria permanente por jovens até aos 35 anos*”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e um voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

12. Deliberação n.º 068/2023/AM – Delib. CM n.º 1109/2023 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, do PPD/PSD, do BE, do PAN e da IL e o voto contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Maria João Palma (PS) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a esta proposta, a nossa posição, é que nós queríamos votar a favor, existem pontos positivos, obviamente, o primeiro é que, é o segundo ano, em que os Serviços Municipalizados vão funcionar com relativa normalidade. De recordar que foi um compromisso eleitoral, também do PS, que os Serviços Municipalizados, voltassem à esfera da Câmara, portanto, temos tido aqui uma postura extremamente construtiva e de apoio em tudo aquilo que a Câmara, nos tem solicitado em termos de investimentos, concursos, etc., temos de reconhecer, acho que é generalizado, que tem havido melhoria da qualidade da prestação do serviço às populações, que temos um ambicioso programa de investimento e, obviamente, com isso, o PS, concorda em absoluto.

Portanto, nós não temos qualquer tipo de preconceito ideológico, relativamente à propriedade pública, mas aqui, no caso da água em particular, aqui sim, aqui é por demais evidente, que este tipo de serviços, devem de estar na medida do possível, dentro da esfera pública.

Só recordar que, ainda no tempo da Monarquia, as pessoas podiam morrer de fome, mas era obrigação do Rei, que as pessoas não morressem de sede, portanto, já vem de muito, muito, detrás, esta obrigação e esta distribuição deste produto tão essencial à vida humana.

Contudo, o que é que, não nos leva a votar a favor, é que decorrente deste orçamento, está ligado, obviamente, o novo tarifário que foi discutido na Câmara Municipal, e esse tarifário, obviamente, é um tarifário, que nós não podemos concordar, pois, têm aumentos substanciais, muito acima da inflação, e aqui estamos a falar, tendo em conta que, a parte água até é uma parte lucrativa, aqui obviamente, foi tomada uma posição política de aumento substantivo do preço das tarifas.

Só recordar, por exemplo, em Alcochete que também tem Serviços Municipalizados, a água só vai subir cerca de 3,3%, enquanto, por exemplo, o tarifário da água, em Setúbal, em certos escalões vai aumentar mais de 40%, e, em contrapartida, aquilo que vai ser cobrado à Autarquia e às Juntas de Freguesia, vai baixar cerca de 30%.

Portanto, não nos parece, que seja justo, este tipo de tarifário, aqui, e lamento, parece que o PCP/CDU, quer ultrapassar o CHEGA e a Iniciativa Liberal, em termos de política antissocial, isto porquê, porque, vamos recordar, o saneamento é gerido, em complementaridade com uma Empresa pública, dos quais a Câmara é o segundo maior acionista e essa Empresa, vai distribuir mais de 4,6 milhões de euros, em dividendos à Câmara.

E aqui, a nossa pergunta legítima é, então, porque é que não se usa essa verba ou pelo menos grande parte dessa verba para, por exemplo, mitigar aumentos em situações, em que reconhecemos que há prejuízo, como nomeadamente, na recolha de lixo.

Também recordar que, nos tempos da concessão, as Águas do Sado, também distribuíam em termos de rendas da concessão, vários milhões de euros, à Câmara Municipal, e, inclusivamente, houve uma garantia bancária, aqui bem, a Câmara executou, de cerca de 12 milhões de euros, então não era avisado pelo menos parte dessas verbas, ficarem alocadas num Fundo, e esse Fundo, por exemplo, poder cobrir ou participar investimentos e conseguir mitigar aumentos de preços.

Esta é a nossa posição, ou seja, nós queríamos votar a favor, mas, infelizmente, tendo em conta, obviamente, alocado a este orçamento, temos uma política que nós não concordamos de aumento brutal do tarifário, obviamente, nós vamos nos abster.



Alexandre Teles (PSD) – Após um ano de transição da gestão de águas, das Águas do Sado, para os Serviços Municipalizados e, conforme prometido, o serviço passaria a ser melhor e mais barato, para todos os setubalenses e azeitonenses.

A mensagem do Orçamento de 2024, é clara, o PPI, para 2024 e anos seguintes, elencam um vasto conjunto de prioridades e investimentos, que permitirão melhorar e resolver as múltiplas carências identificadas no território do Município, que, na nossa opinião, ainda ficam aquém de todas as necessidades.

O PSD, deixa a sua preocupação e dúvidas, relativamente ao melhoramento efetivo do serviço, porque até esta altura, na nossa opinião, não está melhor, basicamente, os Serviços Municipalizados, têm uma atuação corretiva e não preventiva, e todos nós sabemos os custos deste tipo de gestão.

Os problemas crónicos estão bem identificados, condutas obsoletas, onde as ruturas são sistemáticas, estações elevatórias que não funcionam conforme foram projetadas e instaladas há muitos anos, muitos locais do concelho sem infraestruturas de saneamento básico, entre muitas outras deficiências. Mesmo hoje, tivemos aqui uma munícipe a queixar-se, que vão instalar saneamento e que não vai chegar a ela.

Por isso, o PSD, está expectante que a gestão da água e resíduos seja mais eficiente e sustentável, basicamente, sermos um concelho, de referência e excelência na área, por isso, sabemos que a transição ainda é recente, e que existe um grande percurso pela frente, logo, o nosso sentido de voto, relativamente ao Orçamento dos Serviços Municipalizados 2024, vai ser a abstenção.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, irá votar contra, o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Na Assembleia Municipal, de 10 de dezembro de 2021, a Iniciativa Liberal, manifestou-se contra o retorno dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, à gestão pública municipal, e a razão para esta posição, baseou-se na falta de evidências convincentes, de que tal mudança resultaria em benefícios claros, para os munícipes de Setúbal.

Durante a discussão foi-nos apresentado um estudo realizado pela Consultora PwC/PricewaterhouseCoopers, que continha vários alertas e reservas significativas.

Segundo este estudo, para o ano de 2024, estavam previstas receitas operacionais de 18,1 milhões de euros, contudo, o Orçamento, atualmente em debate, prevê receitas operacionais de 25,6 milhões de euros, para o mesmo ano, o que representa um aumento substancial de 42%, além disso, o estudo da Price, também indicava, gastos e perdas operacionais na ordem de 8,2 milhões de euros, enquanto o Orçamento apresentado agora, ascende a 25,6 milhões de euros, com aumento notável na rubrica de despesas com pessoal, cerca de 155%, passando de 3,2 milhões de euros no estudo, para 8,2 milhões de euros no Orçamento. Diante destes números, reforça-se a nossa convicção, de que a gestão pública municipal, poderá conduzir a um aumento do custo da água, para os munícipes, e a um incremento dos gastos e perdas operacionais, ademais, o argumento do aumento da tarifa de resíduos, não nos parece suficiente para justificar tais discrepâncias, pois tal incremento já era previsível, na altura em que a Price, elaborou o estudo, não nos parece crível, que uma consultora de renome internacional tenha desconsiderado um detalhe tão relevante.

Portanto, baseado nestes factos e preocupações, confirmamos que a Iniciativa Liberal, votará contra, o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Afonso Luz (CDU) – Sobre a questão que está aqui agora a ser colocada do tarifário, eu queria dizer o seguinte, em 2023, o primeiro ano, em que os serviços voltaram a ser prestados, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, as reduções verificadas no Tarifário, andaram entre os 21,7% e os 10,5%, para os escalões mais altos, 21,7% de redução nos escalões mais baixos.

O que aconteceu durante o ano de 2023, é que não só, a inflação que a todos atingiu, também atingiu os Serviços Municipalizados, mas os Serviços Municipalizados, viram-se confrontados com uma série de investimentos, que não eram previstos acontecerem, e que resultaram da falta de investimento, durante largos anos, por parte das Águas do Sado.



E, isso levou agora, em 2024, a uma correção das tarifas, de qualquer modo, comparando com o que era praticado, pelas Águas do Sado, o que se verifica é que ainda nos mantemos com uma redução de 15,3% nos escalões mais baixos, 11,4% nos outros escalões a seguir, até 2,7% no escalão dos consumos até vinte metros cúbicos, e só nos escalões superiores é que se dá um aumento, relativamente àquilo que era praticado pelas Águas do Sado, mas, eu creio que, todos nós aqui concordaremos que, para chegar aos vinte cinco metros cúbicos e aos trinta e cinco metros cúbicos, já é preciso consumir muita água, e que um dos pontos que nos deve aqui conduzir, é desincentivar o consumo excessivo de água, portanto, para os outros escalões todos continua a haver redução de tarifário, relativamente às Águas do Sado, apenas no escalão superior se verifica este aumento.

Luís Maurício (CH) – O CHEGA, vai-se abster, na votação do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal, por não concordar com alguns pontos.

Em relação ao que foi afirmado, pelo deputado do PS, o Partido CHEGA, não é contra as Águas do Sado, terem passado para o Executivo, o Partido CHEGA, é contra o que o PS, nunca fez e nunca quis saber, nem dos setubalenses, nem dos portugueses, nem de mais ninguém, pelos aumentos que faz a nível de impostos, pelos aumentos que faz a nível de tudo, e nós queremos que os setubalenses e azeitonenses, tenham qualidade de vida e acima de tudo, que paguem menos impostos e que paguem uma água mais barata.

Vitor Rosa (BE) – Como a maioria dos orçamentos, este não foge à regra, no qual se os valores estão corretos, e são possíveis dentro da atual conjuntura, em que os Serviços Municipalizados, ainda bem recentes, estão a dar os seus primeiros passos e a cimentar a sua Estrutura.

Ele passa objetivamente também, por opções que podem ser questionadas, e se a necessidade em dar respostas à gestão de pessoal e os compromissos inerentes a eles, bem como o desenvolvimento dos Serviços, ou outras matérias, merecem a nossa dúvida, não acompanhando a necessidade de uma verba, para estudos, pareceres e consultoria, no valor de 725 mil euros, quase o mesmo que se gasta, nas rubricas de aquisição de serviços de limpeza de esgotos, 300 mil euros, e a manutenção, reabilitação e limpeza da rede pluvial em 450 mil euros.

Deixa-nos ainda sem detalhe, mais de 2 milhões de euros, para outros trabalhos especializados, sem ter a perceção exata, do que é que são, estes, ou outros trabalhos especializados.

Perante um Orçamento, com estas medidas e opções, em que, como dissemos, os SMS, ainda estão a dar os seus primeiros passos, vamos nos abster, deixando o nosso benefício da dúvida, de uma boa gestão orçamental e com uma boa eficácia nos seus serviços.

Mário Aranha (PS) – Vou corroborar, aquilo que disse o colega Afonso Luz, de facto, era previsível que houvesse um grande aumento do investimento, então, porque é que não se guardou o dinheiro, os 12 milhões da garantia bancária que foi executada e os vários milhões, que, durante vários anos, a Concessão pagou à Câmara, em rendas, e porque é que, os 4,6 milhões de euros, que a SIMARSUL, paga, pagou ou vai pagar em dividendos, pagou em 2023, vai pagar em 2024, não são justamente usados, para esses investimentos, em contrapartida, quem é penalizado, são os setubalenses e são as PME.

Outra questão, em termos teóricos poderemos concordar, que haja aqui um grande aumento do último escalão, para diminuir o consumo de água, então, porque é que a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia vão ter uma diminuição de 30% da tarifa.

Afonso Luz (CDU) – Eu queria aqui falar nos dividendos da SIMARSUL.

A SIMARSUL, atribui os dividendos, não quer dizer que os pague logo, é só para dizer que, não sabemos qual é o dividendo, que vai ser atribuído pela SIMARSUL, nem sabemos, eu, pelo menos, não sei, quando é que ele vai ser pago, portanto, estar a contar com o pagamento desse dividendo, já é avançar um bocado demais.



Presidente da Câmara – O senhor Vereador, Carlos Rabaçal, não pode estar hoje aqui presente, por motivos de doença, e, por isso, não está aqui, para poder dar os esclarecimentos todos, que são justificados.

Eu queria, no entanto, dizer o seguinte, há um compromisso da CDU, de baixar as tarifas da água, relativamente às tarifas que eram cobradas pela Concessionária.

Essa redução da tarifa, veio-se a verificar logo no primeiro ano, é uma média de 20% de redução, relativamente às tarifas que eram cobradas, pela Águas do Sado, e a atualização que este ano se faz do Tarifário, tem a ver exatamente com os custos da operação.

Eu não tenho aqui estes valores, mas o senhor Vereador, poderá depois fornecer-los, aliás, ele falou nisso na reunião da Câmara, quem tiver oportunidade, poderá ver o que está dito, na ata da reunião de câmara, onde se discutiu este Orçamento, mas os custos da energia da operação, aumentaram substancialmente e, portanto, para manter um serviço de qualidade, que é esse o grande objetivo e o grande compromisso, que a Câmara Municipal, tem para com os munícipes, naturalmente, que é necessário garantir os custos de operação, sendo que, comparativamente, e esta é outra garantia, comparativamente, com os preços praticados, ou as tarifas praticadas, pelas Águas do Sado, a redução relativamente ao ano de 2021, mantém-se em média, na ordem dos 20%, este é que é o registo que é importante e que todos nós tenhamos consciência disso, e que é um benefício também para os munícipes, se nós não mantivermos um tarifário atualizado, de acordo com os custos da operação, naturalmente que estamos a pôr em causa a própria prestação de serviço de qualidade, é isto que está em causa. Portanto, a diferença da distribuição desses custos, pelos vários escalões, naturalmente que tem a ver essencialmente, com a questão dos níveis de consumo e o objetivo é de que, quem consome mais, deve naturalmente, ter uma tendência no sentido de poder consumir menos.

São esses os objetivos, são os objetivos do nosso tempo, dos problemas do consumo de água, tudo isso que está aqui em causa e, portanto, queria dizer, às senhoras e aos senhores deputados, que a distribuição destes custos, os custos justificam-se, pelos custos da operação, incluindo pelos custos dos aumentos salariais, que são de todos conhecidos, e que vão ter lugar, a partir do dia 1 de janeiro, e dos custos de operação, e designadamente, das questões dos custos da energia e, portanto, a distribuição é feita, tendo esse objetivo, no caso dos escalões de maior consumo, naturalmente, serem mais penalizados.

Este é o objetivo, garantindo sempre que, relativamente às tarifas do ano de 2021, praticadas pela Concessionária, há uma redução do Tarifário, da ordem média dos 20%. Gostava que estas questões, fossem registadas, para não haver aqui deturpação, exatamente, daquilo que é o fundamental do que está aqui em causa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

13. Deliberação n.º 069/2023/AM – Delib. CM n.º 1110/2023 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Rita Sereno (PSD) – A bancada do PSD, reconhece a necessidade de colmatar as insuficiências identificadas de recursos humanos e dotar e capacitar os SMS, com os recursos necessários, para a melhoria e qualidade do serviço prestado, e conseqüentemente, garantir o reforço das equipas em 2024, com a contratação de mais 35 trabalhadores, com o acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, em termos de despesa com pessoal. No entanto, perante o mapa de pessoal apresentado, gostaríamos que fossem esclarecidas algumas questões, de forma factual e direta.

O número de postos ocupados, identificados em 2023, em comissões de serviço, são seis, em nove cargos de dirigentes.

Quais são os cargos em comissão de serviço? E o remanescente dos cargos de direção, são ocupados em que regime? As mobilidades externas referem-se a que cargos e quais os serviços de origem? As suas consolidações estão previstas, se sim, para quando?

Reforçamos a necessidade da estabilidade profissional dos trabalhadores e a clareza dos vínculos profissionais.

De acordo, com a alínea 3, do Mapa de Pessoal, está a decorrer o provisionamento de 30 lugares, dos 60 postos vagos, em 2023, a saber, 4 técnicos superiores, 6 assistentes técnicos e 20 assistentes operacionais.

Assim, questionamos a vacatura dos restantes 30 postos de trabalho, para quando a sua ocupação?

Porque ainda não ocorre a abertura destes concursos, as reservas de recrutamento não são aplicáveis a estes postos de trabalho?

Existem postos de trabalho, que, de facto, tem especificidades técnicas, que não podem ser preenchidos, com as reservas de recrutamento dos concursos que estão em aberto, como é o caso, do Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, mas causa estranheza à bancada do PSD, estas vacaturas, especialmente quando no concelho, existe oferta formativa de Cursos Tecnológicos de Qualificação de Nível 3, em áreas de Informática, existe uma elevada taxa de desemprego no nosso Município, existe a necessidade de dar oportunidade aos nossos jovens recém-formados e existe a necessidade de ocupação de postos de trabalho nos SMS.

A bancada do PSD, não percebe, porque não são ocupadas as 30 vagas de 2023, e esperamos que os 35 lugares, que estão em aberto em 2024, não sejam mais vagas por ocupar.

Aproveito ainda, para pedir um esclarecimento, sobre o significado e as implicações da coluna, e cito, "SUB.PEN.INS.", dos postos de trabalho 2023 e 24, do mapa de pessoal, onde estão imputados 195 trabalhadores, de alertar que a documentação apresentada a esta Assembleia, deve ser clara e transparente e permitir uma análise factual e esclarecedora, e as siglas, sem as devidas definições ou associações ao Orçamento SMS, são no mínimo incompreensíveis e inadmissíveis.

Presidente da Câmara – Pedia, ao senhor Diretor dos Serviços Municipalizados, que pudesse dar os esclarecimentos, que a senhora deputada colocou.

Paulo Piteira (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal) – O lote de questões foi muito vasto e foi colocado de forma muito acelerada, eu peço desculpa, mas, provavelmente não conseguirei responder a todas, portanto, peço que se for caso disso, volte depois a formulá-las, e tentarei fazer o melhor, em termos de respostas.

A primeira, tem que ver com o número de cargos dirigentes, os cargos dirigentes que existem nos Serviços Municipalizados, são neste momento, os cargos de dirigentes, que têm a ver com a macroestrutura, aprovada nos Serviços Municipalizados, ou seja, nós temos 6 lugares de Diretores de Departamento e 2 de Chefia de Divisão, portanto, é aquilo que é a macroestrutura, aprovada na Câmara Municipal, em tempo. Todos os cargos dirigentes, estão nomeados em regime de substituição, estão neste momento em curso, concursos que já foram abertos por deliberação da Câmara, portanto, já se tomou a deliberação de abrir procedimento concursal, para o provimento destes lugares, estão marcadas, aliás, reuniões do júri, para o mês de janeiro, para digamos, dar início ao processo de recrutamento, passando de uma situação, que é aquela a que fomos obrigados a ter, digamos, pelo início da atividade dos Serviços Municipalizados, para uma outra situação, que será aquela que passaremos a ter, após digamos, a realização do procedimento concursal.

Os procedimentos concursais abrangem, o conjunto dos cargos dirigentes, Diretor Departamento, Chefias de Divisão e também do próprio Diretor Delegado, que também está nomeado, em regime de substituição.

Foram colocadas questões, a propósito dos concursos que decorrem, portanto, lançou-se um concurso, para o preenchimento de vários lugares, durante o decurso do ano de 2023, para várias atividades ou para vários domínios de atividade, cujos procedimentos concursais, decorreram num prazo bastante rápido, em seis

meses foi possível, digamos, lançar os concursos, proceder às provas de recrutamento e à classificação desses trabalhadores.

Os trabalhadores estão a entrar, alguns deram já entrada, portanto, nos Serviços Municipalizados, recorde, por exemplo, nos Resíduos Sólidos, ainda esta semana entraram trabalhadores, e estão neste momento, a entrar um conjunto de trabalhadores, em resultado desses mesmos procedimentos concursais, quem quiser e tiver interesse relativamente a essa matéria, poderá sempre consultar a página dos Serviços Municipalizados, onde encontra, digamos, toda a informação, sobre os procedimentos concursais em curso, a lista das classificações, as atas dos júris de concursos, toda a informação, digamos, que necessita, de forma completamente transparente, estamos obrigados a cumprir esse preceito legal, e cumpro-lo com todo o rigor e com todo o gosto.

Portanto, se alguma dúvida se colocar, estaremos disponíveis, naturalmente, para digamos, poder esclarecer mais adiante.

Relativamente à questão da utilização das reservas de recrutamento, sim, é intenção sempre que possível, recorrer às reservas de recrutamento, para suprir os lugares que ficaram em aberto, ou relativamente aos quais vai ser necessário reforçar o recrutamento. Alguns concursos que se abriram, infelizmente, não tiveram candidatos, porque, digamos, os salários na Administração Pública são de tal forma baixos, que não conseguiram interessar, digamos, a uma parte das pessoas, e houve situações, em que vai ser necessário, reabrir procedimento concursal, com aqueles que estão previstos para 2024.

Os de 2024, são concursos que vêm reforçar a situação de grande carência, que foi herdada, das Águas do Sado, nós, nalgumas áreas de atividade, era difícil termos menos, do que temos neste momento, em relação ao número de trabalhadores, nomeadamente, na área que tem a ver com os piquetes e a intervenção ao nível dos piquetes, portanto, essa situação tem que ser rapidamente corrigida, isso significa, de facto, haver um acréscimo com admissões e haver um acréscimo com a entrada de mais trabalhadores.

Ainda, relativamente a uma questão que a senhora deputada, aqui colocou, sobre o “SUB.PEN.INS.”, é o subsídio de penosidade e insalubridade, ou seja, são os trabalhadores que estão na circunstância de terem, digamos, acesso ao subsídio, ao suplemento de penosidade e insalubridade, porque as funções que cumprem no quadro dos Serviços Municipalizados, para isso remetem, é um direito que lhes assiste.

Senhor Presidente, peço desculpa se não respondi a todas as questões.

Presidente da Câmara – Acho que a senhora deputada, ficou esclarecida.

Rita Sereno (PSD) – Referiu que, foram colocadas algumas pessoas, ficando ainda vagos outros lugares, mas temos ainda 30, de 2023, que não houve abertura de vagas, e eu gostava de perceber, o porquê. Porque é um total de 60 vagas abertas, em 2023, foram abertas 30 vagas em concurso, certo?

Paulo Piteira (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal) – Em 2023, foram abertas, 30 vagas.

Rita Sereno (PSD) – Existe 60 previstas?

Paulo Piteira (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal) – Para 2024, no conjunto.

Rita Sereno (PSD) – De acordo, com os mapas, que nos foi fornecido...

Paulo Piteira (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal) – Referente a 24...

Rita Sereno (PSD) – De acordo, com o mapa, que nos foi fornecido, não nos dá isso, dá-nos 60, e mais 35, dá um total de 95 vagas, entre 2023 e 2024.

Paulo Piteira (Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Setúbal) – Ter vagas abertas, no mapa de pessoal, não significa que elas tenham que ser obrigatoriamente preenchidas, na totalidade, portanto, são lugares que estão em aberto, e que podem ser preenchidos, ou não, isso depende também da dinâmica concursal.

Há pouco fiz referência, ao facto de haver concursos que se abrem, e que muitas vezes, não têm o número de candidatos necessários, para poderem ser preenchidos todos os lugares que se abrem.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, e 19 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

14. Deliberação n.º 070/2023/AM – Delib. CM n.º 1111/2023 – Derrama 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Flávio Lança (IL) – Não podemos apoiar a presente proposta. A Iniciativa Liberal, tem consistentemente enfatizado a necessidade de enviar um sinal positivo às empresas, incentivando a redução da taxa de derrama ao longo deste ano, infelizmente, Setúbal, parece destinada a manter a taxa máxima de 1,5%.

Ao examinarmos o Orçamento para 2024, deparamo-nos com um aumento significativo da receita, proveniente da derrama, que subirá de 3 milhões de euros, conforme previsto no Orçamento 2023, para 6,5 milhões de euros, conforme proposto para 2024, isto representa um aumento de 116%.

Notavelmente isto sugere, que já poderíamos ter iniciado a redução da derrama, sem que a receita fiscal diminuísse.

Um estudo recente da “Tax Foundation”, publicado há uns meses atrás, revela que, em termos de tributação das empresas, Portugal, figura como o segundo pior, entre 38 países, membros da OCDE.

É imperativo, que tanto o Governo central, quanto as autoridades locais, reconheçam essa realidade e adotem medidas, para aliviar a carga fiscal, que sabemos estar alcançando recordes sucessivos em Portugal, portanto, é de extrema importância que enviemos um sinal claro e favorável às empresas, promovendo a redução da carga fiscal, sobre elas.

Isto não apenas beneficiará às empresas, mas também contribuirá, para o crescimento económico e a criação de empregos, na nossa cidade.

Esperamos sinceramente, que esta consideração seja levada em conta, quando se toma decisões, sobre a Taxa de Derrama, em Setúbal.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 1 voto contra da IL e 16 abstenções, 10 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

15. Deliberação n.º 071/2023/AM – Delib. CM n.º 1112/2023 – Zonas de pressão urbanística/majorações

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH e do BE, e as abstenções do PS, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

Paulo Lopes (PS) – Como já dissemos nesta Assembleia, a promoção de uma política de habitação acessível, é feita através de uma variedade muito diversificada de medidas e ações públicas e privadas, no seu conjunto, potencia o aumento da oferta e com isso uma redução do custo da habitação, tornando-a mais acessível.

Já agora, dizer ao deputado municipal do PSD, que há pouco falou, do legado de 8 anos do PS, é um legado, que vai deixar um investimento superior a 1,2 mil milhões de euros, em habitação pública, coisa que o PSD, jamais, alguma vez fez, nos 50 anos de Democracia.

A majoração do IMI, são um instrumento adicional ao dispor dos Municípios, mas que na minha opinião, está longe de ser consensual, aumentar dez vezes mais um imposto, é diferente, de aumentar duas ou três vezes mais.

E se é verdade, que temos muitos proprietários, com edificações em ruínas ou em mau estado de conservação e, por isso, estão devolutas, e que necessitam de uma dinâmica que os faça agir, também é verdade, que temos muitos proprietários, que não têm possibilidade de investir, por diversas razões, a maioria deles porque herdaram os imóveis e podem sofrer o impacto de uma medida, que nestes casos, se torna socialmente injusta.

Mas também é importante, que a Câmara, dê o exemplo e recupere o seu património, que se encontra degradado e devoluto, e utilizar as verbas destas majorações e as aplique na mesma proporção, em investimento direto, capaz de aumentar a oferta.

Estas receitas adicionais, não podem ser vistas apenas, como um instrumento gerador de mais receita.

Simão Calixto (CDU) – Espanto-me que o PS, fique admirado da Câmara, aplicar aquilo que é uma Lei, que só os senhores é que aprovaram, a Lei do “+ Habitação”, é que estes dez vezes mais, veio da Lei, que só o PS aprovou, conseguiu deixar da esquerda à direita, toda a gente descontente com isso, e, portanto, os senhores agora vêm para aqui, com essa retórica, parece-me no mínimo estranho.

Rui Lamim (PSD) – Relativamente às promessas de investimento, aquele investimento em habitação que, enfim, vem do PRR, era muito bom que efetivamente a “coisa” estivesse, segundo o prisma, que aqui foi anunciado, porque a execução do PRR, comparada com outros países europeus, está em mínimos, é uma pena, estamos a perder grandes oportunidades.

Mas, felizmente, este Município, tinha algum trabalho preparado, e prepara-se, para criar alguma habitação dentro desse âmbito.

Mas eu volto a reafirmar, a habitação em Portugal assim, como outros casos, enfim, a saúde a educação, está com grandes problemas, acho que é um facto, acho que quase indesmentível.

E nós sabemos, que este Governo, caiu por indecente e má figura, mas, indecente e má figura, no campo da Habitação, da Saúde, da Educação, podemos não parar de elencar as áreas, onde a indecente e má figura deste Governo, está patente em todos nós.

Relativamente à habitação é efetivamente um ponto, que nos é muito caro, e aquele comentário de há bocado, é que o Ministro da tutela, era o Pedro Santos, e não vale a pena, anunciarem apoios, e que devia ser assim e assado, etc., é que tiveram muitos anos, para fazer as coisas, tiveram uma maioria absoluta, e não conseguiram. Indecente e má figura.

Paulo Lopes (PS) – A intervenção do deputado, Simão Calixto, dá a entender que a Câmara, é obrigada a aplicar esta majoração.

Simão Calixto (CDU) – Pode.

Paulo Lopes (PS) – Pode, não é obrigada, mas pode, como gera mais receita, aplicam. É que, na sua intervenção, deu a entender que eram obrigados a fazer esta majoração.

Não são, é uma opção política, e o Partido Socialista, vai votar favoravelmente, o que eu quis aqui dizer, é que não é consensual esta medida, porque pode originar, medidas ou consequências, socialmente injustas, para um determinado segmento da população, que sendo proprietária, não tem condições para recuperar a casa, porque herdou, na esmagadora maioria é esse problema, vai criar mais um agravamento do imposto, sobre quem já tem poucos recursos, é só isso.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 5 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 4 abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

16. Deliberação n.º 072/2023/AM – Delib. CM n.º 1113/2023 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 (2025/2026/2027/2028)

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, do PPD/PSD e do BE e os votos contra do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Presidente da Câmara – A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, para 2024, que é apresentada à Assembleia Municipal, constituiu-se como o maior orçamento de sempre do Município de Setúbal.

O Orçamento para 2024, com um valor de 239 milhões de euros, resulta fundamentalmente de três fatores. O primeiro, tem o maior volume de investimento de sempre, segundo, o crescimento sem precedentes das despesas com pessoal, e o terceiro, o aumento dos preços dos combustíveis e da energia, das matérias-primas e dos serviços indispensáveis, ao funcionamento da Câmara Municipal.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, da Câmara Municipal de Setúbal, para 2024, é apresentado num quadro, em que se deve destacar o esforço da Autarquia, na construção de um documento previsional, sustentado na realidade financeira do Município, com grande preocupação, em garantir o elevado volume de investimento, em que o Município mobiliza também, com o recurso a fundos comunitários, de valores de mais de 230 milhões de euros, até 2026.

A apresentação deste documento, ocorre num momento de expansão do investimento privado no concelho, que deverá nos próximos anos, ultrapassar os 3 mil milhões de euros, com fortes impactos na criação de emprego e no desenvolvimento do nosso concelho. Estamos perante um documento, construído com base em dois fatores centrais, sustentabilidade e seriedade, estas são as duas ideias, que nos orientam na construção destes documentos previsionais e na gestão quotidiana da autarquia.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, em 2024, o documento previsional que aqui colocamos à discussão, apresenta um valor global, como já referi de 239 milhões de euros, as despesas com pessoal, têm inscritas uma verba de 53 milhões de euros, enquanto a aquisição de bens e serviços ascende a 62 milhões.

No que diz respeito ao pessoal, importa destacar que o crescimento da despesa, entre 2021 e 2024, se cifra, em mais de 18 milhões de euros, em resultado da absorção pela Autarquia, dos trabalhadores das escolas, transferidos para a Câmara Municipal, e de um conjunto de medidas de valorização, dos nossos trabalhadores.

Em 2021, a despesa com pessoal, foi de 35 milhões, subiu para 37 milhões no ano seguinte, e em 2023, cresceu para 49 milhões, atingindo em 2024 os 53 milhões de euros.

Quanto a juros e outros encargos, a previsão da despesa ronda os 3,5 milhões e transferências correntes somam 21,95 milhões.



De destacar que, praticamente metade do valor atribuído às transferências correntes, cerca de 10 milhões de euros, diz respeito ao envelope financeiro atribuído às Juntas de Freguesia do concelho, para o exercício das competências que lhes foram transferidas e delegadas, o que faz da Câmara Municipal de Setúbal, uma das Autarquias do país que proporcionalmente, mais verba transfere para as Juntas de Freguesia.

O remanescente, quase na sua totalidade, corresponde a transferências, para os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, do concelho.

Outro número relevante, é o da transferência de capital, para o nosso Movimento Associativo, em resultado do entendimento que temos da importância das nossas Associações de Cultura, Desporto e Recreio, para a coesão social e territorial do nosso concelho, este apoio que tem previsto um valor global de 450 mil euros, permite a realização de um muito importante conjunto de obras nas instalações destas associações, a par do investimento municipal já iniciado, para dotar de instalações próprias, várias Coletividades, em que o exemplo mais recente, é do GATEM - Espelho Mágico, a que se juntam as melhorias das instalações da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, entre outras.

Em matéria de obras, ganha especial relevância, o investimento na qualificação da habitação pública municipal. Em recuperação de edifícios destinados à habitação no concelho, serão investidos por via de candidaturas, ao PRR, quase 163 milhões de euros, em novas habitações o investimento global, alcançará até 2026 mais de 67 milhões.

À data de hoje, a Câmara Municipal de Setúbal, adjudicou já as obras candidatas ao PRR, na área da habitação, no valor de mais de 105 milhões de euros, falo das operações em curso, nos Bairros da Manteigada, Alameda das Palmeiras, Bela Vista e Forte da Bela Vista, que beneficiam milhares de famílias que ali vivem, devolvendo a necessária dignidade, na casa que habitam.

Estamos perante o maior investimento em habitação pública, no nosso concelho, de que há memória, um investimento concretizado a partir de uma visão consubstanciada na Estratégia Local de Habitação, delineada pelo Município, que tal como noutras circunstâncias, se disponibilizou de imediato, para avançar com estas obras logo que houve financiamento.

Por via da candidatura ao PRR, a Câmara Municipal, garantirá ainda investimentos de cerca de 18 milhões de euros, em que se destacam um novo Centro Escolar Barbosa do Bocage e a requalificação da zona envolvente, a requalificação da Zona Verde e do Anfiteatro do Caminho dos Pescadores e da Rua de São Pedro, a recuperação do Pavilhão João dos Santos, a requalificação do Campo das Pedreiras no Viso e a importante requalificação e beneficiação da Estrada da Mitrena.

Nestes 18 milhões de euros, inclui-se igualmente a construção do novo Centro de Saúde da Bela Vista, e noutra vertente, uma aposta na valorização do nosso comércio local, por via da candidatura aprovada, dos *Bairros Comerciais Digitais*, que permitirá um investimento superior a 1,2 milhões de euros na qualificação tecnológica do nosso tecido comercial.

Fora do PRR, o Município, investirá num conjunto muito vasto de obras, qualificadoras do concelho e essenciais, para as nossas populações. Está já em andamento, a obra do prolongamento da rede de água e saneamento na Mourisca, uma obra de há muito reclamada, por estas populações e que não foi feita em tempo, pela anterior Concessionária das águas e saneamento de Setúbal.

Estão em curso ou em finalização, os procedimentos necessários, para que avancem obras, como a do Parque Urbano da Quinta da Amizade, a Requalificação Urbana e Paisagística da Urbanização do Pinhal de Negreiros ou a Reabilitação do Espaço de Cultura, A Gráfica.

Está já em curso a obra, na Praça do Brasil e na Quinta do Tavares, qualificando uma das mais importantes entradas da cidade, para quem chega de autocarro ou de comboio.

Estão também, em fase de preparação, a construção de um Auditório Municipal, em Brejos de Azeitão, o novo Mercado também em Brejos de Azeitão, o novo Pavilhão Desportivo das Manteigadas, uma nova fase do Parque Urbano da Várzea e também um conjunto de intervenções na rede viária em que se destacam, entre outras, as obras previstas, para a Avenida dos Ciprestes, Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, Avenida de Moçambique, Avenida Luísa Todi ou o quarteirão urbano em torno da Praceta Joaquina Guerreiro, Parque da Lanchoa e Rua Libânio Braga.

Vamos também, avançar com a reabilitação da Casa Luísa Todi, com a reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares, em Praias do Sado e a construção de um Pavilhão Desportivo em Azeitão

Finalmente, uma palavra de destaque, para a nova Biblioteca no Largo José Afonso, cuja construção deverá começar, se tudo correr bem, ainda no ano de 2024.

Insisto, estamos perante um orçamento, construído com base nas ideias da sustentabilidade e da seriedade, o investimento público é fundamental, para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento dos territórios.

Sem investimento público estagnamos, aliás, a elevada procura do concelho, por investidores privados, resulta em larga escala, das condições aqui criadas nas últimas duas décadas e que implicaram naturalmente elevados investimentos públicos, na qualificação urbana, na requalificação do nosso património, na melhoria das infraestruturas básicas.

Sem este investimento, concretizado pelos executivos da CDU, continuaríamos a ser um concelho, deprimido, estagnado, cinzento.

Para tal, foi necessário manter contas certas, por vezes, com grandes sacrifícios, importa lembrar que só em 2024, a Câmara Municipal, acabará de pagar o empréstimo, que foi forçada a contrair, por via do Contrato de Reequilíbrio Financeiro que celebrou, para impedir o estado de pré-bancarrota, em que a Autarquia se encontrava em 2002.

Em 2024, vamos ainda pagar destes empréstimos, perto de 1 milhão de euros de um total de 57 milhões, entre amortizações e juros pagos ao longo de 20 anos, esta é uma das razões, que nos levam, por vezes, a falar de um passado, que não queremos que se repita, um passado que, como se pode constatar pelos valores que acabei de referir, condicionaram a gestão financeira da Autarquia, ao longo destes 20 anos, esta é uma das razões que nos leva a falar de sustentabilidade e seriedade, duas marcas da gestão CDU, na Câmara Municipal de Setúbal, tudo faremos para impedir, que se repitam situações como as que vivemos em 2002.

Se é verdade, que temos razões e trabalho a avançar, que nos fazem estar otimistas, também é um facto, que a irresponsabilidade, e a irresponsável imposição de medidas de política fiscal municipal, por parte do PSD e do PS, sem que se tivesse em conta o volume de investimentos em curso e o crescimento acelerado dos custos fixos, na Câmara Municipal, é motivo de preocupação, que não podemos omitir.

Com a recente aprovação, das medidas em sede de IMI e Participação Variável do IRS, é imposta a esta Câmara Municipal, uma perda de receita, que chegará aos 20 milhões de euros, até ao final do mandato. Há que acrescentar a volatilidade das receitas do IMT, em resultado das isenções que os Governos vão concedendo e também da volatilidade do mercado imobiliário. Mais grave é que esta imposição de perda de receita, aconteça quando é também imposto às autarquias, um aumento das despesas de funcionamento, em resultado de transferências de competências, mal desenhadas e deficientemente financiadas. É o que está a acontecer na área da educação, área em que a Autarquia setubalense já assumiu, para além das verbas, transferidas do Orçamento do Estado, mais de 3 milhões de euros, dos seus cofres, para garantir um bom funcionamento das Escolas do 2.º e 3.º ciclos e do Secundário.

Esta preocupação agrava-se, com a imposição que nos é feita pela AMARSUL, no pagamento da taxa de resíduos sólidos urbanos, que aumentou de forma absurda e não justificada em 2023, representa 4 milhões de euros sem receita correspondente, para 2024 a estimativa passará para mais de 6 milhões, esta situação torna-se incomportável para as finanças do Município.

A situação financeira que nos impõem, é preocupante, ainda que, como sempre assumamos o compromisso com sustentabilidade e seriedade, manter elevados níveis de funcionamento e de investimento, enquanto reforçamos a disponibilidade financeira, para apoiar os nossos municípios.

Em 2023 disponibilizamos por via de várias medidas de apoio social, uma verba de mais de 2 milhões de euros, para esta finalidade, e em 2024 vamos disponibilizar valor idêntico, para desenvolvimento de apoio social, incluindo transportes e refeições escolares gratuitas, bem como apoio ao Movimento Associativo.

Não podemos ceder à demagogia e à facilidade na gestão financeira do Município, a redução acentuada e abrupta das receitas municipais, impostas pela oposição do PS e do PSD, na Câmara Municipal, calculada em mais de 20 milhões de euros até 2025, constitui uma irresponsabilidade, que tudo faremos, para impedir que volte a provocar o descalabro financeiro como aconteceu em 2002.

Mesmo com estas dificuldades, que nos são impostas, estamos determinados em continuar a trabalhar, para qualificar ainda mais o nosso concelho, conferindo-lhe ainda mais capacidade de atração e qualidade de vida, para todos os que aqui nasceram ou escolheram Setúbal para viver.

Continuaremos, como temos afirmado, com total seriedade a fazer mais cidade, melhor Setúbal.

Dito isto, creio que, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, estão criadas as condições, para a Assembleia Municipal, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2024.

Nuno de Carvalho (PSD) – O documento que temos aqui em apreço, naturalmente que, demonstra um conjunto de opções, que não seriam evidentemente as opções do PSD.

Em primeiro lugar, nós temos uma visão de desenvolvimento, completamente diferente daquela que a CDU, aqui expõe, e completamente diferente daquela que a própria área política da CDU tem, onde possivelmente será natural que, Partidos como o Bloco de Esquerda, como o Partido Socialista, possam ser muito mais próximos, do que o PSD.

Mas o PSD, enquanto Partido eleito e com representação, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, tem a obrigação de, num contexto em que não existe em particular maioria absoluta, e especialmente neste contexto, se bem que o PSD, nunca baixou os braços em tentar melhorar o orçamento, mas nesse contexto tem evidentemente a missão, a obrigação de melhorar o orçamento.

E nós, chegamos a este ponto da ordem de trabalhos em que, as propostas do PSD, que foram colocadas, são significativas, na sua quantidade, diversidade e, de facto, coube ao PSD, encarregar-se daquilo que é a sua missão e procurar tornar o orçamento naquilo que é a sua visão, o melhor possível.

Há um ponto com que nos congratulamos, é que, as propostas que foram discutidas anteriormente a este orçamento, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, tiveram aprovação favorável e por isso neste momento, faz com que nós possamos estar a discutir um documento, que ao ser aprovado, tem efetivamente aquilo que é a missão cumprida, dentro do que é possível, por parte do PSD. Aquela que desejaríamos, era que estivéssemos nós a governar a Câmara Municipal, e teríamos um orçamento claramente diferente, olhando para as empresas pequenas, queríamos que fossemos maiores, as empresas médias, queríamos que fossemos maiores, e que pagassem melhor e que pagassem melhores salários, e uma visão de desenvolvimento de sociedade, que com certeza, se concentraria num modelo de desenvolvimento, apostando em atividades económicas prioritárias para o nosso concelho, que faria com que o resultado, daquilo que é a nossa opinião, seria bastante diferente daquilo que já vimos de governação na Câmara Municipal, por parte do Partido Socialista e por parte da CDU. Mas assim não foi, portanto, o PSD, remete-se ao seu papel e agradece em primeiro lugar, o apoio que foi dado nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, às suas propostas, e evidentemente, olhando para esse apoio sabe que tornou este orçamento muito melhor.

Não deixamos naturalmente de notar algo, que é a herança, e nesta herança, nós temos dois processos, um que são os números, outro que é o político.

No processo político, o PSD, não é, porque recebeu o apoio do Partido A, B ou C, para as suas propostas, que agora está a dizer que conversa com o Partido A, B ou C, está é naturalmente disponível, para em qualquer momento e em qualquer lugar, ser a favor dos setubalenses e sempre ir de encontro àquilo que são as propostas que melhor servem os setubalenses.

E, em último lugar, uma última nota, evidentemente fazer um relevo que é muito importante, estamos próximos de pagar, aquilo que é o resultado de uma gestão muito complicada, do ponto de vista daquilo que foi o pagamento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Tenho 41 anos e, portanto, eu recordo-me com cerca de 19 anos, de se falar daquilo que, era a condição em que a Câmara Municipal estava, e, portanto, houve praticamente uma geração, de cerca de vinte anos a pagar esta herança, e o PSD, quando faz estas propostas, fez estas propostas pensando exatamente no

benefício dos setubalenses e naquilo que é o equilíbrio orçamental, não temos, nem de perto nem de longe, uma característica de irresponsabilidade, que levaria a que o orçamento municipal entrasse em desequilíbrio, e, naturalmente, que não o temos, porque bem sabemos que os setubalenses, já pagaram e muito, uma pegada de irresponsabilidade e desequilíbrio, aqui, na Câmara Municipal de Setúbal, e diga-se bem de passagem, também no Governo a nível nacional.

Mário Aranha (PS) – Vou só fazer uma pequena nota metodológica, antes da minha intervenção. Quando falo aqui no ranking de Setúbal e de outros Concelhos, tem a ver com um estudo, que saiu em novembro, chama-se o “Índice de Poder de Compra Per Capita Concelhio”, que é publicado de dois em dois anos, que é a melhor aproximação que o Instituto Nacional de Estatística, faz, como se fosse o PIB per capita, de cada um dos concelhos, e portanto, é importante fazer esta nota metodológica, porque vou fazer aqui referência.

Hoje, é um dos momentos mais deprimentes, das várias sessões da Assembleia Municipal de Setúbal, a discussão do Orçamento Municipal. De novo, temos um orçamento que é uma continuidade, na decadência e retrocesso, do nosso concelho, e não é o PS Setúbal, que o afirma, são factos objetivos e irrefutáveis.

A governação CDU, falhou em toda a linha, o nosso concelho segundo, o Instituto Nacional de Estatística, no ano 2000, estava em 14.º lugar a nível nacional, em 2021, segundo o último estudo que saiu agora em novembro, publicado tanto como já referi, coloca Setúbal, em 22.º lugar, isto é uma queda contínua não haja contestação, os outros concelhos progridem, Setúbal definha.

Vejamos o exemplo de Alcochete, em 2017 estava em 11.º lugar, subiu para 7.º em 2021, Setúbal, em 2017 estava em 19.º passou para o 22.º, conclusão óbvia, a CDU, transformou Setúbal, num concelho de 2.ª Liga.

É este definhamento e decadência, que mais este péssimo orçamento, vai causar.

Como diz a expressão, “insanidade é continuar a fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”.

Esta é uma fórmula já gasta e como já vimos com péssimos resultados.

O orçamento de 2024, prevê gastar 239 milhões de euros, 19,92 milhões de euros por mês, 655 mil euros por dia, 27300 euros por hora, 455 euros por minuto, mas os problemas continuam todos por resolver, apesar dos 655 mil euros gastos por dia, não vai ser construída uma única casa a preços controlados, para os jovens e para a classe média, uma única.

Não vai ser usado um cêntimo do PRR, para comprar casas aos privados, para disponibilizar para o mercado da renda acessível, mais uma vez para os jovens e para a classe média.

Temos uma organização, que vai consumir 19,92 milhões de euros por mês, de 27300 euros por hora, mas continuamos a plantar parquímetros, em vez de árvores, uma CMS, que gasta 239 milhões de euros, mas não investe um cêntimo, em programas de simplificação administrativa, na digitalização ou na melhoria da prestação de serviços administrativos à sua população.

O Executivo, vai consumir 27300 euros por hora, mas continua a manter as ruínas mais caras do país, a Praça de Touros Carlos Relvas, que já custou 1,9 milhões de euros, e o IMAPARK, onde já foram gastos mais de 4 milhões de euros.

O próprio documento do orçamento, caras e caros setubalenses, é o espelho desta paralisia, são às centenas de projetos sem execução, muitos deles desde 2014, 2015, 2016, com uma redução prevista muito baixa, também em 2024.

Os relvados sintéticos, que foram agora referidos, que foram tantas vezes prometidos, será que desta vão ser reabilitados em 2024, bem, o do Forte da Bela Vista, vai para 10 anos de espera. Em Setúbal, continuamos com um cartão de visita de campos municipais, com pelados e abandonados.

O Pavilhão Multiusos, promessa de campanha da CDU, é mais um projeto para as calendas, como o famoso Cais7 e outras promessas mirabolantes e não cumpridas.

Como pode ser Setúbal, uma cidade atrativa, para a população, se a CMS, tem uma atitude de absoluta passividade no combate às alterações climáticas. Não há eletrificação da frota automóvel, não há projetos sérios de eficiência energética, não há a implementação de refúgios climáticos, o Parque da Várzea, continua por concluir desde 2013, são apresentados vários e lindos projetos em 3D, mas obra visível, muito pouco ou nada.

A CDU, prometeu-nos um dos maiores parques verdes do país, e em troca, os setubalenses, tem um pântano meio da cidade.

Apesar dos 239 milhões de euros, previstos que a CMS, gaste, Azeitão, apesar dos seus mais de 20 mil habitantes foi de novo esquecida, não vai ter direito há construção de uma única habitação social, ou de uma habitação a custos controlados, eu tinha-me esquecido, não!

A CMS, lembra-se muito bem de Azeitão, para cobrar IMI, IMT e demais taxas municipais, agora ao fim de 20 anos de luta e pressão do Partido Socialista, será que é desta, que vamos ter a construção do Pavilhão e do novo Mercado, pelo andar da carruagem, 2024 vai ser mais um ano perdido nesta matéria.

Os exemplos são vários e espalhados por todo o concelho, de abandono, regressão e de definhamento.

A população pede espaços verdes, refúgios climáticos, equipamentos desportivos para desporto de verdade ou informal, em resposta, tem impostos elevados e passeadeiras por pintar, é isto que representa este orçamento, no meio de 239 milhões de euros, a CMS, vai esbanjar mais de 2 milhões de euros em propaganda, mas não há propaganda que resista ao choque da realidade, quem é o investidor do privado que vai investir, num território em decadência, onde a organização camarária é pesada e burocrática.

Em Portugal, segundo o INE, tem-se batido recordes de investimento privado, o que é que se passa no nosso concelho, bem se fizemos uma rápida pesquisa na Internet, com a frase, "*investimento privado concelho de Setúbal*", verificamos que não há investimento privado relevante, o que nós conseguimos ver nessa pesquisa, são mirabolantes promessas do nosso Executivo, primeiro começou com 200 milhões de euros, já vamos em 3 mil milhões, acho que vai acabar o mandato, com promessas de 10 mil milhões de euros, mas no final que concretizações é que vamos ter, muito poucas, talvez o único com alguma relevância será a concretização de um Hotel, na zona das Machadas, foi demolido um quarteirão com capacidade construtiva, para dezenas de apartamentos, e foi feito um Hotel.

O promotor do Hotel, é um fundo gerido pela Goldman Sacks, uma empresa ícone do liberalismo financeiro.

É este o único investimento privado que o PCP/CDU, tem para apresentar aos setubalenses?

Já agora, onde estão os mega-investimentos privados, em Casinos, Marinas, Hotéis de 5 estrelas, o maior Parque de Diversões Aquáticas do país, a Cidade do Conhecimento, tudo no mundo virtual, é claro!

Mas nada virtual, vão ser os 19,92 milhões de euros por mês, que a CMS, vai consumir, mas os setubalenses e azeitonenses, ficam mais um ano a ver navios relativamente ao investimento privado.

Setubalenses e Azeitonenses, apesar dos inúmeros apelos do PS Setúbal, para uma mudança e a recolocação de Setúbal, como um dos maiores polos de desenvolvimento do país, temos cada vez mais gastos, mas um concelho cada vez pior.

Lançamos aqui, um desafio aos representantes do povo de Setúbal e Azeitão, nesta Assembleia, quem defende mais parquímetros e atletas sem transporte, para as deslocações fora, vote a favor ou abstenha-se deste orçamento, quem quer empréstimos a 20 anos, para colocar alcatrão e lancis, em vez de um Pavilhão Multiusos, vote a favor ou abstenha-se neste orçamento, quem se conforma, com o 20.º lugar de Setúbal, no contexto nacional e com a sua contínua decadência, vote a favor ou abstenha-se neste orçamento.

Mas o PS Setúbal, não se conforma, nem nunca descansará, enquanto não colocarmos Setúbal, novamente no lugar que merece e que tem potencial, acompanhem o PS, na rejeição deste orçamento, pelo progresso e contra a decadência de Setúbal e Azeitão.

Afonso Luz (CDU) – O senhor deputado, Mário Aranha, acaba de nos brindar aqui, com um estudo do "PIB Per Capita dos Concelhos", independentemente das conclusões, que o deputado retira desse estudo, e que podemos comparar aos rankings que são feitos, para as Escolas e para os Hospitais, eu achei aqui uma curiosidade, é que os anos que referiu, entre 2000 em que estávamos em 14.º lugar e 2023 que passamos para 22.º lugar, foi precisamente o tempo em que esta Câmara, esteve obrigada a pagar um Contrato de Reequilíbrio Financeiro, a que fomos obrigados, devido à gestão ruínosa deste Município, pelo Partido Socialista. É curioso!

Sobre os documentos que estão realmente em apreço, a posição da CDU, é esta, portanto, estamos perante documentos elaborados numa conjuntura de grandes incertezas, com influência de guerras, de inflação, de políticas erradas do Banco Central Europeu e agora de incerteza política em Portugal, acrescida às enormes

dificuldades sentidas pelas populações, em especial nas áreas de habitação, saúde, educação e setor social, áreas onde o Governo, como diz o povo “*sacudiu a água do capote*”, atirando para as Autarquias, todos os ónus, para que agora se desenrasquem e resolvam aquilo que os Governos não tiveram capacidade de resolver durante muitos anos, tudo em nome das contas certas, para apresentar a Bruxelas e da garantia de assegurar lucros obscenos aos grandes grupos económicos da distribuição dos combustíveis e da Banca.

Estamos por isso, à semelhança do ano passado, perante um orçamento que inclui elevados encargos com as transferências de competências, impostas pelo Governo, porque as verbas transferidas pela Administração Central, continuam a não acompanhar nem de perto os reais encargos a suportar pelo Município.

Mas, perante tudo isto, a oposição nesta Câmara, entende ser este o momento oportuno, para impor uma redução drástica de receitas, quando o que se impunha, e que a CDU defendia, era uma redução mais gradual.

Isto era tudo o que a população de Setúbal e as empresas da região menos precisavam, porque vai irremediavelmente pôr em causa a capacidade da Câmara, para apoiar as populações mais vulneráveis, vai-se refletir na qualidade da prestação de serviços, nos apoios ao Associativismo e à Cultura, na recuperação mais rápida do pagamento de dívidas aos fornecedores, e na concretização em 2024, de ainda mais investimentos do que aqueles que já estão previstos neste orçamento, porque apesar de tudo, verifica-se neste orçamento, o objetivo da Câmara, em continuar a investir como nunca, tal como já aqui foi referido, pelo senhor Presidente da Câmara, tentando aproveitar ao máximo os apoios disponíveis a nível Nacional e da União Europeia, no exercício rigoroso de controle da despesa.

Trata-se, portanto, de documentos previsionais que revelam que, apesar dos constrangimentos financeiros, existe uma forte aposta em investimentos estruturantes, para o Concelho, e que a gestão da Autarquia, será pautada pelo rigor e pelo cumprimento do programa eleitoral, com que a CDU, se apresentou ao eleitorado e que foi escrutinado, em setembro de 2021.

Em resumo, este orçamento revela que apesar das dificuldades criadas externa e internamente, a Câmara, tudo continuará a fazer, para que o concelho de Setúbal, continue a ser reconhecido pela sua beleza, pela qualidade de vida que proporciona e pela qualidade dos serviços que o Município presta, o que o torna atrativo, para quem cá vive, para quem nos visita e para quem cá resolve investir, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira, que tanto têm custado a recuperar.

Por tudo isto, iremos votar favoravelmente estes documentos.

Vitor Rosa (BE) – Este é um orçamento que tendo um aumento significativo de mais de 50 milhões, no seu valor global face a 2023, mas aquilo que parece que não é, ou seja, o seu aumento deriva acima de tudo, da aplicação no plano habitacional urbanístico, para o Concelho e encargos com transferência de competências. Relativamente a esta matéria orçamental, entendemos a sua necessidade e aposta, para debelar em consonância com o Governo central, as carências do parque habitacional público essencialmente e dessa forma combater a crise da habitação que também se sente no nosso concelho, o “*entre aspas*” restantes do orçamento, mostra-se com algumas lacunas, que derivam na nossa opinião em opções do Executivo.

Se o Executivo, declara que foi eleito por maioria, e como tal, quer cumprir com o seu programa, não menos verdade é que, o Executivo, deve executar, passe a redundância, não apenas para quem lhe deu a vitória eleitoral, mas para todo o território e para todos os municípios, independentemente de terem votado ou não neste Executivo.

E, é nessas opções de gestão, em que o Executivo, prioriza partes do território e secundariza outras, e às quais juntamos opções que vão ficando para trás, que não acompanhamos no todo, este orçamento.

Não é uma questão de saudosismo ou de repetição de discurso, também nós, nos apresentamos a eleições, com propostas políticas, sociais e económicas, para o Concelho, e é à luz dessas propostas, que reivindicamos a sua execução, considerando que as mesmas fazem falta.

Assim foi, no retornar da gestão da água ao domínio público, assim é no apoio às medidas que o Executivo tem para habitação pública.

Continuamos a não ver respostas efetivas a investimentos já feitos e que custaram milhões ao Município, e que se encontram parados. E não! Não andamos, “à procura do Wally”, queremos sim, respostas sustentadas que tragam mais-valia ao concelho.

Se é benéfico, a construção do Centro de Saúde de Azeitão, o mesmo sacrifício económico deve chegar a outras Freguesias do nosso Concelho e não chega apenas criticar a inércia do Poder Central ou a aposta que se exige no saneamento básico.

Se temos um evento que é referência cultural no país, como é a Festa da Ilustração, também queremos de uma vez por todas, a construção da Biblioteca Municipal, estes são dois exemplos, que queremos ver executados dentro deste mandato e consideramos prioritários nas opções orçamentais.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, que agora discutimos, reflete a tomada de opções políticas de um Executivo, que tem a grande preocupação do equilíbrio financeiro, gostaríamos de ver aliada a essa preocupação, uma taxa de execução com maior eficácia, coisa que não tem acontecido com anteriores orçamentos e que dessa forma, acarreta atraso em obras que já deveriam estar concluídas, Avenida dos Ciprestes, por exemplo, outras que deveriam já ter sido lançadas em 2023, como, por exemplo, algumas que necessitam de um novo empréstimo que vamos daqui a pouco discutir, nesta Assembleia.

Mantemos também, as nossas preocupações, sobre a execução da dívida à Concessionária Águas do Sado, devendo o Executivo, acautelar o interesse público e não ficar com tal encargo e o seu impacto nas contas do Município, no futuro próximo.

Tal como aconteceu durante este ano, vemos novamente refletido, o reforço das despesas no campo social, fruto do impacto da inflação e subidas significativas das taxas de juro, com falta de respostas claras a nível central, este reforço da despesa no campo social é fruto da pressão e de propostas da oposição, mesmo que o Executivo, tenha para si os louros do diálogo, a falta de respostas no curto prazo às necessidades da população, tem lugar neste orçamento, por força dessa força da oposição.

Também, mantemos as preocupações pelas debilidades de reforço nas despesas em áreas-chave, como as funções sociais em que a educação passa de 24% em 2023, para 17% em 2024 e na cultura de 14% para 10% em 2024.

Face ao exposto, o nosso voto é de abstenção a este orçamento.

Paula Soeiro (PSD) – Senhor Presidente da Câmara, poderia utilizar um termo mais popular, mas vou adaptá-lo, às vezes o problema está nos pormenores e usando as suas próprias palavras, aqui neste relatório, que diz assim: *“centrando a sua atuação na prestação do serviço público de qualidade, baseado no planeamento na coordenação e na gestão eficiente dos recursos municipais”*.

Senhor Presidente, ouvi-o com bastante atenção e mostrou a sua preocupação em que as propostas que foram aqui hoje aprovadas e que são enquadradas por este orçamento e que orçam cerca de 20 milhões, poderiam pôr em causa, aquilo que seria, o investimento do Município, mas centrando aqui no pormenor da sua afirmação, pois, existindo um bom planeamento, coordenação e gestão eficiente dos recursos municipais, não há por que temer o reforço destas verbas, no âmbito social.

Também um pormenor na página 5, do Plano de Orçamento, diz assim, e não conseguimos descortinar, possivelmente este texto que tem a ver com a despesa por unidade orgânica, diz, *“na análise ao quadro resulta que a unidade orgânica, Câmara Municipal, é aquela que, apresenta uma maior dotação a com o ano de 2023, onde também foi verificado este fator”*, ora, já demos aqui uma série de voltas e mesmo fazendo o somatório da classificação orgânica, da Assembleia Municipal, Câmara Municipal e operações financeiras, só dá 15%, largamente ultrapassado por aquilo que vem no parágrafo seguinte, que é o Departamento de Obras Municipais, com 44% do orçamento, que resulta dos investimentos resultantes do PRR, e não daquilo que estava planeado ou coordenado anteriormente nos orçamentos anteriores.

Relativamente à questão da dívida, é algo que nos tem vindo a preocupar ao longo de bastantes anos, temos sido sempre alerta, pelo facto deste orçamento ter uns valores superiores, o limite da dívida também sobe, o que se apela é, senhor Presidente, tenha cautela com atingir estes limites de dívida, para que não aconteça, como aconteceu este ano, em que foram contratualizados e não foram assumidos e não estão refletidos, na dívida de 2023, cerca de 14,8 milhões.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, considera que este orçamento não é o mais adequado, para assegurar um futuro próspero, para os setubalenses e azeitonenses e há várias razões.

Em primeiro lugar, destaca-se o elevado montante destinado a despesas diversas não especificadas, que totalizam 20,3 milhões de euros, representando 11,6% do orçamento total, este facto gera preocupações quanto à transparência e eficiência na alocação dos recursos públicos.

Além disso, chamo a atenção, ao baixo investimento em áreas críticas, como a educação, recebe apenas 12,7% do orçamento e a saúde com um ainda mais modesto 2,4%, este cenário contrasta fortemente, com o elevado montante em habitação e serviços coletivos que absorvem 89,9 milhões de euros, ou seja 51,6% do orçamento, é uma opção política.

Outro ponto, diz respeito aos sucessivos pedidos de empréstimos, acompanhados por prazos de carência de 3 anos, que inevitavelmente irão sobrecarregar as finanças municipais nos anos vindouros.

É preocupante que grande parte destes fundos, se destinam a obras, que na realidade mais parecem manutenção corrente, esta prática resulta numa espécie de endividamento a longo prazo, para custear despesas que deveriam ser de gestão no âmbito do orçamento anual.

Dado deste contexto, a Iniciativa Liberal, opõe-se firmemente a este orçamento, advogando por uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos, com um foco maior na educação, na saúde e nas funções económicas essenciais, para o desenvolvimento sustentável de Setúbal.

Rita Sereno (PSD) – Como já aqui foi referido, muitas considerações podem ser feitas sobre este orçamento, que é o reflexo das opções passadas, presentes e futuras, deste Executivo, para o nosso Município.

Mas a bancada do PSD, não pode deixar a título de exemplo, demonstrar que, o que seria óbvio, pela história da nossa terra, pelas atividades económicas, que fizeram, fazem e farão, parte das nossas gentes, que este Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, contemple, zero, repito, zero euros, para o apoio, para o incentivo, para o investimento, para o crescimento económico da nossa pesca e dos rendimentos dos nossos pescadores.

Há um ano atrás, o senhor Presidente da Câmara, referiu e bem, *“em importância histórica e cultural de Setúbal, na sua relação social e económica, com esta atividade”*, referiu ainda que, *“sempre fomos uma cidade, que vive do mar e para o mar”*, verdade incontestável, para todos os setubalenses, especialmente, para os nossos pescadores e para todos aqueles que os rendimentos resultam desta atividade económica.

Acrescento ainda, citando novamente, o senhor Presidente, *“pela força económica que tem, pois, é de lá que vem o peixe que dá sustento a muitos”*, e mais uma vez acrescento que, de facto, dá sustento a muitos e não podemos esquecer os problemas do dia a dia desta nossa comunidade, não podemos deixar de chamar a atenção, para a redução do número de barcos, para a baixa adesão dos jovens à profissão de pescador, uma profissão tão dura e perigosa, que necessita de programas de apoio e incentivo, ao desenvolvimento económico da nossa comunidade piscatória.

Zero euros, previstos no Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, é o reconhecimento dado a esta atividade e ao seu contributo que ao longo dos anos deu a Setúbal, principalmente no domínio do desenvolvimento económico e também na sua contribuição, para a história e cultura da nossa terra.

A bancada do PSD, gostaria ainda de pedir esclarecimentos, sobre as transferências de capital, em termos de receita e despesa. Estas transferências, maioritariamente decorrentes de financiamento do PRR, e este financiamento aplica-se a uma execução, com reportes periódicos às Entidades competentes, que acompanham o PRR, e que emitem relatórios de avaliação com recomendações.

Assim, gostaríamos de saber, quais as avaliações e recomendações, feitas até ao momento, qual a taxa de execução prevista e a realizada destes investimentos, assim como, o valor das transferências de capital inicialmente previsto e as transferências efetivamente executadas até ao momento, e qual o impacto nas finanças municipais, de forma a assegurar a sustentabilidade financeira a médio e longo prazo do Município.

Nestas transferências de capital estão ainda afetos, os projetos aprovados, os programas operacionais regionais de Lisboa, financiados pelo Fundo Social Europeu e FEDER, dos projetos cofinanciados, referentes a candidaturas já contratualizadas em 2023.

A bancada do PSD, gostaria de saber, sobre a boa execução dos vários projetos e respetivos investimentos, em termos de execução financeira, física e temporal, uma vez que a boa ou má execução dos projetos implicam o não financiamento dos projetos e das respetivas verbas contratualizadas e de um impacto significativo no orçamento e na execução orçamental do Município.

Mário Aranha (PS) – Nós já tínhamos os terraplanistas, já tínhamos os negacionistas das alterações climáticas, agora na bancada da CDU Setúbal, temos os negacionistas estatísticos, é uma nova figura que nós reconhecemos aqui, eu vou ler aqui, como é que é calculado e porque é que é feito isto, o estudo sobre o poder de compra concelhio. Vou ler o que é que diz, o Instituto Nacional de Estatística, *“esta publicação caracterizou os municípios portugueses, sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores, resultantes de um modelo de análise fatorial. O indicador per capita, de poder de compra, a percentagem de poder de compra”,* que é um valor absoluto a nível nacional, *“e o fator dinamismo relativo”,* o fator dinamismo relativo, calcula o peso que a população não residente nesse concelho, tem na economia desse concelho, obviamente, os concelhos mais turísticos tem um FDR mais elevado, por exemplo Setúbal, está no número 157 a nível nacional, portanto, em termos económicos, o turismo tem muito ou muito pouco impacto no nosso concelho.

“A grande vantagem deste indicador está na sua capacidade de fornecer informações detalhadas, a nível municipal, preenchendo uma lacuna em relação aos indicadores macroeconómicos de síntese, que não permitem oferecer o suficiente detalhe espacial”, portanto, este indicador já é calculado, desde 1993, reconhecido a nível internacional, mas não sei se a bancada da CDU, vai pedir alguma consultoria ao Instituto Nacional de Estatística, da Coreia do Norte ou da Venezuela, para criar um indicador especial aqui para Setúbal.

Afonso Luz (CDU) – Também explicar que não é uma questão de negar as estatísticas, são as conclusões que são tiradas, o que é que isso tem a ver com a Câmara Municipal.

A Câmara Municipal, tem feito um trabalho de atratividade na cidade, como há muitos, muitos anos que não se via, isso é reconhecido por toda a gente, portanto, não é preciso ir a Ovar, para verificar isso, portanto, nem é o Instituto Nacional de Estatística INE, que nos vem dizer isso, não nos vem dizer que isso depende da atividade da Câmara, essa é que é a questão.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN, orgulha-se de ser um Partido, que pugna pela abertura de portas de diálogo e pelo compromisso político, motivo pelo qual habitualmente tanto em Orçamento de Estado, como em Orçamento Municipal, opta pelo voto favorável, após discussão entre os intervenientes ou pela abstenção, quando o consenso não é totalmente alcançado.

Tem sido este o sentido de voto também do PAN Setúbal, em anos transatos, pois temos plena consciência da seriedade e complexidade que constitui um orçamento municipal e da sua importância, para o funcionamento do Município.

Contudo, não podemos mais ignorar a atuação do Executivo, para com as contas e planos para Setúbal, continuamos a ver um Executivo, com contas que se aproximam a perigosos níveis de dívida, dependendo de sucessivos orçamentos rectificativos e contratação de empréstimo, atrás de empréstimo, situação que nos motiva forte preocupação e realisticamente hipoteca as gerações futuras.

Continuamos a ver um Executivo, que convive mal com a democracia interna, ignorando o facto de já não viver em maioria absoluta e que se arroga ao direito de sistematicamente ignorar e em alguns casos até tentar ridicularizar as recomendações aprovadas por maioria, em Assembleia Municipal, por muito simples que as mesmas até possam ser.

Continuamos a ver um Executivo, que não se preocupa verdadeiramente, com a causa ambiental e animal, vemos com preocupação, o esquecimento a que parece ter sido votada a Comenda, agora que já não existe a pressão da comunicação social, o esquecimento da proteção pelos recursos ambientais e o que o Executivo, parece querer são apenas mais auditórios a cada esquina, para quê? Para ficarem vazios.



Pois na realidade, não se apoia a cultura, nem o desporto, quer parques verdes desertos e mais lugares tarifados sem qualquer alternativa de mobilidade, afastando na prática a população da cidade em vez de a aproximar, quer mais parques de painéis solares, em Poçoilos, para que privados continuem a lucrar com a venda de energia, esquecendo-se que deveria dar o exemplo, apoiando a independência energética do Município e dos seus municípios.

Não nos revemos neste panorama e este ano não há consensos possíveis, motivo pelo qual o PAN, irá votar contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024.

Presidente da Câmara – Já foi dito aqui, por uma senhora deputada, que naturalmente cada um dos senhores deputados, dos grupos políticos, olha para este orçamento, ou para estes documentos, naturalmente, com uma forma própria de ver o que na sua perspetiva é melhor ou menos bom, e portanto, isso é normal.

Gostava de me referir, em concreto a duas questões, que foram levantadas, uma tem a ver com os compromissos que este Executivo, tem com os nossos pescadores e com as suas famílias, embora não sendo uma competência do Município ou dos Municípios.

Queria transmitir, que nós mantemos um diálogo e estamos convencidos que vai ser frutífero dentro de alguns meses, é um diálogo que estabelecemos com as Entidades competentes, do nosso concelho, designadamente, a APSS, a Administração da Docapesca e os próprios pescadores, tem havido reuniões com regularidade, tem havido evolução, no sentido de garantirmos melhores condições de trabalho e uma diferente forma de funcionamento da Docapesca em Setúbal, no sentido de criar melhores condições para que os pescadores não tenham de sair de Setúbal, para ter o seu rendimento. É nesse caminho que nós estamos a trabalhar e posso dizer que o entendimento das várias Entidades, não é muito distante uns dos outros, é preciso é fazer o caminho e ver a forma, como essas entidades, que essas sim têm competências, podem ajudar a resolver estas grandes dificuldades, que se arrastam há muitos anos e que estamos nesse caminho de procurar inverter.

Relativamente à questão dos investimentos e dos relatórios da execução, designadamente no que tem a ver com os fundos comunitários. Esses relatórios são feitos, o Município faz e envia às Entidades, que têm competência para acompanhamento e fiscalização, e portanto, quando chegar a altura, nós estamos agora a lançar os investimentos, quando chegar a altura de fazer esses relatórios, com significado no sentido, penso eu, daquilo que a senhora deputada aqui colocou, naturalmente que não há dúvida nenhuma que eles são públicos, e naturalmente, os senhores deputados da Assembleia Municipal, terão também acesso.

No fundamental, era isto que eu queria dizer, o que é certo é que nós olhamos para esta cidade, para este concelho e o que nós verificamos, é uma grande atratividade, no investimento, nos valores que tem vindo a ser anunciados, não só por parte da Câmara Municipal, e por outro lado, também dos investimentos, que ao longo dos anos, o próprio Executivo Municipal da CDU, tem vindo a fazer na nossa sociedade e no nosso concelho. Eu acho que só quem, como o senhor deputado do PS, da intervenção que aqui fez é que, não olha e não vê a realidade, mas isso cada um tem as suas limitações, as suas vantagens e inconvenientes.

Mário Aranha (PS) – Acho que todos vemos a realidade, vemos passadeiras por pintar, vemos as ruínas do IMAPARK, vemos as ruínas da Praça de Touros Carlos Relvas, vemos os pelados que ainda existem, em Setúbal, vemos o pântano no meio da cidade, portanto, isso sim, isso é a realidade.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 14 votos contra, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

17. Deliberação n.º 073/2023/AM – Delib. CM n.º 1115/2023 – Alteração aos autos de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023 (segunda alteração)

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e as abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

18. Deliberação n.º 074/2023/AM – Delib. CM n.º 1156/2023 – Adjudicação da contratação do Empréstimo MLP para Investimentos Municipais – PPI 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a este tema da adjudicação de empréstimos de médio e longo prazo, nós vimos isto com alguma preocupação, e isto porquê, porque quando a câmara está a pedir um empréstimo, está a antecipar a receita futura, por parte dos impostos, e está a passar impostos para o futuro, ou seja, vamos pagar mais impostos no futuro, e isto tem de ser com muita ponderação. Portanto, quando estes empréstimos são feitos, para aumentar receitas, esse aumento de receitas deve ser superior àquilo que se vai pagar de capital e juros, se for para diminuir custos, também deve ser aprovado.

Tendo em conta o programa de investimentos que é aqui apresentado e tendo estas preocupações, nós vamo-nos abster.

Flávio Lança (IL) – Não será surpresa que iremos votar contra a contratação deste empréstimo. A lista de investimentos, apresenta-nos cerca de 1/3 dos chamados investimentos, em obras de requalificação e reabilitação, que nos parecem mais manutenção necessária, ou que não foi feita em tempo útil.

Apresentam-nos uma biblioteca, com um custo de 6,5 milhões de euros, que com os juros ascenderá praticamente ao dobro 12 milhões de euros, sem conseguirmos perceber o real benefício, para os munícipes de Setúbal, obra de tal dimensão numa era digital.

Tudo isto, a pagar em 20 anos com 3 anos de carência, consideramos que a aprovação deste empréstimo é um caminho claro, para o desequilíbrio das contas do Município nos anos vindouros.

Relembro que não começámos a pagar o capital dos empréstimos concedidos em 2021, que iniciará em 2024, nem o de 2022, nem o de 2023, apenas estamos a pagar juros, devido ao período de carência.

Por este facto, não iremos acompanhar esta proposta.

Afonso Luz (CDU) – Acho que, voltámos aqui atrás na discussão, é que, de facto, este empréstimo já foi aprovado aqui nesta assembleia, portanto, não vale a pena estarmos agora aqui a falar outra vez, nesse aspeto. A única coisa que está aqui em causa, nesta proposta, é a aprovação da contratação com um determinado banco, que foi quem apresentou a melhor proposta, mais nada, portanto, a outra discussão sobre o onde é que vai ser aplicado, como é que vai ser e os efeitos que têm, foi uma conversa que já tivemos todos.

João Fidalgo (PS) – Pediu escusa da votação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL, e 16 abstenções, 7 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

19. Deliberação n.º 081/2023/AM – Delib. CM n.º 1105/2023 – Constituição de fundo de apoio ao funcionamento das instituições do concelho

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do BE e do PAN, e as abstenções do PS, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Rui Lamim (PSD) – Esta foi mais uma proposta do PSD, que aqui vem para ser aprovada e que já estará incluída no orçamento municipal e trata-se de uma medida também de apoio às Associações e Coletividades, com o intuito de combater o custo de vida, que é efetivamente aquilo que mais preocupa os portugueses, em primeiro é obviamente a saúde.

E como estamos a terminar, um desejo de boas festas e de boa saúde, por favor, não fiquem doentes, não vão para o hospital, porque as pessoas que lá trabalham vão fazer o seu melhor, mas enfim, anos e anos de desinvestimento na saúde provocaram o caos em que estamos.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, irá votar contra esta proposta, pelas seguintes razões.

Primeiro, a proposta introduz uma complexidade burocrática adicional no processo de concessão de apoios, este novo sistema, operando em paralelo com os já existentes, pode não apenas atrasar a disponibilização dos recursos, mas também criar barreiras desnecessárias, para as Instituições que mais necessitam de apoio. Em segundo lugar, a escolha do montante de 300 mil euros para o Fundo, parece arbitrária e sem uma fundamentação clara.

Sem compreender a lógica, por trás desta cifra, questionamos a sua adequação e eficácia com que atenderá as necessidades das nossas Instituições e consequentemente da nossa comunidade.

Sem um objetivo claro não há garantia que os recursos do fundo, serão distribuídos de forma justa e eficiente, nem que realmente beneficiarão aqueles que contribuem significativamente, para o bem-estar da comunidade.

Portanto, com base nestas preocupações, a Iniciativa Liberal, opta por votar contra a criação deste Fundo, cremos que é essencial garantir transparência, eficiência e uma distribuição criteriosa dos recursos públicos, e infelizmente, esta proposta não nos parece atender a estes critérios fundamentais.

Nuno Carvalho (PSD) – Ouvimos, com muita atenção a intervenção do sr. deputado da Iniciativa Liberal, e com toda a sinceridade, quer dizer, há diferentes formas de Liberalismo, e faz lembrar, desculpe senhor deputado, eu não estou a tentar ser prepotente, mas eu vou-lhe aconselhar a ler um livro de Mark Crapper, que é sobre o “Liberalismo Triste”. O liberalismo triste, é uma coisa muito interessante, que nasceu já algum tempo e que vale a pena aprofundar um pouco, quando o liberalismo chega a um ponto de contradição e parece-me que o senhor deputado, chegou a um ponto de contradição, para não lhe chamar de liberalismo triste, e portanto, entenda que eu não lhe estou a chamar, nem de perto, nem de longe, não estou a tentar interpretar o seu estado sentimental, mas de facto, este era o nome desta corrente de pensamento, e debruçava-se sobre algo muito simples, que era quando, nós não conseguimos fazer com que exista mais liberalismo no Estado, porque não conseguimos, porque há as funções do Estado que de facto não conseguem, o liberalismo entra em contradição.



Quando nós, estamos aqui a falar de uma proposta, que afeta 300 mil euros a Instituições, nós não podemos pedir, nem é exigido, nem é possível, que num orçamento municipal, seja acompanhado de um regulamento. Porque, naturalmente, o que o sr. deputado, está aqui dizer, é que, tem que haver transparência, eu quero as regras, eu quero isso tudo, uma coisa é dizer, as Instituições do nosso concelho são importantes, ou não são, devem ser apoiadas, ou não o são, e é esse princípio que está em causa, e depois, é como é que são apoiadas, e compreendo a preocupação do sr. deputado, e nós achamos que deve haver, depois evidentemente, um regulamento e todas as regras de transparência, estamos inteiramente de acordo quanto a isso, agora se efetivamente achava que isso devia ser discutido neste orçamento, está enganado, mas ainda para mais aqui com outro ponto, sr. deputado municipal, que é algo muito simples, é que as Instituições neste país descentralizam as funções do Estado e das Câmaras Municipais. Isto, não lhe soa a alguma coisa parecida, com aquilo que é suposto o senhor deputado, defender, e é aqui que chegamos à parte do Mark Crapper, o Liberalismo Triste.

Flávio Lança (IL) – Bem, já lê livros de Liberais, só tenho pena é que realmente o discurso foi com um sentimento mais triste, porque eu, efetivamente, não estou triste sobre este tema, e aqui eu acho que não há nenhuma contradição, e também não estávamos a pedir um regulamento, estávamos a pedir quais são os objetivos, ou seja, que Instituições, que tipologia de Instituições, que isto é muito vago, que é chegar aqui, e dizer, temos 300 mil euros, para distribuir por Instituições, não é um regulamento que precisamos, precisamos é de perceber quais são os objetivos, para que de forma criteriosa, se possa atribuir a Instituições, os valores que aqui estão em causa, este é que é o tema.

Não tem a ver com criar um regulamento com 500 páginas, com o processo todo de atribuição, gostava que me explicasse, quem são as Instituições, ou com que objetivo é que se pretende atribuir estes valores, porque a Câmara Municipal, já atribui verbas a Instituições, já dá esse apoio, portanto, estamos a criar aqui um Fundo, ao lado daquilo que já é os apoios regulares, e portanto, eu questiono, qual é a razão, para se criar este Fundo e com que objetivo, porque se isso já é feito hoje em dia, não vejo nenhuma razão, a não ser que o senhor deputado, nos explique, para efetivamente criar mais um Fundo, porque criamos aqui imensos fundos, todos anos vem aqui fundos, na próxima Assembleia trazemos mais um fundo, para outro tipo de instituições, eu estou só perguntar qual é a razão e não estou a pedir um regulamento.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 1 voto contra da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 58.

Presidente da Mesa – Chegados aqui, nós vamos cumprir o que decidimos inicialmente, quando demos início ao Período da Ordem do Dia.

Vamos terminar, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de dezembro de 2023, e vamos fazer uma convocação, para aprovação dos demais assuntos, que não foram considerados prioritários, numa Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar em 11 de janeiro de 2024.

E aí, serão incluídos todos os demais assuntos, que puderam esperar até lá, eventualmente, não sei se irá ser feita reunião de câmara, mas se houver algum que a Câmara delibere também submeter, que careça de deliberação da Assembleia.

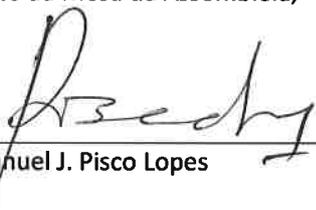
Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.



O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e quinze minutos do dia vinte e oito de dezembro, de dois mil e vinte e três.

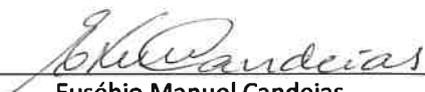
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, contém sessenta e oito folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*